

João Batista do Carmo Silva

Organizador

UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO E TRABALHO

**implicações do isolamento social na rotina
dos(as) estudantes do curso de Pedagogia**



Pantanal Editora

2020

JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA
(Organizador)

UNIVERSIDADE, FORMAÇÃO E TRABALHO

implicações do isolamento social na rotina
dos(as) estudantes do curso de Pedagogia



Pantanal Editora

2020

Copyright© Pantanal Editora
Copyright do Texto© 2020 Os Autores
Copyright da Edição© 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora e Canva.com
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Msc. Adriana Flávia Neu – Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Msc. João Camilo Sevilla – Mun. Rio de Janeiro
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan – Consultório em Santa Maria
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira – SEDUC/PA
- Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Profa. Msc. Queila Pahim da Silva – IFB
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI

- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Esp. Camila Alves Pereira
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
U58	<p>Universidade, formação e trabalho [recurso eletrônico] : implicações do isolamento social na rotina dos (as) estudantes do curso de pedagogia / Organizador João Batista do Carmo Silva. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020. 111p.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-88319-07-9 DOI https://doi.org/10.46420/9786588319079</p> <p>1. Educação. 2. Universidade. 3. Isolamento social. 4. Pandemia. I. Silva, João Batista do Carmo.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.1</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo dos e-books e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es) e não representam necessariamente a opinião da Pantanal Editora. Os e-books e/ou capítulos foram previamente submetidos à avaliação pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação. O download e o compartilhamento das obras são permitidos desde que sejam citadas devidamente, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais, exceto se houver autorização por escrito dos autores de cada capítulo ou e-book com a anuência dos editores da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
 Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
 Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Esta obra socializa um conjunto de reflexões sobre as implicações do isolamento social derivado da crise de saúde pública provocada pela pandemia do novo coronavírus na vida universitária dos (as) estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, da Universidade Federal do Pará.

Trata-se de uma investigação desenvolvida coletivamente por um grupo de pesquisadores, constituído por professores (as) e discentes, que reflete acerca do desafio de fazer pesquisa, no presente contexto, sobre o perfil socioeconômico dos (as) estudantes, sobre a função social da universidade, sobre as ações estatais e as políticas públicas implementadas para enfrentamento da pandemia, sobre as implicações no trabalho e na renda, assim como sobre as implicações para o processo formativo desses (as) discentes.

O leitor vai encontrar nesta obra a socialização de um conjunto de reflexões, subsidiadas a partir de um banco de dados produzido por meio de questionário eletrônico aplicado a 178 estudantes do Curso de Pedagogia, além de ponderação fundamentada em autores de base crítica, defensores de uma concepção de educação ampla e humanizadora.

A pandemia explicitou as profundas contradições que estruturam o modo de produção capitalista, principalmente nos países inseridos no contexto de exploração, como é o caso específico do Brasil. Além disso, a pandemia desafia em todos os sentidos, seja do ponto de vista individual e coletivo, atingindo de forma mundial as populações, as instituições e as pessoas. Contudo, as proporções desses impactos foram diferenciadas, considerando as condições econômicas, sociais e culturais de cada indivíduo, ou coletivas. Esta obra demonstra, portanto, essas implicações sobre um coletivo de sujeitos formado por estudantes do Curso de Pedagogia de uma universidade pública.

Vive-se tempos de incertezas, onde a produção do conhecimento por meio da pesquisa pode ajudar a construir caminhos coletivos, para que se possa pensar alternativas para a transformações das práticas formativas, no sentido de que elas, por meio de um processo praxiológico, oriente no sentido de uma sociedade cada vez mais humanizadora.

Desejamos boa leitura a tod@s!!!

João Batista do Carmo Silva


SUMÁRIO

Apresentação	5
Capítulo I	6
Universidade e pesquisa: Os desafios teórico-metodológicos da investigação	6
Capítulo II	17
O perfil socioeconômico dos estudantes do curso de pedagogia da UFPA/CAMETÁ	17
Capítulo III	34
Função social da universidade no interior da Amazônia em tempos de pandemia	34
Capítulo IV	51
Estado, políticas públicas e suas implicações na saúde e na vida dos (as) estudantes da pedagogia	51
Capítulo V	71
Implicações do isolamento no trabalho e renda: analisando a exclusão dos trabalhadores e as contradições do capital	71
Capítulo VI	88
Implicações do isolamento social no processo formativo em tempos de pandemia	88
Sobre os Autores	105
Índice Remissivo	110

Universidade e pesquisa: Os desafios teórico- metodológicos da investigação


Recebido em: 10/08/2020


Aceito em: 18/08/2020

 10.46420/9786588319079cap1

João Batista do Carmo Silva¹ 

Benilda Miranda Veloso Silva² 

Marlanje Solene Ferreira³ 

Madson Jesus Farias Trindade⁴ 

INTRODUÇÃO

O ano de 2020 trouxe surpresas, perplexidade e apresentou inúmeras problemáticas para a vida cotidiana em sociedade, que serão estudadas por muito tempo e para as quais não haverá respostas imediatas. Conforme afirma Arruda (2020), o corrente ano iniciou-se como um grande marco histórico, que será lembrado e estudado ao longo das próximas décadas, ou seja, a emergência de um novo vírus, surgido em território chinês em fins de 2019, o qual possui alto grau de contaminação devido à velocidade com que se propaga e afeta as pessoas. O novo coronavírus (SARS-CoV-2) e a doença causada por ele (Covid-19) ocasionam uma das maiores pandemias da história, afetando todos os países e tornando necessária, possivelmente, a maior política de distanciamento e isolamento social já vista no planeta.

A intensa rotina da vida neste momento histórico, marcada pelo trabalho, estudo, compromissos pessoais e familiares, enfim, reflete-se em uma dinâmica intensa perpassada, no caso específico dos autores desta obra, pela universidade enquanto local de trabalho, e na pedagogia como área de atuação, com diversas atividades acadêmicas de graduação, aulas, projetos de pesquisas, projetos de extensão, estágios, etc. De repente, surgem tempos “diferentes”, emergenciais, o que exige “parada brusca” e isolamento social, provocando inúmeras sensações, inúmeras dúvidas.

¹ Doutor em Educação. Docente do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará e Docente da Faculdade de Educação – CUNTINS/Cametá. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: jbatista@ufpa.br.

² Doutoranda em Educação do PPGE/FAE/UFMG. Técnica em Educação da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará. SEDUC-PA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: bveloso@ufpa.br

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: marlanjesollene@gmail.com

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: madsonjftrindade@gmail.com

Passado um mês de isolamento social, o que compreendeu um período em movimento para tentar compreender, repensar os “novos” hábitos em relação à rotina anterior, mas não as tarefas que poderiam ser realizadas remotamente, apesar de se estar, ainda, longe do contato presencial, no sentido de saber qual o estado dos (as) estudantes do Curso de Pedagogia, reunimos um grupo de professores e estudantes, a fim de elaborar uma estratégia que nos aproximasse virtualmente desses (as) estudantes e nos possibilitasse escutá-los (as). Nesse sentido, elaborou-se um questionário, com o intuito de conhecer melhor as dúvidas, incertezas, desafios e superações que o isolamento social provocou na vida dos (as) estudantes do Curso de Pedagogia do Campus de Cametá – CUNTINS.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é apresentar os caminhos da pesquisa, a relevância e os fundamentos teóricos e metodológico da pesquisa que subsidiaram a produção dos próximos cinco (05) capítulos desta obra, assim como realizar um debate introdutório sobre a sua temática.

Por que pesquisar as implicações culturais, políticas e educacionais dos(as) estudantes do Curso de Pedagogia neste contexto?

A universidade tem se tornado um lugar em que se vivencia a cultura universal, a qual tem por finalidade, além da própria pesquisa, o ensino e a extensão, o que implica diretamente na formação de profissionais que atuarão na sociedade. Além disso, é compreendida como uma instituição social, pois exige-se da pesquisa científica uma contribuição não somente para a área de conhecimento na qual a mesma se insere, mas para a sociedade de um modo geral. Segundo Rodrigues (2006), “pode-se definir a pesquisa científica como uma atividade de investigação planejada que utiliza métodos e técnicas em busca de soluções para problemas propostos”. Ou seja, a pesquisa científica se trata de um dos principais instrumentos de produção e socialização do conhecimento, e uma das principais atribuições da universidade.

No que tange ao conhecimento científico, este constitui um conhecimento contingente, com base na experiência e não apenas na razão; é sistematizado, formando teorias (sistema de ideias). É passível de verificação na qual as hipóteses podem ser testadas; constitui um conhecimento falível, em virtude de encontrar-se em constante possibilidade de novas descobertas e, por esse motivo, também é aproximadamente exato. E em se tratando de ciência, não há neutralidade. De qualquer maneira, o pesquisador tem pertencimento a um contexto mais ou menos crítico e mais ou menos politizado. Ou seja, os interesses são tão explícitos quanto ocultos por esta ou aquela razão (Aragão; Neta, 2017).

Desse modo, este estudo trata de uma pesquisa realizada com os (as) estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS – Cametá), que possui significativa relevância tanto social e política, quanto científica e acadêmica. A

referida pesquisa busca compreender as implicações culturais, políticas e educacionais da pandemia no cotidiano desses (as) estudantes universitários, considerando-se as especificidades da atual conjuntura.

De acordo com Augusto e Santos (2020), o mundo infectado pela pandemia se reconhece como um mundo em crise, vivenciando-se pelo menos três tipos de crises que se entrelaçam: crise sanitária, crise econômica e crise política. Contudo, pode-se dizer que a pandemia veio apenas agravar uma situação de crise à qual a população mundial tem se sujeitado nos últimos anos, ou seja, a crise do capitalismo, que ocasiona a precarização do trabalho e a intensificação do desemprego estrutural. Assim, a vida de milhões de pessoas é severamente impactada, o que leva a investigar esses impactos de tempo de pandemia também na dimensão socioeducacional, por meio dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá.

Diante disso, faz-se necessário ressaltar que o Campus Universitário do Tocantins/Cametá, como um dos Campi do interior da Universidade Federal do Pará, é uma instituição que vem buscando, ao longo de sua existência, a formação da população da região Tocantina/Pará, integrando valores e interesses da sociedade em uma perspectiva de emancipação humana e autonomia frente aos desafios do cotidiano. Este Campus, além da sua produção de conhecimentos que buscam a compreensão e a inserção crítica do povo daquela região em sua realidade, realiza parcerias e a socialização desses conhecimentos por meio de seus cursos, projetos de extensão e pesquisas científicas. Constitui-se, atualmente, na principal instituição de formação de profissionais de nível superior para o setor educacional da região do Baixo Tocantins, assim como no centro privilegiado de toda a investigação e pesquisa para o enfrentamento dos principais problemas sociais e educacionais dessa região. Portanto, afirma-se que esta pesquisa, desenvolvida por docentes e discentes da UFPA/CUNTINS – Cametá, sustenta-se na relevância que esse tema possui para a sociedade atual.

A relevância social e política desta pesquisa dar-se-á por meio da sua contribuição para a melhoria da sociedade; para a compreensão do mundo em que vivemos e das relações neste contexto de pandemia; para a formação da consciência política, levando os sujeitos a buscarem seus direitos e cumprirem com seus deveres dentro da sociedade e, ainda; para o desenvolvimento e emancipação dos indivíduos. A sua relevância científica e acadêmica é assegurada pela contribuição deste trabalho aos demais pesquisadores, educadores e estudantes; pela contribuição cumulativa, ou seja, pelo que acrescenta ao conjunto de conhecimento científico sobre essa temática; pelo ineditismo do tema ou da abordagem e, também; pela superação de lacunas no conhecimento referente a universidade e educação em tempos de pandemia da Covid-19.

Esta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa, pois não se preocupa apenas com os dados evidentes, mas sim com as representações dos “sujeitos cotidianos”. Propõe o aprofundamento

na complexidade dos fatos sociais nas suas relações e interdependências, ou seja, procura estudar os fenômenos educacionais e seus atores dentro do contexto social e histórico em que acontecem e vivem, recuperando o cotidiano como campo de expressão humana (Cunha, 1995). Em tempos turbulentos em termos políticos, econômicos, sociais e educacionais, ou melhor, em tempos de crise como os atuais, a pesquisa científica torna-se um caminho para problematizar e colocar em evidência as contradições que envolvem esse processo, para que, por meio dele, construam-se estratégias para possíveis mudanças, que possam conduzir os indivíduos, principalmente os(as) estudantes, a aprofundar a sua compreensão das novas estruturas estabelecidas e a questionar a sua capacidade de mudar o mundo à sua volta de forma consistente.

A pesquisa científica é importante para os (as) estudantes de graduação, pois contribui na sua formação profissional, levando-os não apenas ao conhecimento teórico, mas também ao desenvolvimento de uma prática baseada na reprodução e produção de conhecimentos. Segundo Rodrigues (2006), tais reprodução e produção devem ser acompanhadas de uma análise crítica, reflexiva e criativa para que os profissionais formados possam ingressar na sociedade de maneira competente e atuante.

O envolvimento de estudantes universitários em pesquisas científicas promove o crescimento profissional, científico, intelectual, político e ético. Segundo Aragão e Neta (2017), “no Brasil, mais recentemente, a pesquisa tem auxiliado na formação de professoras (es), por meio de três atitudes basilares, enquanto profissionais da educação que são: atitude reflexivo-crítica, investigativa e emancipadora”. No caso desta pesquisa sobre universidade, educação e pandemia, os (as) estudantes do Curso de Pedagogia que participaram da mesma, principalmente aqueles envolvidos no processo de construção deste estudo, compreendem o significativo papel da pesquisa em sua formação, por esta proporcionar a elevação do nível de aprendizagem, assim como uma visão mais reflexiva do atual cenário que se vivencia. Significa para esses sujeitos, portanto, a sua iniciação como pesquisadores associados à sua própria realidade, além do fato de o estudo permitir a saída da singularidade, podendo colocar esses (as) estudantes em condições de fazer análise com a ajuda de referenciais teóricos, afastando-se do senso comum e aproximando-se cada vez mais do conhecimento científico (Aragão; Neta, 2017). Desse modo, considera-se que o resultado deste trabalho será capaz de incentivar mais estudantes e profissionais da educação a realizarem pesquisas que venham a beneficiar o avanço de mais sujeitos e, por conseguinte, o crescimento científico.

Caracterização da pesquisa: explicitando as estratégias teórico-metodológico

A pesquisa realizada junto aos (às) estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – CUNTINS - Cametá teve como objetivo analisar as implicações da pandemia na vida desse coletivo de sujeitos, no que tange às suas relações com a universidade, identificar o perfil dos sujeitos da pesquisa e compreender os elementos constitutivos das suas identidades.

Para alcançar-se este intuito, criou-se um banco de dados que potencializou um conjunto de estudos e pesquisas sobre os impactos no processo de humanização, além da obtenção de dados para subsidiar nas reflexões das disciplinas Sociologia da Educação, Sociedade, Estado e Educação, entre outras, na problematização dessa realidade.

Esta pesquisa soma-se a outras, que possibilitam uma reflexão sobre o papel da universidade relacionado ao contexto da área de abrangência do Campus Universitário do Tocantins – Cametá no processo de formação de profissionais de nível superior, assim como relaciona-se às linhas temáticas do Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Universidade na Amazônia.

A realização de uma pesquisa sobre essa problemática exige esforço teórico e metodológico no sentido de compreender a sua complexidade e relevância social e política na contradição do real em tempos de profundas transformações sociais.

Para a compreensão das relações contraditórias novas² e antigas³ dessa realidade, que constituem este momento histórico de pandemia, será adotado o materialismo histórico-dialético. Kosik (1976) possibilita compreender que a dialética é o método mais adequado para a compreensão da reprodução espiritual e intelectual da realidade. Segundo ele, a dialética é o método do desenvolvimento e da explicação dos fenômenos culturais, por isso nada mais pertinente para compreensão deste momento, pois funda-se da análise da atividade prática objetiva do homem histórico.

A perspectiva epistemológica que estrutura essa reflexão, fundamentada em Kosik (1976), considera que, para esse autor, a realidade não se mostra ao homem diretamente tal qual é, e como o homem não tem a faculdade de observar as coisas diretamente em sua essência, muito menos em tempos de incertezas e forte presença do virtual, a pesquisa científica, marcada pela rigorosidade metódica e fundamentação teórica de base crítica, constitui alternativa para compreensão e transformação do real, pois inicialmente este aparece de forma superficial, fragmentada, como uma espécie de representação, ocultando a sua essência.

² Existem, neste momento histórico, marcas históricas novas oriundas da pandemia como um cenário de dúvida e incertezas, no que tange às orientações científicas, políticas, educacionais, ao isolamento social, à crise econômica e à emergência da tecnologia.

³ Existem elementos que são antigos, inerentes à lógica da sociabilidade do capital: concentração de renda, desigualdade social, desemprego estrutural, preconceito, racismo, sistema de saúde e educação precários que só se agravaram ainda mais quando do surgimento desses novos fatores.

A metodologia da pesquisa é de cunho qualitativa, sendo definida como aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise, do tipo estudo de caso, o que segundo Yin (2005) “é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Nesta conjuntura, esse tipo de pesquisa leva a compreender as singularidades inerentes aos sujeitos pesquisados, permitindo, assim, conhecer com mais detalhes as especificidades do campo empírico da pesquisa, a partir do próprio contexto onde os mesmos estão inseridos.

A Faculdade de Educação (CUNTINS – UFPA)⁴ possui 373 (trezentos e setenta e três) estudantes matriculados no Curso de Pedagogia, no ano de 2020⁵. Esse total de estudantes matriculados no SIGAA está sendo contabilizado de acordo com as suas turmas, como mostra a Tabela 1.

Para fins desta pesquisa, consideram-se alguns critérios para seleção dos sujeitos: turmas ainda não concluintes, como: Pedagogia 2016 Extensivo – Cametá, Pedagogia 2016 Intensivo – Polo de Oeiras do Pará, Pedagogia 2017 Extensivo – Cametá, Pedagogia 2017 Intensivo – Cametá, Pedagogia 2018 Intensivo – Polo de limoeiro do Ajuru, Pedagogia 2018 Extensivo – Cametá, Pedagogia 2019 Extensivo – Cametá, Pedagogia 2019 Intensivo – Polo de Mocajuba, totalizando 8 turmas de Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED) do Campus Universitário do Tocantins – Cametá. O total de discentes das turmas selecionadas para a pesquisa são de 305 estudantes. As demais turmas não fazem parte da amostragem por serem formadas por estudantes remanescente de turmas concluídas, ou seja, de difícil contato.

A turma de 2020 também não foi inserida, posto que apenas realizou a matrícula no primeiro semestre do Curso, mas não iniciou as aulas, não tendo, portanto, experimentado a ambiência acadêmica na universidade. Os (as) estudantes do Curso de Pedagogia pelo Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), de uma (01) turma do Polo de Oeiras do Pará e de duas (02) turmas do Polo de Bagre, não foram selecionados (as) pela amostragem, por estarem em fase de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pela dificuldade de contato e pelo fato de que todos são professores da educação básica das redes municipais, em processo de formação inicial.

⁴ A Faculdade de Educação (FAED) do Campus Universitário do Tocantins possibilitou as informações do total de estudantes matriculados, permitindo o recorte da amostragem.

⁵ Fonte: Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA).

Tabela 1. Quantidades de estudantes matriculados no Curso de Pedagogia, no ano de 2020. Fonte: FAED (2020).

Turma	Ano	Quantidade
Pedagogia Mocajuba	2019	36
Pedagogia Oeiras	2016	35
Pedagogia Baião ⁶	2015	4
	2016	1
Pedagogia Limoeiro do Ajuru	2013	1
	2018	35
Pedagogia Cametá Extensivo	2011	2
	2014	6
	2016	42
	2017	39
	2018	41
Pedagogia Cametá Intensivo	2019	42
	2013	1
	2015	2
	2016	7
	2017	35
	2020	44
Total		373

⁶ Turmas com estudantes que não concluíram o período planejado com suas turmas de origem.

Participaram da pesquisa, respondendo questionários, 178 estudantes das turmas de Pedagogia, considerando uma amostragem de 58,4% do total que preencheram os questionários com 27 questões distribuídas entre informações de aspectos pessoais, socioculturais, econômicos, étnico-raciais e acadêmicos, assim como perguntas discursivas do tipo: Como você analisa as políticas públicas dos governos (municipal, estadual e federal) em relação ao enfrentamento da pandemia? Como a ausência da vida acadêmica presencial na universidade afeta a sua rotina? Você poderia nos relatar como tem sido o seu cotidiano nestes tempos de distanciamento/isolamento social?

Contudo, para preservar o anonimato da análise dos dados, foi retirada a coluna dos nomes correspondente à questão nº 1, contendo a identificação dos (as) estudantes, restando, assim, 26 questões da pesquisa.

Fundamentando-se em Cunha (1989; 2007), Chauí (2003) e Santos (2010; 2020), nesta obra foram adotadas os seguintes conceitos: universidade, uma vez, que tem papel fundamental na promoção e formação do ensino ofertado aos seus discentes, pois, segundo Chauí (2003), é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo, isto é, uma ação social, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições pelo fato de a instituição ser social, dentro da mesma existem diversidades, opiniões e atitudes que exprimem as divisões e contradições da sociedade, tornando, assim, a universidade um mecanismo incluído na sociedade e não a margem dela; pedagogia, que segundo Saviani (2007) é a “teoria da educação”, evidenciando-se, nesse sentido, que se trata de uma teoria da prática educativa que se preocupa em expressar uma visão geral de homem, do mundo e da sociedade, com vistas a orientar a compreensão dos fenômenos educativos inerentes aos anseios da sociedade e, por fim; pandemia, a qual afeta todas as áreas da atividade social, econômica e, obviamente, educativa, impactando diretamente toda a população e atingindo de maneira inimaginável toda a sociedade, em especial as classes menos favorecidas.

A análise dos dados ocorreu através do exame dos conteúdos, por meio da estatística descritiva, que consiste na coleta, organização e classificação dos dados numéricos obtidos por levantamentos de informações sobre indivíduo, itens, unidades investigadas, seja da população ou da amostra. Trata-se, ainda, da apresentação dos dados em tabelas, gráficos, medidas de tendência central e de variação, a fim de descrever de maneira abreviada, sob a forma de números, os dados em questão, permitindo direcionar outras análises e tornar os dados compreensivos (Ayres, 2012).

Os resultados obtidos possibilitam compreender que o isolamento social, provocado pela pandemia do novo coronavírus, provocou muitas implicações na rotina dos (as) estudantes do Curso de Pedagogia, no que tange ao trabalho, à renda, aos estudos, à vida social, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O isolamento social provocado pela pandemia vem afetando, de maneira coletiva e individual, a vida de cada um. Conforme destacado anteriormente, trata-se de uma realidade que desafia em todos os aspectos. Conhecer as suas implicações nos âmbitos econômico, educacional, cultural e social dos (as) estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá possibilita explicitar as contradições de um problema histórico e social em relação às desigualdades, assim como revela a preocupação dos (as) mesmos (as) com a situação vivenciada, auxiliando na compreensão sobre como está ocorrendo o processo da sua formação, considerando o acesso às redes de internet, as suas fontes de informações e as atividades educativas realizadas. Possibilita, ainda, pensar o processo de interiorização das universidades públicas, especificamente do CUNTINS – Cametá. A presente pesquisa proporcionou a construção de uma visão de mundo relacionada ao processo de conhecimento da realidade, a fim de dialogar com ela, o que, em tempos de pandemia, dá condições de compreender o papel dos sujeitos em sociedade, considerando as especificidades de cada um. Este trabalho possibilita, portanto, uma porta de entrada pra novos estudos com relação aos impactos de uma pandemia nas nossas vidas e nas vidas dos acadêmicos de pedagogia, os quais, futuramente, serão educadores sociais.

Considerando que este capítulo tem como objetivo introduzir a obra, ressalta-se que a mesma está estruturada com seis capítulos, da seguinte forma:

O primeiro capítulo, intitulado “**Universidade e pesquisa: Os desafios teórico-metodológicos da investigação**”, possibilitou, como se viu, um diálogo inicial sobre os caminhos da pesquisa, apresentando introdutoriamente esta obra, no sentido de compartilhar com os leitores um ensaio, um diálogo sobre a relevância de pesquisar.

O segundo capítulo, intitulado “**O perfil socioeconômico dos (as) estudantes de Pedagogia da UFPA/Cametá**” irá analisar, como descreve o próprio título, o perfil socioeconômico dos(as) estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá. O processo metodológico será pautado no materialismo histórico-dialético. As coletas dos dados seguirão as orientações da abordagem qualitativa, com apoio na pesquisa do tipo estudo de caso. Os instrumentos de coletas de dados serão pautados em entrevistas estruturadas e semiestruturadas, e as análises dos dados apoiar-se-ão na análise do conteúdo. Os resultados, enfim, irão destacar que a maioria dos (as) estudantes são do sexo feminino, com baixa renda, e que há a necessidade de políticas públicas educacionais mais efetivas para contribuir, ainda mais, na inclusão de acesso dos filhos dos trabalhadores aos cursos da universidade.

O terceiro capítulo, intitulado “**Função social da universidade no interior da Amazônia em tempos de pandemia**”, apresentará uma análise das implicações da impossibilidade da convivência

cotidiana acadêmica presencial na universidade, no âmbito da rotina dos (as) estudantes das turmas de Pedagogia. Os dados da pesquisa possibilitarão a compreensão da função social da universidade, as concepções de universidades para cada um dos sujeitos, além de análises sobre os impactos da pandemia na vivência dos sujeitos em relação à ambiência nas universidades e como isso os vem afetando. O referido capítulo analisará, ainda, conseqüentemente, o processo de interiorização que vem expandindo a universidade para além dos seus muros, no que tange ao seu processo formativo.

O quarto capítulo, intitulado **“Estado, políticas públicas e suas implicações na saúde e na vida dos (as) estudantes de Pedagogia”**, analisará as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado Brasileiro em tempos de pandemia, discutindo as políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal frente à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), apresentando implicações da pandemia na saúde dos sujeitos dessa pesquisa e abordando, ainda, o cotidiano estudantil do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá neste período de distanciamento/isolamento social.

O quinto capítulo, intitulado **“Implicações do isolamento social no trabalho e renda dos(as) estudantes da Pedagogia da UFPA/Campus de Cametá: explicitando a exclusão dos trabalhadores e as contradições do capital”**, analisará a situação de trabalho e renda dos(as) estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá. O processo metodológico será pautado no materialismo histórico-dialético, tendo Marx (1985) como fundamento teórico. A coleta de dados seguirá os moldes da entrevista semiestruturada, com questionamento aberto e fechado. Para verificação dos dados, a análises dos conteúdos servirão como base de apoio. Os resultados evidenciarão, portanto, que a pandemia aprofundou ainda mais as desigualdades de trabalho e renda, principiante para os (as) estudantes do Curso de Pedagogia, com a conclusão, ainda, de que a lógica do capital se articula para manter e ampliar os privilégios da classe detentora do poder aquisitivo, excluindo a classe que vive do trabalho.

O sexto capítulo, intitulado **“Implicações do isolamento social no processo formativo em tempos de pandemia”**, terá como objetivo analisar as implicações do isolamento social no processo formativo dos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. No primeiro momento, será apresentada a discussão sobre os recursos tecnológicos e os desafios para o processo formativo acadêmico em tempos de pandemia, destacando-se os aspectos do acesso às TICS e aos dados móveis para o processo de conectividade. No segundo momento, será feito um debate sobre as atividades educacionais, culturais e recreativas, no tocante à análise das atividades desportivas realizadas durante a pandemia pelos (as) estudantes do Curso de Pedagogia.


REFERÊNCIAS

- Aragão JWM, Neta MAHM (2017). Metodologia Científica. Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância. 51 p.: il. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174996/2/eBook_Metodologia_Cientifica-Especializacao_em_Producao_de_Midias_para_Educacao_Online_UFBA.pdf Acesso em: 10 de jul. de 2020.
- Arruda EP (2020). Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Revista de Educação à Distância EmRede*, 7(1): 257-275.
- Augusto CB, Santos RD (2020). *Pandemias e Pandemônio no Brasil*. Ilustrações Rodolfo Carvalho. 1º ed. São Paulo: Tirant lo Blanch.
- Chauí M (2003). *Escritos sobre universidade*. São Paulo: Unesp.
- Chizzotti A (2010). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cunha LA (2007c). *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: Editora Unesp.
- Cunha LA (2007b). *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora Unesp.
- Cunha LA (2007a). *A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Cunha LA (1989). *Qual universidade?* São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989 (Coleção polêmicas do nosso tempo; 31).
- Cunha MI (1995). A Pesquisa Qualitativa e a Didática. In: OLIVEIRA M.R.N.S. (org.), *Didática: Ruptura, Compromisso e Pesquisa*. São Paulo, Papyrus Editora.
- FAED-CUNTINS-UFPA. Número de alunos de Pedagogia por turma produzidos pelo SIGAA. Cameta-PA. 2020 (impresso).
- Kosik K (1976). *Dialética do concreto*. 2. ed. (6ª Reimpressão) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Rodrigues AJ (2006). *Metodologia Científica: completo e essencial para a vida universitária*. São Paulo: Avercamp.
- Santos BS (2010). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. 3ª ed. São Paulo: Cortez.
- Saviani D (2007). Pedagogia: o espaço da educação na universidade. *Cadernos de Pesquisa*, 37(130): 99-134.
- Yin RK (2005). *Estudo de Caso: Planejamento e método*. 3ª ed. (Obra original publicada em 1984). Porto Alegre: Bookman.

O perfil socioeconômico dos estudantes do curso de pedagogia da UFPA/CAMETÁ


Recebido em: 10/08/2020

Aceito em: 18/08/2020


 10.46420/9786588319079cap2

João Batista do Carmo Silva¹ 

Egídio Martins² 

Benilda Miranda Veloso Silva³ 

Bruno Henrique Silva da Silva⁴ 

Cheliane Estumano Gaia⁵ 

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar o perfil socioeconômico dos estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, ao mesmo tempo em que compreende como essa construção interfere na apropriação do conhecimento desses sujeitos. Para dar conta de materializar o objetivo proposto, segue-se o seguinte questionamento: Qual o perfil da situação socioeconômica dos estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá?

A sociedade vem passando por várias transformações, principalmente nos aspectos socioeconômicos políticos e culturais, interferindo diretamente na educação. Ou seja, a educação está envolvida em todos os setores da sociedade, e através dela torna-se possível conhecer e reconhecer as mudanças desta. O processo formativo se materializa nas relações com os outros, a partir da fala e dos ensinamentos, em um movimento constante de ensino-aprendizagem.

A educação, no contexto da crise da saúde pública, impulsionado pela crise do capital, desafia para um processo de construção de uma nova realidade, onde prevaleça a mudança de mentalidade,

¹ Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: jbatista@ufpa.br.

² Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: egidio@ufpa.br.

³ Doutoranda em Educação do PPGE/FAE/UFMG. Técnica em Educação da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará. Seduc-PA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: bveloso@ufpa.br.

⁴ Graduando do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia e bolsista de extensão do Programa Conexões de Saberes. E-mail: brunopedagogia17@gmail.com.

⁵ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia e bolsista de extensão/Eixo Transversal. E-mail: shelianegaia@gmail.com.

capaz de produzir projetos que vislumbrem o processo educacional como prioridade para a classe desfavorecida. O Estado Neoliberal não tem proporcionado políticas públicas em prol da classe trabalhadora, ao contrário, tem impulsionado incentivos para o grande capital nacional e internacional. Diante desse cenário, faz-se necessário impulsionar lutas em busca de melhores condições nos diversos aspectos sociais, principalmente no campo formativo, ou seja, incentivar a construção de um projeto de educação contra-hegemônica que proporcione a conquista de direitos, qualidade, gratuidade e, principalmente, acessos e permanência aos benefícios da sociedade.

Com o avanço do novo coronavírus até o interior do estado, a preocupação com a saúde, seguindo as medidas de isolamento² e distanciamento social reflete nas condições socioeconômicas das famílias de baixa renda. É a partir dessa realidade que se pretende conhecer o perfil socioeconômico dos sujeitos pesquisados, a fim de compreender o processo formativo acadêmico dos estudantes. Nesse sentido, pode-se firmar que a pandemia tem produzido implicações drásticas para os estudantes da universidade.

O contexto atual exige mudanças em todos os aspectos da vida humana. Trata-se de uma crise na saúde pública, provocando implicações em toda as esferas da sociedade global, principalmente nas relações de trabalho, nas estruturas dos estudos, e até mesmo nas formas de se diversão e convívio, buscando-se adaptar em diferentes situações nessa nova realidade. Um cenário, portanto, que não ausenta a região do Baixo Tocantins³, com destaque para os estudos das universidades, assim como de outros setores da sociedade.

A metodologia da pesquisa se pauta na abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, com apoio no materialismo histórico-dialético. Os instrumentos de coletas de dados seguem as recomendações das entrevistas estruturadas e semiestruturadas. As análises dos dados pautam-se na análise do conteúdo. A fundamentação teórica conta com apoio de: Castro (2016), Chauí (2003), Costa (2014) e Queiroz (2017), além de dos documentos oficiais do MEC e da UFPA.

O artigo divide-se em duas partes. Na primeira analisam-se os sujeitos da pesquisa e as desigualdades sociais. Nessa seção, apresentam-se os dados que refletem a realidade socioeconômica dos estudantes pesquisados, assim como a dificuldades de acesso aos direitos sociais, como o acesso à universidade.

Na segunda parte, reporta-se UNIVERSIDADE E INSERÇÃO REGIONAL: de onde são os estudantes de Pedagogia, buscando compreender o contexto que envolve os pesquisados desde a sua

² No momento da pesquisa, o isolamento social se configura como uma obrigatoriedade dos estados e municípios para todos os cidadãos.

³ O Território da Cidadania Baixo Tocantins - PA está localizado na região Norte e é composto por 11 municípios: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia. O Baixo Tocantins encontra-se numa zona de fronteira. A microrregião localiza-se entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, no nordeste do Pará, por onde passa a linha dividindo coincidentemente a microrregião do Baixo Tocantins e a de Tucuruí.

origem. Finaliza-se com as considerações finais, fazendo uma síntese da conclusão da pesquisa, ao mesmo tempo provocando discussão para possíveis alternativas à inclusão dos estudantes aos cursos da universidade.

Os sujeitos da pesquisa e as desigualdades sociais

Para analisar os perfis socioeconômicos dos sujeitos desta pesquisa, torna-se necessário contextualizar a realidade vigente, onde as relações presenciais estão perdendo espaço para as relações virtuais, provocadas pelas medidas de isolamento social recomendados pelos órgãos competentes da saúde.

Analisar o perfil dos estudantes do Curso de Pedagogia se configura como um importante instrumento para conhecimento das características dos sujeitos que frequentam o curso. Partindo dessa premissa, busca-se uma melhor visibilidade do perfil dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Campus de Cametá, no sentido de obter uma análise do processo formativo no contexto da pandemia. Ou seja, quais as consequências provocadas pela pandemia nas relações dos estudantes com a universidade?

Observa-se, a partir dos dados, que a faixa etária dos estudantes fica entre 18 e 48 anos. Se for considerada a entrada de novos discentes no ensino superior, a maioria dos estudantes são jovens entre 18 a 24 anos. Esse é um fato positivo levando-se em consideração o Plano Nacional de Educação (2014/2024), na sua meta 12:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público (Brasil, 2014).

Do total de 100% dos estudantes, um pouco mais da metade está nessa faixa etária, o que corresponde a 55% daqueles matriculados no Curso de Pedagogia que estão entre 18 a 24 anos.

No entanto, não se pode desconsiderar os números de estudantes cursando o ensino superior a partir dessa faixa etária, os quais estão cada vez mais em busca de conhecimentos, número esse que vem crescendo gradativamente com a expansão e democratização do ensino superior.

Merecem destaque os estudantes com idades a partir dos 40 anos, os quais buscam, na universidade, novas perspectivas profissionais, satisfação pessoal e até mesmo manter-se em atividade, uma vez que nunca é tarde para estudar. No entanto, os estudantes com mais idade podem passar por dificuldades de adaptação ou até mesmo preconceito. Nesse sentido, o apoio institucional dos mais jovens torna-se importantíssimo nesse processo.

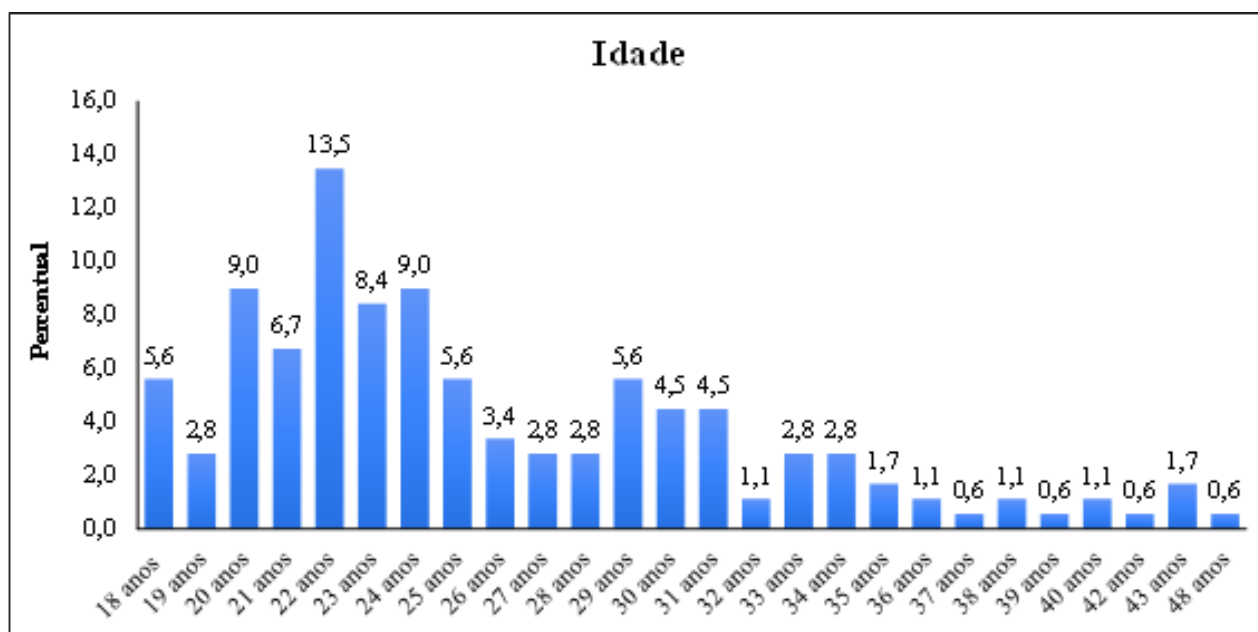


Gráfico 1. Percentual da faixa etária dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá. Fonte: Silva et al. (2020).

Observa-se, também, que 65,2% dos estudantes são do gênero feminino, como mostra o Gráfico 2, pois sabe-se que, historicamente, desde o surgimento do Curso de Pedagogia, a sua maioria era de discentes mulheres. Com isso, pode-se observar que mesmo com a crescente busca por parte os homens, o curso ainda se mantém, em sua grande maioria, frequentado por estudantes do gênero feminino. De acordo com o Censo da Educação Superior de 2018, o número de matrículas no ensino superior a nível de graduação corresponde a 71,3% para as mulheres e de 28,7% para os homens. Assim, as mulheres estão cada vez inseridas na carreira do magistério.

[...] foi sendo configurada por meio de transformações sociais organizadas sob a ótica dos gêneros. Como resultado dessas transformações, o curso de Pedagogia se constituiu em um espaço hegemônico de formação feminina, contribuindo para a construção de um perfil sobre seus/suas discentes (Castro; Santos, 2016).

Nesse sentido, considerar as relações de gênero são fundamentais para as construções sociais. Assim, o conjunto de características consideradas “naturalmente” femininas ou masculinas, com relação à formação em pedagogia, caracteriza-a como um espaço hegemônico de formação feminina, reiterado pelos discursos sociais e culturais das mulheres, conforme dispõem Castro e Santos (2016).

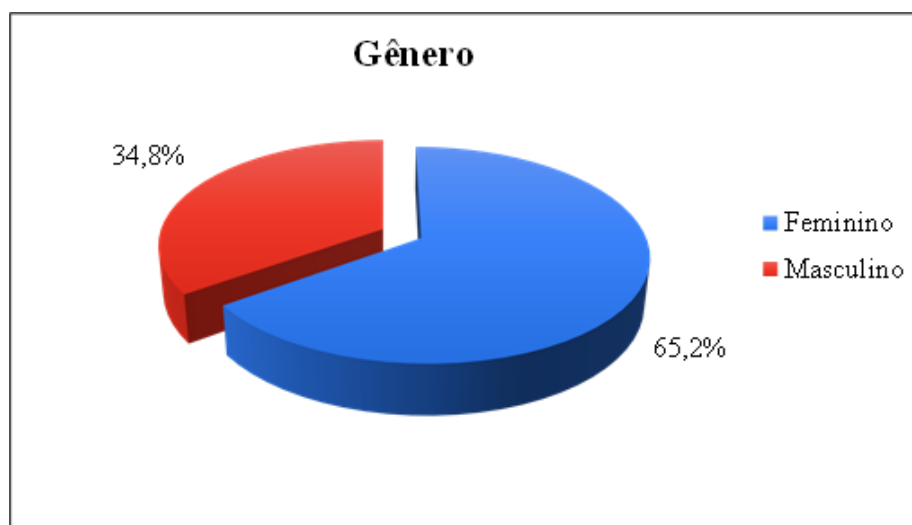


Gráfico 2. Percentual do gênero dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá. Fonte: Silva et al. (2020).

Tais dados são bastante significativos, em se considerando os primórdios da educação superior brasileira, referente ao gênero feminino, que por muito tempo excluiu as mulheres dos direitos à educação. Depois de muitas lutas, elas conseguiram ingressar nas escolas e nas instituições de ensino superior, como afirma a pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que mostra estudantes do sexo feminino como maioria nas universidades federais. Desde a primeira pesquisa, realizada em 1996, as mulheres eram 51,4% do corpo discente, tendo acréscimo, no ano 2018, para 54,6% do total.

Dentre os feitos que contribuíram para a entrada das mulheres nas universidades públicas, o projeto de interiorização tem um papel significativo, pois possibilitou ampliar o acesso à universidade para as zonas mais distantes do núcleo urbano, oportunizando o ensino superior aos povos ribeirinhos, quilombolas, rurais entre outros. O processo de interiorização impulsionou a captação de recursos para as universidades, ampliando o número do corpo docente através do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni).

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará (PDI 2016-2025) pauta-se no “objetivo de expandir suas ações de ensino, pesquisa e extensão para os municípios do interior do estado, buscando uma integração mais efetiva com a sociedade amazônica, além de promover o desenvolvimento da interiorização”. Nesse sentido, o processo de formação busca atender às demandas da região, potencializando os seus aspectos socioeconômicos, políticos e culturais. O processo de interiorização possibilitou que o ensino também pudesse alcançar o interior dos estados e, conseqüentemente, um número maior de estudantes, principalmente de mulheres no espaço acadêmico.

Outra característica do perfil dos estudantes no curso pesquisado está relacionada com o estado civil, uma vez que os solteiros são a maioria. A partir do questionamento sobre qual seria o seu estado civil, observa-se, a partir do Gráfico 3, que o maior percentual corresponde aos solteiros, com 71,35%, seguido daqueles em união estável, com 19,66%, casados, com 7,87%, e divorciados, com 1,16%. Esse índice é bastante coerente considerando-se que a maioria dos estudantes são jovens, como mostra os dados do primeiro gráfico. Com isso, conseqüentemente, tem-se um percentual grande de estudantes solteiros cursando pedagogia.

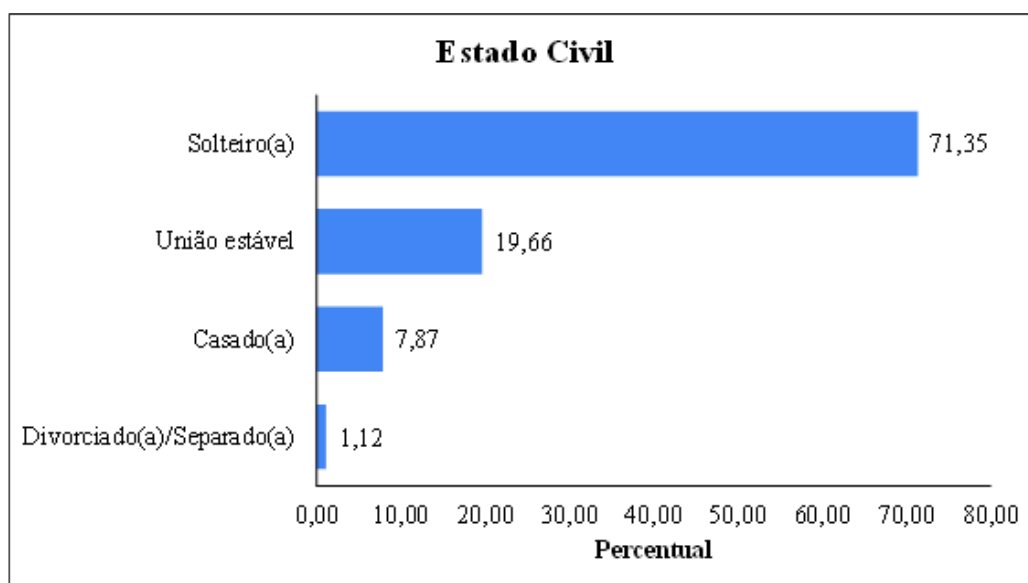


Gráfico 3. Percentual do estado civil dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá. Fonte: Silva et al. (2020).

Quando questionados se possuem filhos, 62,4% dos estudantes respondem que não, indo de encontro com os dados do Gráfico 3 (maioria solteiros) e com os dados do Gráfico 1 (em grande parte jovens). No entanto, 37,6% dos entrevistados possuem filhos, ou seja, os estudantes não somente exercem atividades universitárias como também cuidam de suas famílias. É uma realidade que chama a atenção, pois os estudantes tendem a dividir o seu tempo entre as atividades da universidade, trabalho e família/filhos, deixando muitas vezes de usufruir ou aproveitar por inteiro ambos os momentos, fator esse ocasionado pela rotina, em muitos casos cansativa.

Diante do momento vivenciado, em que a pandemia passou a restringir muitos hábitos, pensa-se que, de alguma forma, este período contribuiu para que pais e filhos estejam juntos e tenham mais tempo para fazerem atividades, o que não era possível antes, por conta do cotidiano e da correria, ocasionando o fortalecimento dos laços.

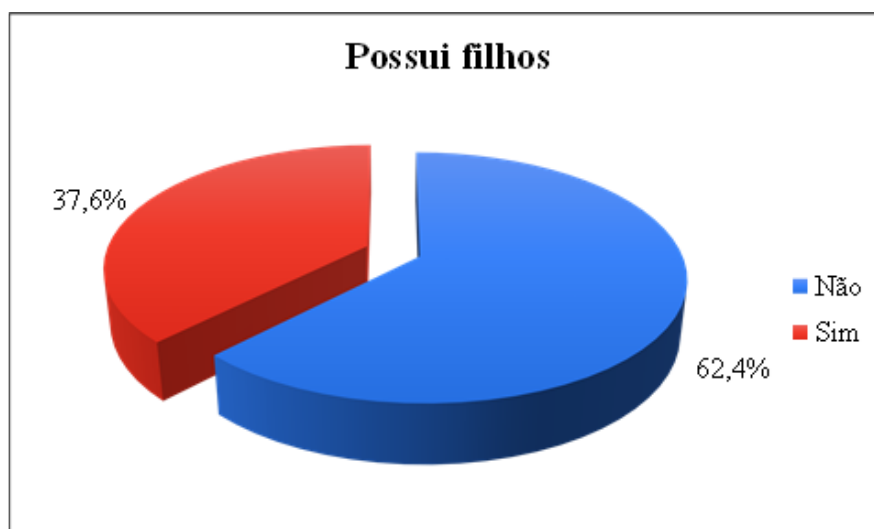


Gráfico 4. Percentual de estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá que possui filhos. Fonte: Silva et al. (2020).

Os dados revelam que os estudantes possuem entre um e dois filhos, correspondendo, respectivamente, a 52,2% e 31,3%. Diante disso, infere-se as crescentes mudanças que a composição familiar vem sofrendo ao longo dos anos. Casais buscam ter filhos mais tardiamente quando estão economicamente instáveis ou preparados para exercerem a função de pai ou mãe.

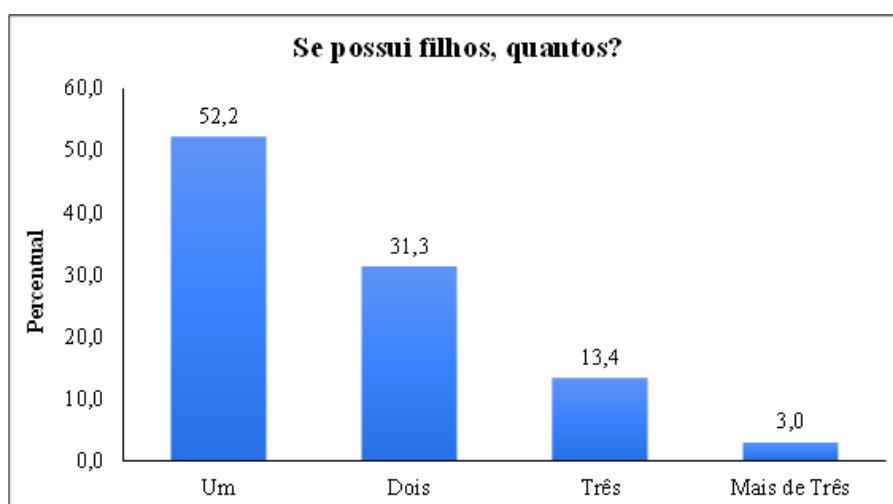


Gráfico 5. Percentual da quantidade de filhos de estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá. Fonte: Silva et al. (2020)

A estrutura familiar, com relação à quantidade de filhos, tem mudado bastante. Desde a antiguidade as famílias eram constituídas por muitas proles. No entanto, com o passar dos anos, visualiza-se a decadência dessa composição. Hoje, as famílias são compostas por um ou dois filhos, na

sua maioria. Uma das consequências disso é o crescente número de mulheres inseridas no mercado de trabalho, buscando autonomia financeira, ao mesmo tempo em que evitam ter muitos filhos.

Outro fator que ajuda na caracterização dos perfis dos estudantes entrevistados são as condições de moradia, números de pessoas na residência e a localidade onde vivem. Essa realidade se articula diretamente com o atual cenário da crise sanitária, visto que, se porventura alguém da família contrair o vírus, como proceder para atender às recomendações das autoridades da saúde? A compreensão dessa realidade pode refletir a situação socioeconômica dos estudantes pesquisados.

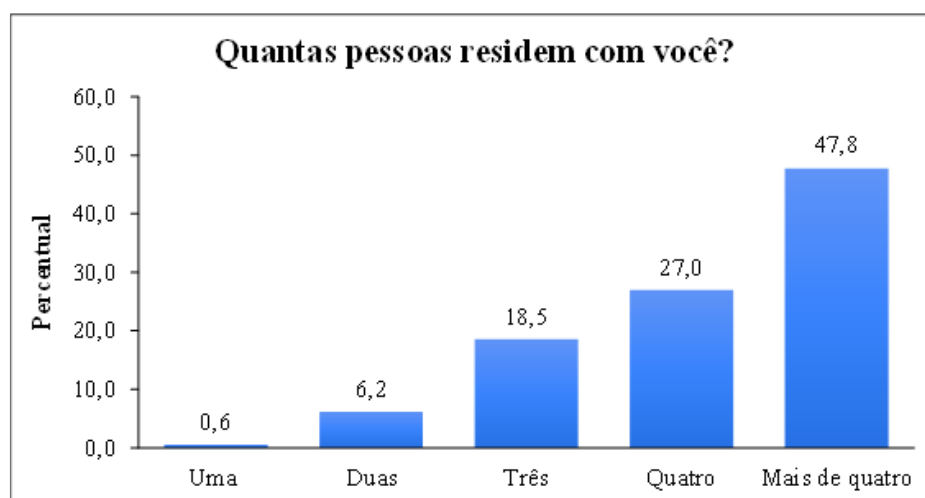


Gráfico 6. Percentual da quantidade de pessoas que residem juntos com os estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá. Fonte: Silva et al. (2020).

São perceptíveis as famílias compostas por mais de quatro pessoas em uma única residência. Assim, 47,8% dos discentes consultados afirmam que moram com mais de 4 pessoas no mesmo imóvel, enquanto 27% afirmam que moram com apenas 4 pessoas, ao que 18,5% afirmam que moram com apenas 3 pessoas. De outro modo, 6,2% dos discentes dizem morar apenas com 2 pessoas, enquanto apenas 0,6% afirmam morar sozinhos.

Pode-se, portanto, perceber a composição das famílias dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá, o que resulta diretamente na sua questão financeira, tendo em vista que mais pessoas residindo sob um mesmo teto requer mais recursos financeiros para custear as despesas mensais familiares. Por outro lado, há despesas maiores, o que interfere nas apropriações dos bens materiais, como celulares, computadores, internet, entre outros mecanismos importantes para contribuir ao acesso aos conteúdos acadêmicos.

Outro elemento importante para contribuir na caracterização do perfil dos estudantes pesquisados refere-se à cor/raça. O gráfico abaixo demonstra o resultado do questionamento a respeito de como esses estudantes se autodeclaram.

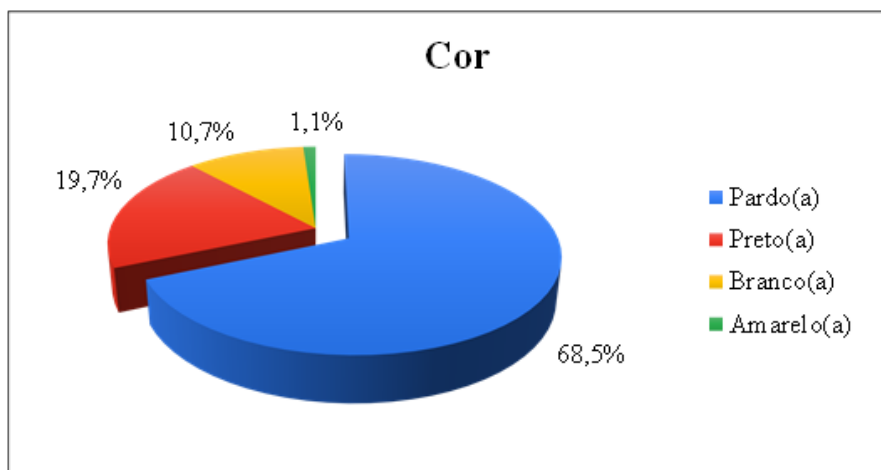


Gráfico 7. Percentual da cor-raça dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá. Fonte: Silva et al. (2020).

Diante disso, é necessário analisar as questões relacionadas ao preconceito e ao racismo existentes na sociedade brasileira, cenário esse marcado pela constante marginalização e discriminação desde o processo de colonização, que estereotipou o branco como superior aos demais, negando direitos sociais aos pretos e pardos. No campo educacional, essa realidade não é diferente. No ensino superior, pouco eram os negros que adentravam às universidades. De acordo com Queiroz (2012), até o final da década de 1990 pouco se sabia sobre o acesso e trajetória da população negra no ensino superior, sobretudo nas universidades públicas.

Nesse sentido, tornou-se necessário pensar em ações afirmativas que garantissem a inserção e igualdade para todos, no tocante à entrada dos estudantes no ensino superior, haja vista as crescentes desigualdades existentes. O ápice da discussão acerca das políticas de ações afirmativas se intensificou com o advento de uma proposta de lei que viria a destinar certo número de vagas para os grupos marginalizados, o que se constitui por direito através da aprovação da Lei nº 12.711/2012, onde se estabeleceu a reserva da metade das vagas para as cotas raciais e sociais. Ou seja, essa lei instituiu cotas nas Instituições Federais de Educação Superior (IFES), com a reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos das escolas públicas, considerando a renda familiar e a autotaxação racial (pretos, pardos e indígenas), configurando-se como uma importante política de acesso e democratização do ensino superior brasileiro, principalmente às classes subalternas.

A necessidade de adoção de tais medidas, na realidade brasileira, tem sua justificativa na longa história de discriminação e desigualdade experimentada pela população brasileira desde os tempos coloniais, o que se reproduz no presente. As políticas de ação afirmativa ou cotas são medidas

[...] concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (Gomes apud Queiroz, 2012).

Ou seja, as políticas de ação afirmativas têm, como objetivo, elevar o número de estudantes ingressantes no ensino superior provenientes de grupos até então excluídos e desprovidos de direitos, principalmente educacionais. Após a criação de políticas afirmativas ampliarem o acesso dos grupos menos favorecidos nas universidades, o número dos que se declararam pretos, pardos e indígenas aumentou, de acordo com os dados da pesquisa realizada pela Andifes.

Os sujeitos da pesquisa são de diversos contextos e contrastes. Muitos buscam, dentro de suas possibilidades, formação no âmbito do ensino superior, com perspectiva de melhoria de vida. Porém, são grandes os desafios enfrentados para seguir o percurso acadêmico, sejam eles familiares, financeiros, religiosos, políticos ou culturais. Compreender esses aspectos ajuda a conhecer ainda mais os futuros docentes que frequentam o Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá.

Tabela 1. Graduandos (as) segundo cor ou raça- 2003 a 2018. Fonte: Silva et al. (2020), adaptada da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (2018).

Cor ou Raça	2003	2010	2014	2018
Amarela	21.122	20.079	21.977	25.643
Branca	278.811	353.971	429.149	520.008
Parda	132.834	210.498	354.688	470.227
Preta	27.693	57.218	92.240	143.599
Indígena	9.388	6.102	6.014	10.736
Outra	-	8.399	-	-
Sem declaração	-	-	35.536	30.087
Total	469.848	656.167	939.604	1.200.300

Tendo em vista os aspectos mencionados, constata-se que analisar o perfil desses estudantes nada mais é que familiarizar-se com os sujeitos da pesquisa. Conhecer quem são, de onde são e o que fazem torna-se um mecanismo essencial para entender as especificidades dos estudantes pesquisados. Esse reconhecimento pode contribuir para desenvolver mecanismos que auxiliem e potencializem o processo formativo desses sujeitos, ao mesmo tempo em que constroem melhorias de condições de ensino-aprendizagem para os estudantes que frequentam a UFPA/Cametá.

Desta forma, a análise do perfil de estudantes do Curso da Pedagogia se justifica na medida em que tais características influenciam na forma como ocorre o aprendizado da docência. Portanto, conhecer o perfil dos estudantes pode se converter em um instrumento basilar para proporcionar debates e discussões no encaminhamento de políticas públicas educacionais direcionadas para esse público.

Essas particularidades estão mais evidentes quando os discentes do Curso de Pedagogia são oriundos de diversos municípios, como Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Baião, entre outros. A inserção desses sujeitos no meio acadêmico amplia ainda mais a responsabilidade da UFPA/Cametá. Essa inserção regional na universidade é um importante marco para a melhoria das possibilidades de inclusão ao ensino superior aos estudantes que não possuem estrutura em seu município de origem.

Portanto, torna-se fundamental realizar uma análise acerca de onde vêm os estudantes que estão entrando na universidade, a fim de compreender a real situação dos sujeitos que frequentam um curso superior voltado à formação de professores. No tópico a seguir, buscar-se-á analisar a origem dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá.

UNIVERSIDADE E INSERÇÃO REGIONAL: de onde vêm os estudantes do Curso de Pedagogia?

A UFPA/Cametá tem suas especificidades, as quais não podem ser negligenciadas. Uma delas está relacionada aos sujeitos que dela fazem parte, ou seja, de onde vêm os estudantes que frequentam essa universidade. Analisar tais questionamento é importante não apenas para a pesquisa em si, mas também para possibilitar a ampliação de políticas de inclusão ao nível superior. Falar da universidade e sua inserção na região do Baixo Tocantins remete à reflexão sobre o caminho que os discentes percorrem para produzir o conhecimento sistematizado, ao mesmo tempo em que se tenta compreender como a dinâmica dos interiores e das localidades interfere na vida acadêmica dos sujeitos pesquisados.

O Campus Universitário do Tocantins é responsável por levar a formação acadêmica e social aos municípios de Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Baião. Com isso pode-se

observar que os quatros polos que compõem o Campus de Cametá, além de fortalecerem a interiorização da UFPA, conseguem abarcar os discentes de diferentes regiões, tanto da cidade quanto do interior.

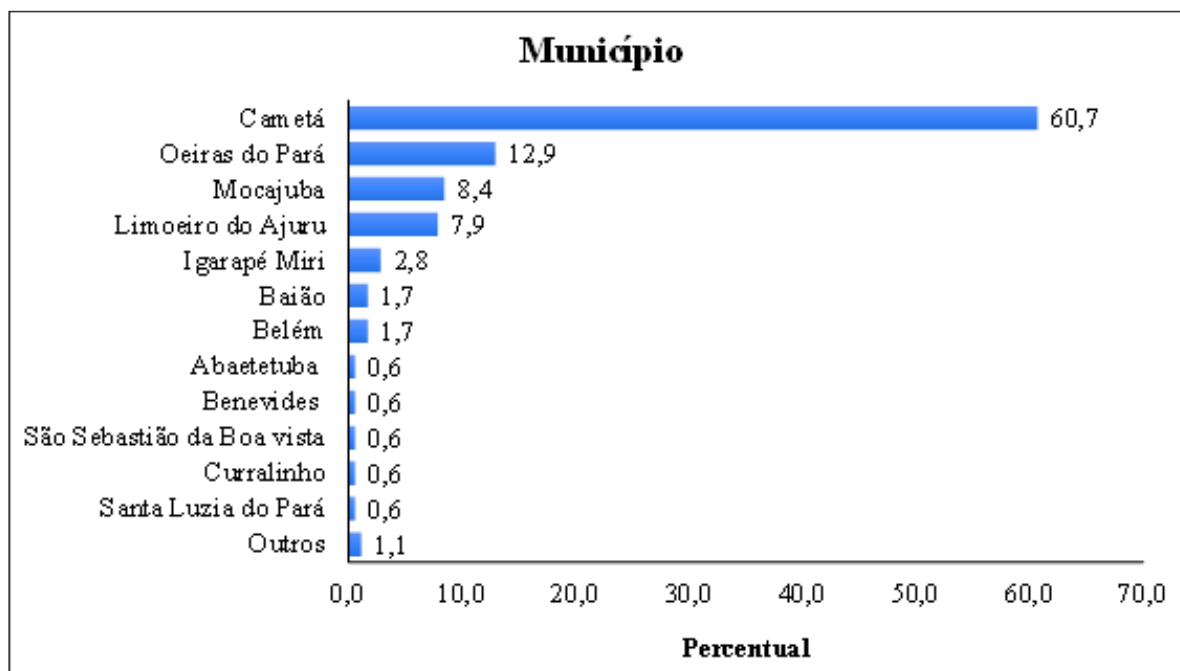


Gráfico 8. Percentual dos municípios de origem dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá. Fonte: Silva et al. (2020).

O gráfico releva que a grande maioria dos estudantes do Curso de Pedagogia são do município de Cametá, onde está situada a sede do Campus Universitário do Tocantins. Esse dado torna-se interessante porque chama a atenção para a importância das políticas públicas de inclusão dos estudantes do município no processo da formação acadêmica. Proporcionar o desenvolvimento regional do Baixo Tocantins requer possibilitar acesso ao nível superior para os filhos dos trabalhadores locais.

Pode-se descartar, tendo em vista o número de turmas do Curso de Pedagogia ofertadas, que a maioria dos estudantes consultados nesta pesquisa é da cidade de Cametá e suas localidades, ou seja, cerca de 108 discentes. Em seguida vem Oeiras do Pará, com 23 discentes, Mocajuba com 15, Limoeiro do Ajuru com 14 e, apesar de o município de Igarapé-Miri estar distante do polo do Tocantins, tem-se um número de 5 estudantes oriundos desse município. Em seguida, aparecem Belém e Baião, com 3 estudantes cada e, com 1 discente apenas, aparecem Abaetetuba, Benevides, Santa Luzia, Currálinho, São Sebastião da Boa Vista e outros. Isso demonstra o deslocamento que os estudantes fazem de suas moradias para realizarem o processo de formação inicial no Curso de Pedagogia referido.

Intensificado o processo de interiorização das universidades públicas, a busca pelos cursos de licenciatura trouxe novas perspectivas para que mais jovens pudesse ter a sua formação inicial, segundo dispõe Leite et al. (2018).

[...] eis que cada uma delas adquire contornos próprios, em conformidade com as suas especificidades, colocando em debate as dificuldades e dilemas da formação inicial, de modo que consigam atender e fomentar as exigências formativas para que os futuros docentes consigam desempenhar sua tarefa educativa nessas distintas modalidades [...] (Leite et al., 2018).

Com isso, além dos atuais desafios e demandas, a formação docente é, reconhecidamente, uma ação complexa, sobretudo quando se reflete a respeito do papel do professor, bem como sobre a sua função social. Nóvoa (2006) relata o compromisso social do docente, posto que “educar é conseguir que a criança ultrapasse as fronteiras, [...] e a realidade da escola nos abriga a ir além da escola, comunicar com o público, intervir no espaço público da educação”. Dessa forma, as contribuições do professor estabelecem as condições de ensinamentos que dialoguem com a realidade local e o compromisso de formar os indivíduos dentro do seu espaço, possibilitando o acesso à educação para além da sala de aula. Daí a necessidade da manutenção e ampliação da interiorização da UFPA/Cametá.

Além do público distinto do que o Campus Universitário do Tocantins abrange na região, há um número de estudantes que buscam a sua formação distante de seu município de origem, este um importante dado para compreender a necessidade da interiorização da UFPA dentro de seus Campi. Segundo Costa (2014),

Assim, falar de interiorização da educação ou da ES é também falar do seu processo de expansão. No caso em tela, representam o ato de levar e garantir a oferta e a manutenção de ES pública para o interior do país, seus estados e municípios, assegurando a oferta dessa educação como direito social a todos os brasileiros (Costa, 2014).

Desse modo, estar mais perto da comunidade para poder agir e contribuir nos aspectos que fortaleçam o diálogo e o comprometimento desses estudantes com o papel social, enquanto futuros educadores, é possível através da “interiorização da interiorização”, ou seja, os próprios Multicampi entram nos interiores onde estão instalados, considerando a amplitude nas vagas de níveis de graduação.

Esse processo possibilita a atuação da assistência estudantil da universidade, pois os estudantes, por não serem do município de origem, pleiteiam as oportunidades de bolsas e auxílios ofertados, a fim de se manterem no município onde estudam, como os auxílios permanência e moradia, bolsas de ensino, pesquisa e extensão, com diversos projetos voltados para a formação e o fortalecimento social da universidade, em diálogo com as comunidades externas.

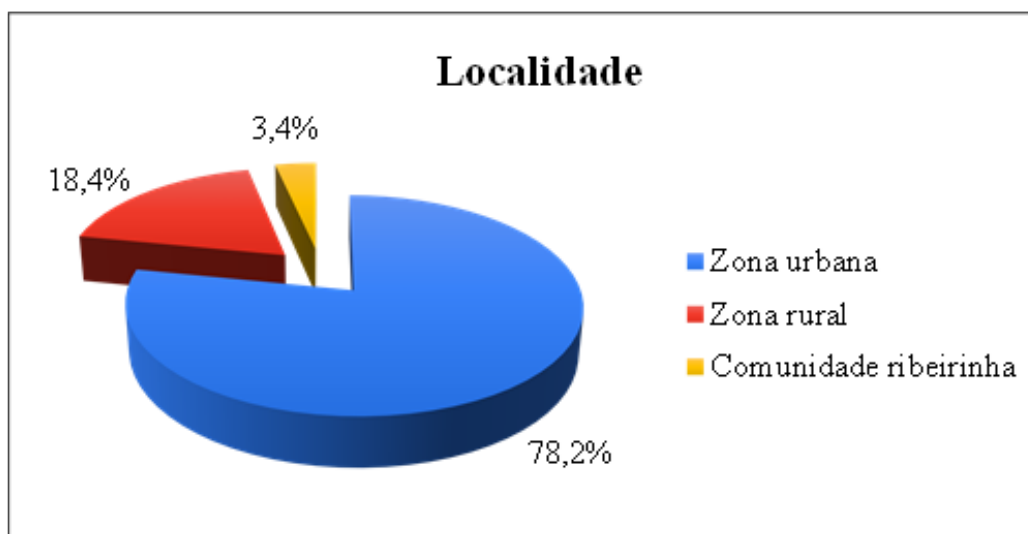


Gráfico 9. Percentual da localidade dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá. Fonte: Silva et al. (2020).

Destaca-se, aqui, a distribuição da localidade desses estudantes, ao que se percebe que a maioria é da zona urbana, somando 78%, enquanto a zona rural, composta por regiões das ilhas, estradas e demais localidades afastadas do município, soma 22% dos estudantes consultados.

A dificuldade de acesso dos jovens da zona rural e demais localidades se apresenta no gráfico acima. Os cursos de graduação agregam muitos jovens do interior desses municípios, com os quais ou não foi possível estabelecer comunicação ou, quando possível, simplesmente relataram a falta de acesso à rede de internet.

Pode-se perceber que, mesmo morando em zona urbana, as dificuldades enfrentadas pelos discentes com relação ao acesso é bastante ampla. Nesse sentido, preocupa o modelo de ensino remoto que não considera essas especificidades dos jovens interioranos, deixando os mesmos longe do seu processo formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o perfil dos estudantes do Curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Pará/Campus de Tocantins – Cametá, bem como as suas especificidades, é extremamente importante para se entender as características dos discentes que frequentam esse Campus, pois é a partir desses elementos que podem ser constituídos mecanismos que englobem todos os envolvidos, auxiliando no processo de construção de conhecimento.

Os resultados remetem a afirmar que a maioria dos que frequentam o Curso de Pedagogia são jovens. Os dados apontam, também, um número significativo de mulheres na universidade, onde, por meio de muitas lutas, elas passam a ter espaço e voz em um ambiente anteriormente negado. Isso se dá muito pelo processo de interiorização que vem ocorrendo nas universidades, com destaque para a UFPA/Cametá, a fim de que cada vez mais sujeitos historicamente rejeitados possam usufruir desse direito.

Entender a realidade e as especificidades dos estudantes Curso de Pedagogia proporcionam refletir que os mesmos são oriundos de várias realidades, com histórias diversas e condições socioeconômicas quase comuns. Ou seja, apesar de a região do Baixo Tocantins apresentar diversidades em vários aspectos, as demandas dos pesquisados para ter acesso ao nível superior são quase comuns, como por exemplo: moradia, transporte, acesso à internet, entre outros, posto que muitos advêm de vários municípios, incluindo aqueles onde a interiorização das universidades ainda não alcançou. Nesse sentido, tais estudantes tendem a migrar para as localidades vizinhas, a fim de estarem inseridos nesse contexto. Conhecer a realidade de cada um torna mais acessível a noção de suas demandas.

Analisar o perfil socioeconômico desses estudantes, relacionado com a educação, possibilita entender melhor a diversidade socioeconômica, política e cultural da região do Baixo Tocantins, proporcionando reflexões críticas para com o modelo de desenvolvimento que historicamente tem-se materializado nessa região. Não há dúvida de que a universidade é um espaço fundamental de contribuição no desenvolvimento regional, porém necessita melhorar as suas estruturas econômicas, políticas, entre outras, no sentido de ampliar ainda mais o acesso acadêmico para os filhos dos trabalhadores que residem nos municípios, e que agregam a universidade. Essas especificidades e a forma como as mesmas podem estar inteiramente ligadas com a educação, com o processo formativo, é o que faz seres humanos cada vez mais engajados na busca de melhores contribuições para os campos educacional e científico.

REFERÊNCIAS

- Ayres M (2012). Elementos de Bioestatística – A Seiva do Açaizeiro. 2 ed. Belém: UFPA.
- Brasil (2015). Secretaria de desenvolvimento territorial. Perfil territorial – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Elaboração: CGMA. MAI/2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_130_Baixo%20Tocantins%20-%20PA.pdf. acesso em 13 de junho de 2020.

- Brasil (2019). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 14 de junho de 2020.
- Brasil (2012). Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.
- Brasil (2018). MEC. ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/v-pesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes-2018/>. Acesso em 14 de junho de 2020.
- Brasil (2014). Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- Castro RP, Santos VR (2016). Relações de gênero na Pedagogia: concepções de estudantes homens. *Educação em Perspectiva*, 7(1): 53-76.
- Chauí M (2003). A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, 24(2): 5-15.
- Costa MRS (2014). As Repercussões da interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da rede estadual de ensino nas décadas de 1980 e 1990. Dissertação de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração: Políticas Públicas Educacionais, Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA). 339p.
- Leite EAP, Ribeiro ES, Leite KG, Uliana MR (2018). Formação de profissionais da educação: alguns desafios e demandas da formação inicial de professores na contemporaneidade. *Educ. Soc.*, 39(144): 721-737.
- Nóvoa A (2006). *Para uma formação de professores construída dentro da profissão*. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf. Acesso no dia 25 de junho de 2020.
- Prefeitura Municipal de Cametá, Secretaria de Saúde de Cametá (2020). *Boletim Epidemiológico* 11/06/2020. Disponível em: <https://prefeituramunicipaldecameta.pa.gov.br/boletimepidemiologico> . Acesso em 11 de junho de 2020.
- Queiroz D (2012). Mascarenhas. As políticas de cotas para negros nas universidades brasileiras e a posição dos intelectuais. *Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ*, Ano-15, 1(28).

UFPA (2016). PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.

Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2025). Disponível em:
https://portal.ufpa.br/images/docs/PDI_2016-2025.pdf . Acesso no dia 20 de junho de 2020.


UFPA (2020). Relatório do Laboratório de Epidemiologia, Territorialidade e Sociedade do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará. O Panorama da Covid-19 no Pará em Relação ao Cenário Nacional Estudo Epidemiológico Das Semanas 12 a 21. Belém, Pará Maio de 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3870866>.

CAPÍTULO III


Função social da universidade no interior da Amazônia em tempos de pandemia


Recebido em: 10/08/2020


Aceito em: 18/08/2020

 10.46420/9786588319079cap3

João Batista do Carmo Silva¹ 

Bruno Henrique Silva da Silva² 

Cheliane Estumano Gaia³ 

Ruth Lisboa Pantoja⁴ 

Doriedson Rodrigues⁵ 

INTRODUÇÃO

A concepção de universidade como instituição produtora de ciência e tecnologia, defensora da universalidade do conhecimento e da liberdade, pautada na gratuidade e na qualidade social perpassa todo o histórico das instituições de ensino superior, assim como o histórico dos sujeitos que nela entram e atuam.

A universidade pública construída nesta região se metamorfoseou em instituição diversa daquelas existentes nos grandes centros urbanos ou em polos desenvolvidos do capital. Aqui, constituiu-se em instrumento de luta pelo desenvolvimento regional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e, concomitantemente, da formação profissional dos sujeitos da região.

A Universidade Federal do Pará, por meio do Campus Universitário do Tocantins – Cameté e dos seus quatro polos universitários, localizados nos municípios de Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e de Oeiras do Pará, articulou-se com a dinâmica social, econômica, cultural, educacional e política desta região.

Nesse sentido, o universo acadêmico em sua amplitude de formação dialoga com as concepções políticas, culturais e sociais de onde estão inseridas. Os polos universitários vêm se configurando em

¹ Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação do Campus Universitário do Tocantins/Cameté, da Universidade Federal do Pará. E-mail: jbatista@ufpa.br.

² Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: brunopedagogia17@gmail.com.

³ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: shelianegaia@gmail.com.

⁴ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: ruthlisboa@gmail.com.

⁵ Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Linguagem, do Campus Universitário do Tocantins/Cameté, da Universidade Federal do Pará. E-mail: doriedson@ufpa.br.

ambientes múltiplos de formação que condizem com a realidade dos que vivenciam tais espaços. Observa-se, portanto, que os estudantes do Curso de Pedagogia do Campus de Cametá vêm de regiões diversas e de contextos diferenciados, proporcionando uma troca de informação que gera formação.

O movimento realizado pela universidade, em seu tripé de ensino, pesquisa e extensão, possibilita que seus estudantes possam interagir, agir e refletir sobre a sua formação acadêmica e social.

Este capítulo apresenta uma análise das implicações da impossibilidade da convivência cotidiana acadêmica presencial na universidade, no âmbito da rotina dos discentes das turmas de pedagogia. Compreende-se que a função social da universidade busca produzir e socializar conhecimentos, desenvolver ciência e tecnologia, além de potencializar o desenvolvimento econômico, social, cultural e educacional.

Os dados da presente pesquisa possibilitam a compreensão da função social da universidade, as concepções de universidade para cada um dos sujeitos, além de análises sobre os impactos da pandemia na vivência dos sujeitos em relação à ambiência nas universidades, e como isso vem afetando os sujeitos desta pesquisa. Analisa-se, ainda, o processo de interiorização que vem expandindo a universidade para além dos seus muros, no que tange ao seu processo formativo.

Considera-se que os efeitos nos estudantes são múltiplos, com relação ao atual cenário pandêmico, e que alguns sentem de formas mais diretas essas implicações, além do que o afastamento da universidade em si fragiliza o processo formativo dos sujeitos, considerando a sua formação inicial presencial. A investigação da realidade faz-se necessária, tendo em vista a necessidade de compreensão dos impactos da pandemia nas vidas dos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins.

Reflexão sobre a função da universidade na interiorização

A UFPA é uma das maiores IES do Brasil. Instituição de grande relevância para o cenário amazônico, ela se destaca pela sua dinâmica de interiorização, sendo capaz de dialogar com todo o estado do Pará por meio de seus *Campi*. No contexto da Educação Superior Paraense, a interiorização representa o único processo capaz de materializar a garantia do direito à educação superior a uma parcela significativa da população brasileira.

A interiorização da UFPA possibilitou o acesso ao ensino superior para milhares de jovens paraenses, dando condições de ingressarem em uma IES pública mais próximos das suas residências, superando a impossibilidade do deslocamento para os grandes centros urbanos.

Mesmo diante da necessidade de formação de professores em nossa região, houve um progresso considerável, ao que a política de interiorização da UFPA desempenha um papel decisivo na eliminação da figura de professores leigos nas áreas rurais e ribeirinhas. Segundo Coelho (2018),

A formação desenvolvida no projeto de interiorização da UFPA ocupou espaço porque a universidade ganhou credibilidade da população e passou a ser defendida como legado, um bom resultado para a comunidade local, assim como quando o campus de Cametá estava à beira da extinção (Coelho, 2008).

Coelho (2008) afirma que a credibilidade da sociedade civil, pelo projeto de interiorização realizado em Cametá é fruto de um fator importante à gestão e ao desenvolvimento do currículo das licenciaturas ofertadas no município, no sentido de que os docentes atuem visando à formação de um educador consciente do seu papel social na Amazônia, não só enquanto questionador da política educacional tradicional na qual foi formado, mas como produtor de trabalhos acadêmicos (como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) voltados a diagnosticar e desnudar as mazelas sociais e o dano ambiental produzidos na região.

Analisar as perspectivas da interiorização das universidades na Amazônia Tocantina é extremamente necessário, uma vez que foi por meio desse importante processo que inúmeros sujeitos localizados nos municípios e nas proximidades puderam e podem ter acesso ao ensino superior. Foi esse procedimento que possibilitou, aqui, a análise das contribuições da interiorização para o processo formativo, pois sem esses meios muitos dos docentes e discentes que ocupam hoje os espaços das instituições não teriam “feito” universidade, se não houvesse universidade implantada nesses locais, o que reflete nos inúmeros pais de estudantes que não conseguiram cursar o ensino superior por falta de condições. Hoje, com a expansão dessa possibilidade, muitos filhos e filhas de trabalhadores estão inseridos nessa dinâmica universitária, podendo, a partir da formação recebida, lutar por melhores condições de vida para si e para suas comunidades.

A universidade, no processo de expansão multicampi, gera possibilidades de estar mais próxima da realidade dos sujeitos e de intervenção nas comunidades locais. Essa concepção de universidade demonstra que a sua função social dialoga com os cursos ofertados conforme a região e suas demandas. Coelho (2008) afirma que “a demanda pelo ensino superior é crescente, sobretudo, no interior, onde ainda persiste o baixo índice de recursos humanos qualificados e um quadro significativo de professores leigos” (Coelho, 2008). Assim, através da oferta de cursos de níveis de graduação, atendendo partes das demandas locais, os acadêmicos vivem a universidade de maneiras diversas e intensas, como destaca o discente 135: “*a minha rotina era a Universidade, a UFPA era a minha segunda casa, eu passava o dia todo praticamente no Campus então a minha rotina foi grandemente afetada[...]*”.

Coelho (2008) afirma que a interiorização das licenciaturas na região Tocantina é uma política pública de grande relevância socioeconômica. A interpretação dessa afirmação baseia-se no reflexo do que pode ser chamado de público nas ações formuladas pela UFPA, enfatizando que os graduados são um elo importante entre a universidade e a sociedade. Esses elos entre os sujeitos e a instituição e entre a instituição e a sociedade que os constituiu materializam uma série de estratégias de planejamento.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a UFPA buscar cumprir com seus objetivos institucionais de planejamento que potencializam os seus diálogos com os problemas sociais da região na qual está inserida.

Essas ideias se repetem no PDI em vigência na UFPA, quando afirmado que ele identifica a Instituição, pois nele está registrada a sua filosofia de trabalho, a sua missão proposta, as diretrizes pedagógicas que orientam as suas ações, a estrutura organizacional para o seu funcionamento, as atividades acadêmicas que desenvolve e o que pretende desenvolver, a fim de cumprir a sua missão de produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável (PDI-2016-2020, 2017).

O atual PDI (2016-2025) aperfeiçoa e afirma que a Missão da UFPA é “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável” (PDI, 2016-2025). Essa missão sintetiza os elementos estruturantes da função social da UFPA nessa região.

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de cumprir o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, estabelecido pelo governo federal, é também uma ferramenta fundamental para a Administração Superior, que considera o Plano um instrumento de gestão elaborado para um período de 10 (dez) anos.

Tendo como finalidade atingir a sua missão, adota os seguintes princípios (PDI, 2016-2025):1. A universalização do conhecimento; 2. O respeito à ética e à diversidade étnica, cultural, biológica, de gênero e de orientação sexual; 3. O pluralismo de ideias e de pensamento; 4. O ensino público e gratuito; 5. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 6. A flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; 7. A excelência acadêmica; 8. A defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

Por fim, o Plano retrata o resultado de um trabalho coletivo, construído a partir de um processo que envolveu toda a comunidade universitária. O Plano é oferecido à comunidade universitária e à sociedade como parte do esforço de implementar uma gestão estratégica, condizente com os desafios contemporâneos. Sua elaboração tem como objetivo principal fornecer direcionamento comum a ser seguido por toda a instituição, identificando responsabilidades, garantindo alinhamento e oferecendo

meios para medição do sucesso da estratégia de modo focado, visando ao alcance dos objetivos institucionais e à maximização dos resultados.

Para que a implementação do Plano seja bem-sucedida, é fundamental o envolvimento da Administração Superior, dos gestores, dos servidores e demais colaboradores, a fim de estruturar um processo de implementação participativa, bem como promover o alinhamento em relação à estratégia e reforçar o comprometimento com os resultados (PDI, 2016-2025).

O Campus de Cametá e sua inserção regional

O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, para o período de 2017-2020, constitui-se como uma proposta construída coletivamente para orientar as ações dessa Unidade Acadêmica Regional da UFPA, com o objetivo claro de levantar proposições aos problemas e demandas provenientes da comunidade universitária e da sociedade civil.

Do mesmo modo, apresenta também a preocupação com o alinhamento às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2025, da Universidade Federal do Pará, motivo pelo qual a ação fundamental se refere à adequação das ações táticas, com vistas ao alcance dos objetivos institucionais da Universidade Federal do Pará. Nesse sentido, mantêm-se os princípios institucionais, acrescentando-se outros, discutidos amplamente e aprovados pela comunidade acadêmica.

O PDU (2017-2020) trata-se de uma ação que rompe com a visão fragmentada das organizações e funcionamento das Subunidades e demais setores que compõem o Campus Universitário de Cametá, cuja intenção é introduzir processos novos de gestão colegiada, alicerçada em uma cultura de planejamento e avaliação contínua das ações, a qual considera a participação democrática e o diálogo com todos os setores sociais (movimentos sociais, secretarias de educação, prefeituras, governo estadual e outros) e segmentos da universidade (docentes, discente, técnico-administrativos e serviços de terceiros) fundamentais para o êxito das ações.

É importante citar que o presente PDU 2017-2020 é um plano moderno no que diz respeito à Administração Pública, com vistas a buscar um modelo gerencial mais ágil e que seja capaz de apresentar respostas às mudanças externas e internas.

A missão do Campus Universitário de Cametá é “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia Tocantina para a formação de cidadãos capazes de promover uma sociedade sustentável e igualitária”. Assim, os propósitos do PDU do Campus de Cametá são definir e comunicar, de modo claro e transparente, a todos os níveis, a forma como as ações impactam no alcance dos resultados desejados.

O PDU do Campus Universitário de Cametá procura seguir os princípios adotados pela Universidade Federal do Pará, acrescentando outros que devem nortear o processo de gestão do Campus, assim descritos: a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; autonomia político-administrativa; a responsabilidade social; a qualidade na prestação dos serviços de ensino público; assegurar uma excelência em gestão e a qualidade dos processos; a parceria interinstitucional; gestão participativa; assegurar a valorização do servidor (PDU 2017-2020).

O processo de interiorização do Baixo Tocantins, a começar pelo município de Cametá, foi um importante marco para a expansão e interiorização dos cursos (primeiramente aqueles de licenciatura). Antes desse processo, os sujeitos do Baixo Tocantins não usufruíam dessa possibilidade. Foi a partir das constantes idas e vindas que a expansão do ensino superior para as localidades interioranas começou a se ampliar. Inicialmente, de acordo com Coelho (2008), a política de interiorização foi viabilizada por intermédio de convênios entre as diversas entidades como prefeitura, governadores, dentre outros meios utilizados para se fazer efetivar tais propostas. No entanto, tais medidas tinham as suas fragilidades, e foi pensando em superá-las que se foi ganhando autonomia, criticidade e credibilidade na sociedade, ampliando, assim, não somente a sua estrutura, mas também a possibilidade de mais cursos de ensino superior e a garantia de que muito mais sujeitos estivessem inseridos, ampliando a universidade para outras localidades da região Tocantina.

Com isso, compreende-se o importante papel da interiorização da universidade nos municípios do Pará como primeiro passo para se alcançar e se ampliar as oportunidades de formação científica e humanista dos seus envolvidos. Para além disso, a perspectiva da pesquisa, ensino e extensão tem um diálogo muito forte com a sociedade, os polos e as comunidades locais.

Entrelaçar a “função social da universidade por meio do ensino, pesquisa e extensão possibilita imprimir uma nova face à universidade brasileira, fazendo-a capaz de promover mudança na sociedade” (Coelho, 2008). Demonstra-se, assim, o compromisso social de uma instituição preocupada com inserção dos jovens nos cursos de graduação, pois como o processo de lutas por melhorias, qualidade e igualdade no processo formativo é sempre constante, o objetivo é fazer com que jovens e adultos estejam cada vez mais inseridos no ensino superior.

A presença do estudante de origem popular/ribeirinho/quilombola, dentre outros, nas instituições de ensino superior é um componente importante do projeto de interiorização, o que o caracteriza como política pública de inserção dos menos favorecidos. Pois, como ressalta Coelho (2008),

referindo-se ao papel que a universidade passou a delegar desde os primórdios, esta teve a “primeira geração de universitários de origem popular”. Isso simbolizou um grande marco para as famílias, conforme destacado abaixo:

Para essas famílias o acesso de um filho a uma universidade federal era uma utopia, afirma-se utopia por que a história de luta dos excluídos em especial os do campo, sempre esteve presente a educação e a construção de escola no conjunto de suas reivindicações, ou seja, um projeto que na luta social era perseguido constantemente. A presença física da UFPA significa um projeto de educação que se tornou realidade. Para um camponês ou ribeirinho do rio Tocantins ter um filho formado na UFPA representa não só melhoria das condições de vida e ascensão intelectual, significa também a vitória, o triunfo daquele que, desde o nascimento, remou contra a correnteza do rio da vida, dos obstáculos como o imenso funil chamado vestibular que, desde a inscrição, exclui qualquer pobre do acesso à universidade (Coelho, 2008).

Diante do exposto, nota-se o importante papel da universidade frente às mazelas e lacunas ocasionadas pelas imensas desigualdades existentes, e como o seu existir é fundamental para contribuir cada vez mais na busca de direitos aos povos que, por muito tempo, se encontraram marginalizados e desprovidos de direitos. A presença de filhos e filhas de trabalhadores nos meios universitários significa muito mais que inserção, significa a conquista de uma luta de muitos, pois a dinâmica das regiões próximas às instituições são peculiares, constituindo, em sua maioria, ilhas denominadas de “interiores”, as quais apresentam certas características que dificultam o processo de aprendizagem, como relata o estudante 140, ou seja, que as relações da universidade e sua dinâmica com a pandemia “*gerou muitas dificuldades pra eu estudar, pois com o início da pandemia tive que voltar pro interior, onde tenho bem pouco acesso à internet*”.

Vale destacar que esse modelo de universidade pública com uma inserção regional efetiva, que potencializa a sua função social para as populações locais enfrenta muitas dificuldades para ser implementado, devido aos diversos ataques ideológicos e cortes financeiros por parte do governo federal.

Nesse contexto, pensar a universidade na perspectiva da interiorização, relacionado com o contexto atual, torna-se essencial, uma vez que a ausência da ambiência acadêmica ocasiona impactos negativos na vida desses sujeitos, tanto naqueles inseridos quanto nos que ficam de fora desse processo, visto que, ao mesmo tempo em que essa ausência afeta esses estudantes, também afeta os sujeitos sociais que se beneficiam dos diversos meios desenvolvidos nessas instituições.

A função social da política de formação de professores da interiorização

A Universidade Federal do Pará, em seu aspecto geral, e a Faculdade de Educação, em sua especificidade, assumem como princípio norteador a formação de profissionais competentes e críticos, em especial para a área da educação. Assim, o *locus* de formação deve constituir-se em um lugar de

questionamento e investigação científica em todos os domínios dos conhecimentos/saberes, no seio do qual se discuta a cultura e se projete os rumos da cultura nacional dirigida não apenas a uma classe, mas a todo cidadão.

Para isso, o *lôcus* formativo não poderia ser outro senão a universidade, visto que “a universidade é o espaço por excelência do questionamento, da dúvida, do pensamento, da razão, da busca sempre retomada do sentido e da gênese do real, bem como do repensar e recriar das ideias e práticas e da existência individual e coletiva” (Coelho, 1996). Ou seja, a formação do profissional da educação, no espaço da universidade, tem como princípio a inteligibilidade dos processos sociais, do desenvolvimento humano e dos processos socioculturais e antropológicos que garantem ao homem a condição de sua humanidade.

Segundo o PPC do curso de Pedagogia da FAED-Cametá suas práticas devem pautar-se nas seguintes perspectivas: a episteme formativa do profissional em pedagogia tem como alicerce fundamental a tríade docência-pesquisa-extensão. A definição da docência como base da identidade do pedagogo fundamenta-se na concepção de que é nas práxis (ensinar-pesquisar-extensão) do professor que se constroem as competências necessárias para a compreensão do trabalho pedagógico em todas as suas dimensões. A docência constitui, portanto, uma dimensão privilegiada do trabalho pedagógico, mas só o expressa na sua totalidade quando exercida em sua tríade indissociável.

Pode-se descartar a construção do Projeto Pedagógico de Curso da Pedagogia (PPC) por meio de debates com a comunidade acadêmica, cujos resultados deram base à sua criação e fundamentam-se para além das normas federais, nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação da Universidade Federal do Pará (Resolução – CONSEPE nº 3.186/04) e no Regulamento do Ensino de Graduação (Resolução – CONSEPE nº 3.633/08).

A organização curricular proposta no PPC busca orientar profissionais autônomos capazes de demonstrar sólida formação teórica, competência técnica, política e social, através dos seguintes princípios: integração da pesquisa e da extensão às atividades de ensino; articulação permanente de conhecimentos e saberes teóricos, com a aplicação em situações reais ou simuladas; adoção de múltiplas linguagens que permitam ao estudante a identificação e a compreensão do seu papel profissional e social; liberdade acadêmica e gestão curricular democrática e flexível, possibilitando a participação do estudante em múltiplas dimensões da vida universitária, cuja avaliação é o elemento constitutivo e orientador do processo ensino-aprendizagem com estratégias e instrumentos avaliativos diversificados.

É essa formação inicial que requer um saber acadêmico capaz de habilitar o estudante para o exercício profissional, onde, além do exercício de sua formação docente, disponha de capacidade para perceber seus limites, tendo a humildade para reconhecer que o conhecimento é inacabado.

Essa concepção está presente na versão atual do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED) do Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS)– Cametá, fundamenta-se na concepção de formação humana, obedecendo ao que prevê o Regimento do Ensino de Graduação e as Diretrizes Curriculares da UFPA.

Nesse sentido, a formação por área de conhecimento na pedagogia, ao possibilitar a transgressão da racionalidade técnica e prática para a epistemologia das *práxis*, é no sentido de experimentar uma concepção formativa que vá além da docência, assim como pauta a transformação da escola.

A definição de pesquisador será construída na autenticidade, antidogmatismo, devolução sistemática, retroalimentação de intelectuais orgânicos, ritmo e equilíbrio entre ação e reflexão; finalmente, desenvolvimento de uma ciência modesta baseada em técnicas dialógicas. O investigador aparece, em tais processos, como um intelectual comprometido com os interesses do movimento popular, e a investigação-ação surge como espaço de participação social e método de ação política. Como uma forma renovada de fazer política e uma forma alternativa de fazer educação (Fals Borda in Gajardo, 1984).

Portanto, a premissa desse paradigma alternativo faz a pesquisa como parte integrante da formação dos profissionais da educação, vivenciada como prática política de educação, os quais devem admitir que nessas experiências é necessário promover o desenvolvimento humano, tentando contribuir como novas teorias, métodos e estratégias no campo da pesquisa social e da prática de ensino.

Pensar a função e a importância da ambiência acadêmica a partir de um elemento essencial, que são os sujeitos do processo, traz uma especificidade única, pois são eles que falam e relatam sobre os seus pontos de vista acerca do momento vivenciado. A partir da análise desta pesquisa, e a partir do papel da universidade, encontra-se, na fala do (a) estudante 110:

minha vida é a universidade, então ela afeta de uma forma muito agressiva, apesar de ter meu trabalho, mas minha maior dedicação é meu curso e ficar sem a minha vida acadêmica é ruim demais. Busco estudar como posso mas é muito difícil sem a dinâmica da universidade.

Partindo dessa premissa, compreende-se o espaço acadêmico institucionalizado não meramente como um meio de troca de informações, mais sim como uma instituição preocupada com a formação dos indivíduos que a vivenciaram. Também, a partir da concepção dos estudantes, a sua ausência influencia no processo de construção de conhecimento. Dizer “*minha vida é a universidade*” leva a dimensões bem mais profundas acerca dos sentidos inalcançáveis do termo e dos impactos dessa ausência na vida dos indivíduos em todos os aspectos, principalmente no educativo. O que, enfim, leva a pensar que a universidade ocupa a grande parte do tempo desses estudantes e que ficar em casa tem sido desafiador frente às novas exigências.

A ausência da ambiência acadêmica presencial em tempos de pandemia

A ausência da ambiência acadêmica afeta a formação, como afirma o estudante 74: “*Deixa um vazio no cotidiano, principalmente pela interrupção imprevista das atividades no início do semestre letivo. Particularmente, sinto falta das orientações dos professores e da própria rotina de estudos*”. A interrupção das atividades presenciais, de forma repentina e sem um aviso prévio, pegou a todos de surpresa e, conseqüentemente, surpreendeu as demandas educacionais em todas as extensões da sociedade.

Diante das questões referentes à ausência presencial da universidade na vida dos sujeitos, constatou-se que 59,6 % dos estudantes, número este expressamente significativo, relata que a ausência da universidade impacta diretamente na sua cotidianidade.

No entanto, 7,3% desse montante ainda diz que a ausência das atividades presenciais não afetou em nada a sua dinâmica, dados esses confirmados pelo estudante 133, o qual menciona: “*Não afetou, a única coisa que mudou foi que sobrou mais tempo de disponibilidade*”.

Os estudantes 110 e 133 refletem diferentes concepções de universidade, no que se refere à materialização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O primeiro vive a ambiência acadêmica na potencialidade da indissociabilidade na sua formação na universidade e o segundo, a fragmentação da vivência do ensino como síntese de sua vida na universidade.

Além dos dados acima, 26,4% se abstiveram dessa informação, não respondendo nem que sim nem que não, e 6,7% não responderam nada, conforme demonstra o Gráfico 1:

A ausência das atividades presenciais afetaram a sua dinâmica?

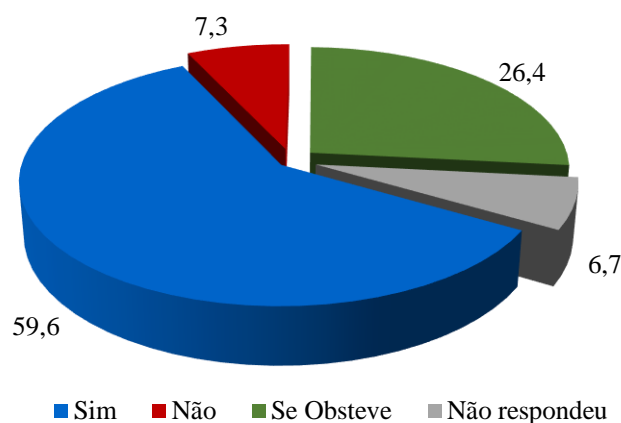


Gráfico 1. A ausência das atividades presenciais afetou a sua dinâmica. Fonte: Silva et al. (2020).

Dessa forma, a partir dos dados coletados, pode-se afirmar que, para uns, a ausência da universidade afetou diretamente as rotinas e atividades desenvolvidas, enquanto que, para outros, essa

mesma dinâmica não afetou as suas vidas. Precisa-se, assim, de uma análise cautelosa acerca dos fatores que influenciam essa questão.

As concepções de universidade vão se moldando conforme a vivência de cada um no espaço formativo. Segundo Chauí (2001), “significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que faz parte. Não é realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (Chauí, 2001). O papel social da universidade se entrelaça por dentro das comunidades externas, indissociando o ensino, a pesquisa e a extensão.

A participação dos estudantes da vida da universidade, e vice-versa, se faz a partir de um movimento práxiológico, juntamente com outros discentes, com o corpo docente e com os demais agentes formadores presentes naquele espaço. A rotina universitária é corrida para os discentes do Campus de Cameté e dos demais polos de Mocajuba, Baião, Oeiras do Pará e Limoeiro do Ajuru. Durante a pandemia, a quebra de rotina gerou e vem gerando diversos conflitos na vida desses sujeitos, e a ausência da universidade revela as concepções de universidade diversas para cada um desses estudantes, no tocante ao seu processo de formação.

Pode-se compreender que o processo de acesso à instituição de ensino superior é desigual. Considerando as instituições públicas de educação básica, as classes menos favorecidas têm dificuldades nas provas de seleção para ingresso nas universidades. Considerando a inserção precoce do jovens no mercado de trabalho, o que demanda esforços para estudar e trabalhar ao mesmo tempo, enquanto os jovens de classes mais favorecidas dispõem de recursos para priorizar e financiar os seus estudos, ocorrem desigualdades que vêm gerando inquietações em agentes propulsores de uma educação com equidade, principalmente com o processo de interiorização das universidades, com os cursinho populares, as políticas de cotas, além de bolsas e auxílios nas atividades acadêmicas. Tendo em vista o cenário neoliberal, há um retrocesso com relação à educação por parte do governo, estipulando tetos para gastos, cortes de recursos nas pesquisas e ataque às universidades públicas, com um discurso de sucateamento das instituições. Segundo Chauí (2001),

A ilusão neoliberal e a ilusão dos atuais modernizadores da universidade consistem em supor que a esfera dos serviços e a do consumo são capazes de substituir a da produção, isto é, seriam capazes de crescimento indefinido e de incorporar toda sociedade, esquecendo-se de que as novas tecnologias e o novo modelo de acumulação não permitem tais resultados. Assim, propor uma universidade de serviços é prepará-la para o fechamento (Chauí, 2001).

A proposta neoliberal para as universidades se dá no mercado de trabalho, transformando a universidade em prestadora de serviços para o capital, na produção de mão de obra que não reflete a realidade e não contesta as ações governamentais, considerando o seu poder sobre a sociedade para o acúmulo de bens. De acordo com Silva (2016),

A universidade caminha em um contexto complexo de cumprir a sua função social de formação para o trabalho sem atender estreitamente às prerrogativas do “mercado de trabalho”, que busca subjugar a universidade ao pragmatismo e ao imediatismo em que o “fazer” está em detrimento do “saber”. Essas antitéticas perspectivas estão presentes nas ações dessa instituição (Silva, 2016).

As universidades se encontram em um momento delicado na política brasileira. Os cortes de verbas vêm gerando um agravante problema em relação a concepções de uma universidade de razão social. Silva (2016) conceitua a formação da universidade para a inserção de pessoas ao mundo do trabalho na produção da ciência e tecnologia para a transformação social, o que promove as ações formativas.

As produções científicas das academias, por meio de pesquisas que propõem melhoria para a sociedade, se dão na concepção de formação social por parte dos campi acadêmicos. A autonomia do pesquisador em procurar propostas de intervenção para uma determinada problemática possibilita uma formação livre, com caminhos necessários na produção do conhecimento científico e contribuição para a sociedade, isso somado à ambiência dos acadêmicos no espaço físico da universidade.

Diante disso, ao pensar a universidade e sua função social, é inerente refletir que a mesma já se constitui parte integrante da sociedade, e que sua fragmentação afeta, querendo ou não, a dinâmica escolar e cultural do processo formativo, uma vez que a ambiência acadêmica já faz parte da cotidianidade de cada indivíduo. Ao pensar na sua “interrupção”, não há como não relacionar com os impactos dessas ações nas rotinas dos envolvidos, ações essas explicitada na fala do estudante 51:

A ausência da vida acadêmica presencial afeta diretamente a minha rotina, em vista que, além de aluna do curso extensivo de pedagogia, também sou bolsista de extensão. Portanto, a maior parte do meu dia é na universidade, com a suspensão tento me adaptar à nova rotina, ficando somente em casa e dando continuidade nos estudos conforme me é possível.

Quando é explicitado, na fala dos estudantes, que os impactos ocasionadas pelo isolamento social afeta as suas vidas, fica visível entender a dinâmica desenvolvida pelos discentes dentro desse ambiente, ao que a sua ausência afeta gradualmente a rotina educativa, uma vez que cada estudante e cada lar possui especificidades próprias, o que em muitos casos impossibilita a viabilidade de desenvolver um processo formativo, visto que os recursos disponíveis não são suficientes para dar conta dessa demanda, precisando-se fazer adaptações, o que muitas vezes não é um processo simples, considerando a dinâmica estrutural e de recursos de cada um.

Cada espaço é pensado para que os discentes possam vivenciar a academia, com grupos de pesquisas, grupos extensionistas, eventos acadêmicos, como: colóquios, ciclos de palestras, seminários, entre outros eventos que extensionam a formação dos sujeitos. A própria organização do Projeto Político do Curso de Pedagogia tem especificidades para as modalidades dos polos, para os

regimes intensivo e extensivo e aos períodos matutino e noturno, cuja discussão será aprofundada mais à frente.

Pode-se identificar que a ausência da vida acadêmica vem afetando não só a formação acadêmica dos discentes, mas a sua vida como um todo, principalmente na quebra de rotina, como relata o estudante 10: *“Afeta de maneira drástica, pois a rotina já estava criada, de ver os professores e colegas todas as noites, e sem as aulas presenciais e as dinâmicas estão tornando a minha vida monótona, causando ansiedade e insônia.”* Pode-se notar consequências até mesmo para a saúde mental dos discentes, visto que o cenário pandêmico se soma à rotina, no tocante à preocupação com a sua saúde e a de seus familiares, com a provisão de renda e, ainda, com a sua formação.

Considerando que, por sua heterogeneidade, cada um sente os impactos da ausência da rotina universitária da sua maneira, uns mais e outros menos. Isso releva muito sobre as concepções de universidade que cada um assume, considerando as suas experiências de vida política, social e principalmente econômica. Há discentes que almejam a graduação para poder ter um bom emprego e, conseqüentemente, uma boa renda financeira. Em outros, há a concepção de poder se formar para atuar na sua localidade, comunidade e cidade, a fim de melhorar os aspectos educacionais dentro de fora da escola. Nesses casos, a pandemia, de certa forma, vem abrir espaço para identificar tais concepções.

No atual PDI, evidencia-se a presença de dois modelos de gestão, a saber, a democrática e a gerencial. Um aspecto que ocorre na gestão gerencial e é discutido na universidade é o “produtivismo acadêmico” (Sguissardi, 2009; Silva Junior, 2009; Bianchetti, 2009), que faz com que alguns estudantes, por conta das muitas atribuições e atividades que envolvem a dinâmica da carreira universitária, não sejam produtivos e, como consequência, não sintam falta da universidade, como pode ser observado na resposta do estudante 133, diante da pergunta acerca de como a ausência da vida acadêmica presencial na universidade afeta a sua rotina: *“Não afetou, a única coisa que mudou foi que sobrou mais tempo de disponibilidade”*.

Por outro lado, observa-se “o produtivismo da universidade”, através da resposta do estudante 28: *“A vida universitária requer pesquisa, orientação e sobretudo debates. E passar esses momentos sem ir ao Campus compromete parcialmente a formação acadêmica, sendo algo que altera o dia a dia de um acadêmico”*.

Na modalidade de ensino intensivo as aulas são durante a manhã, a tarde e a noite, nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto, compreendendo o calendário acadêmico nos períodos 01 e 03. Esse período de aulas intensivas tem as suas especificidades. A rotina é bastante corrida dentro e fora da universidade. Sobre esse aspecto, o estudante 11 relata, acerca do estudo no período intervalar: *“ainda não fui afetado com relação às atividades acadêmicas, mas tenho a certeza que serei adiante”*. Por não ser o seu

período de aula, tendo em vista que a pandemia se agravou no momento em que não está presente no polo, o referido estudante revela que será afetado futuramente.

Acerca da modalidade de ensino extensivo, que corresponde aos períodos 02 e 04 do calendário acadêmico, o estudante 138 relata:

Afetou a minha rotina no início, no sentido de falta de programações. Como estudo pela manhã, sem aula, comecei a acordar tarde e não realizar nenhuma atividade e nem leituras. Agora já me centrei de certa forma e já consegui me planejar, ter horários para estudar e atividades físicas.

Enquanto uns conseguem continuar com os seus estudos em casa, outros não têm a mesmas facilidades, por várias questões, como visto nos capítulos anteriores. O estudante 59, por exemplo, explicita: “*Afeta de forma parcial. Aproveito esse tempo de isolamento para ler e estudar em casa assuntos que estão ligados ao meu curso. Todavia vale sempre ressaltar que as aulas presenciais são cruciais e não deixam de fazer muita falta*”. Por sua vez, o (a) estudante 44 afirma:

A universidade é o local onde também estabelecemos nossas relações sociais, essa ausência acadêmica, combinada com o medo, angústia, ansiedade e incertezas, provocadas pela pandemia afeta o desempenho físico e mental que antes tínhamos. Eu, particularmente, não me sinto motivada para realizar atividades acadêmicas, até porque as circunstâncias não são favoráveis para todos, as aulas online têm sido uma opção, porém nem todos possuem acesso a uma boa conexão com internet, que é o meu caso, desse modo, fica difícil acompanharmos as discussões com colegas, professores e orientadores.

Nesse sentido, destaca-se que a universidade tem um papel fundamental na formação social dos sujeitos. A ausência da vida acadêmica vem afetando a saúde e o desempenho desses estudantes, no ensino, na pesquisa e principalmente na extensão. O processo educativo de tais sujeitos estabelece o seu posicionamento político e, conseqüentemente, uma concepção de universidade. Saviani (1999) afirma que é preciso considerar a existência de uma relação interna, isto é, “toda prática educativa, enquanto tal, possui uma dimensão política assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa” (Saviani, 1999). Para tal, os modos com que a pandemia afeta os sujeitos se relacionam ao seu modo de vida e status na sociedade. É notório que as classes menos favorecidas tendem a sentir os impactos mais profundos dentre as suas relações sociais, e que os estudantes, por serem, em sua maioria, de baixa renda, sentem os impactos na sua rotina de estudos, não só na construção de conhecimento, mas nas suas relações sociais dentro do universo acadêmico, o que proporciona a sua formação acadêmica e social.

Essa ausência da universidade na rotina dos discentes, da troca de experiências com os outros estudantes e com os professores, e da dinâmica social no processo de construção de uma sociedade que pesquisa intervém de forma significativa na realidade para a transformação social, sem deixar de lado os saberes acumulados por esses sujeitos. Segundo Brandão (2003),

Construção de saberes não tem aqui nada de etéreo ou exagerado. Não tem a ver com deixar de lado todo conhecimento culturalmente acumulado e “partir do zero” em busca de “outros saberes”. Tem a ver com a ideia de que toda atividade por meio da qual os professores e estudantes se lançam a fazer perguntas e buscam, juntos, as respostas, saindo da transferência de *conhecimento conhecido* para uma procura ativa e recíproca de *conhecimento a conhecer*, representa a vivência de criação de saberes. (Brandão, 2003)

Nesse sentido, a construção do conhecimento, assim como a construção de uma concepção de universidade, perpassa por uma vivência e experiência que os estudantes adquirem. Dentre o seu histórico e acúmulos culturais, pode-se destacar a universidade como uma propulsora do viés práxiológico na construção dos conhecimentos. A afirmação do (a) estudante 03 demonstra que esse movimento é de suma importância no processo formativo, o que vem sendo afetado pela pandemia:

Diretamente, (a pandemia) vem afetando na produção de conhecimento, na formação e comunicação social. Para efetivar os estudos de forma coesa faz necessária a mediação do professor. Nesses modelos nós estudantes ficamos de algum modo “perdidos” em busca de estudar algo e não saber como ou de que maneira fazê-los diante das fontes e explicações, no mais é aquela “coisa”, como saber se estamos certos ou errados sem a comunicação adequada com os professores?

Isso demonstra a importância da vivência na academia e na universidade, a fim de gerar o conhecimento através da pesquisa, das relações sociais, do ensino e dos projetos extensionistas, da troca de informações que possam gerar a consciência de classe e o entendimento de que a função social da universidade é a transformação da realidade para melhor, ou seja, em uma sociedade com mais equidade, que pesquisa as problemáticas procurando soluções para a melhoria dos aspectos políticos, econômicos, educacionais, culturais e sociais da região onde está instaurada, considerando os estudantes em diversos ambientes, o que, ao se retornar os resultados da pesquisa através de projetos de intervenção, gera mais conhecimento por meio de suas práticas.

Vale destacar que a interiorização da vida acadêmica, ocorrida nos polos, tem suas especificidades. Primeiro, no que se refere às dinâmicas estruturais e organizacionais da vida de docente e dos discentes que dela fazem parte; segundo, no que se refere às ofertas dos cursos, onde há uma especificidade singular com relação ao modelo em que é ofertado, caracterizando como intensivo aquele que tem uma especificidade própria.

Para Coelho (2008),

A Política de Interiorização da UFPA é marcada pelo desafio de expandir o ensino superior em áreas fortemente marcada pela presença do rio e da floresta. Esse cenário está em constante afronta às dificuldades de acesso, ao sacrifício e imprevistos da viagem que, a todo momento, acompanha a trajetória e caminhada rumo à graduação. (Coelho, 2008).

Nesse sentido, a universidade vem desenvolvendo a sua função social desde a incorporação da interiorização e desde o ingresso de seus discentes, agrupando várias maneiras de possibilitar o acesso e a permanência de qualidade ao processo formativo, desenvolvendo, assim, uma formação na

perspectiva da integralidade, englobando não apenas o ensino, mas entrelaçando-o com a pesquisa e a extensão, que são o tripé da universidade e fundamentais para a formação unilateral do indivíduo, assim como possibilitam um contato mais próximo com a realidade e com demandas da sociedade, extrapolando, assim, os muros das universidades e chegando até as comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A função social da universidade na região do Baixo Tocantins se materializa no esforço histórico de interiorização, de encarar o desafio de construir estratégias de concretização da indissociabilidade, por meio de instrumentos de planejamentos que buscam articular as ações da universidade com a dinâmica da região.

As estratégias de planejamento e gestão das atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão imprimiram um modelo de gestão baseado na transparência e no diálogo com as demandas da sociedade local. Hoje, o Campus Universitário do Tocantins – Cametá expressa diretrizes no PDI e no PDU, que se materializam no PPC dos cursos, na perspectiva do desenvolvimento da instituição na região.

Com isso, considera-se que a ausência da ambiência acadêmica presencial na vida dos sujeitos envolvidos tem impactos em todas as dimensões e, principalmente, nas instituições que se constituíram pela interiorização. Diga-se, ainda, que tem impactos muitos maiores, tendo em vista as especificidades da Amazônia Tocantina e do Baixo Tocantins, assim como as características dos estudantes que fazem parte dessas instituições e polos. Tal ausência impacta na rotina de cada discente, principalmente no processo de formação, uma vez que muitos dos sujeitos não possuem meios para concretizar o ensino e a aprendizagem frente à pandemia, o que vem exigindo a reformulação de uma maneira de pensar e se posicionar.

Vale destacar que a construção de uma universidade forte, interiorizada e comprometida com a sua função social na região não depende unicamente de fatores internos, derivados de estratégias de planejamentos administrativos ou acadêmicos no âmbito da formação e da pesquisa, ensino e extensão. Depende, de outro modo, de uma luta histórica pela democratização da sociedade, assim como pelo financiamento público da educação em todos os seus níveis.

A universidade precisa de financiamento público para continuar cumprindo a sua função social, que é socializar e produzir ciência e tecnologia, além de continuar formando os profissionais que a sociedade o exige.


REFERÊNCIAS

- Amaral GTP (2017). *A Gestão Superior da Universidade Federal do Pará no contexto do PDI*. Belém- Pará.
- Araújo RML (2013). Universidade e trabalho: a função social da educação frente ao mundo do trabalho. *Revista Margens*, 7: 161-178.
- Bianchetti L, Sguissardi V (2009). *Dilemas da pós-graduação: gestão e avaliação*. Campinas: Autores Associados.
- Borda OF (1981). Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: Brandão, C. R. (org.) *Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense.
- Brandão CR (2003). 1940- A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através a pesquisa na educação / Carlos Rodrigues Brandão – São Paulo: Cortez.
- Cametá- Pará (2017). Campus Universitário do Tocantins/Cametá 2017 – 2020. Disponível em: <<http://www.campuscameta.ufpa.br/index.php/component/content/article?id=237>>. Acesso em: 06 de julho de 2020.
- Chauí M (2001). *Escritos sobre Universidade*. São Paulo: editora UNESP.
- Coelho IM (1996). Formação do educador: dever do Estado, tarefa da universidade. In Bicudo MA, Silva Júnior CAS. *Formação do educador*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Coelho MSC (2008). *Nas Águas o Diploma: o olhar dos egressos sobre a política de interiorização da UFPA em Cametá – PA*. Pontifca Universidade Católica de São Paulo PUC – SP. São Paulo. 332p.
- Gajardo M (1986). *Pesquisa participante na América Latina*. São Paulo: Brasiliense.
- Saviani D (1999). *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. Ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Sguissardi V, Silva Júnior JR (2009). *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã.
- Silva JBC (2016). *Universidade e trabalho: uma análise das pesquisas de pós-graduação sobre trabalho na UFPA*. Belém – PA.
- UFPA (2015). *Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia - Licenciatura, do Campus de Cametá*. Resolução n. 4.699, de 19 de agosto de 2015. Universidade Federal do Pará. Cametá- Pará. Disponível em: <<http://www.ppc.proeg.ufpa.br/view/inicio/visitante.php>>. acesso em: 07 de julho de 2020.
- UFPA (2016). *Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional*. Anuário Estatístico 2016- Ano Base 2015 / UFPA. Belém. Disponível em:<http://www.proplan.ufpa.br/doc/Anu%C3%A1rio_2016_AB2015_versaofinal14092016.pdf>. Acesso em: 6 julho. de 2020.


Estado, políticas públicas e suas implicações na saúde e na vida dos (as) estudantes da pedagogia

Recebido em: 10/08/2020


Aceito em: 18/08/2020

 10.46420/9786588319079cap4


João Batista do Carmo Silva¹ 

Eraldo Souza do Carmo² 

Gilmar Pereira da Silva³ 

Bruno Henrique Silva da Silva⁴ 

Marlanje Solene Ferreira⁵ 

Franciely Farias da Cunha⁶ 

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa as políticas públicas desenvolvidas pelo Estado Brasileiro em tempos de pandemia. Ao refletir sobre a concepção de Estado que tem permeado as políticas públicas deste momento histórico, identifica-se que se trata de um Estado de cunho neoliberal, de caráter privatizante, conservador, autoritário, por meio do qual a preocupação com os interesses do capital se sobrepõe à preocupação com a vida. O governo atual constrói um processo de alteração do marco legal em várias áreas, com o objetivo de realizar a retirada de direitos, ou melhor, operar políticas de negação de direitos e de negação da vida, constituindo uma verdadeira necropolítica.

Os dados demonstram que, no Brasil, há um número exacerbado de casos de Covid-19, desde o dia 26 de fevereiro do corrente ano, quando foi registrado o primeiro caso de contaminação no Brasil. Até hoje¹, foram registrados 2.423.798 casos confirmados.

Por outro lado, considerando a especificidade desse vírus no que tange às suas formas de contágio e prevenção, pode-se dizer que ele causa um impacto muito grande na saúde de cada um, de forma individual. Contudo, o seu maior impacto se revela sobre a vida social, considerando que as suas

¹ Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: jbatista@ufpa.br.

² Doutor em Educação. Docente do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, Universidade Federal do Pará. E-mail: eraldo@ufpa.br.

³ Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: gpsilva@ufpa.br.

⁴ Graduando do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia. E-mail: brunopedagogia17@gmail.com

⁵ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia. E-mail: marlanjesollene@gmail.com.

⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (UFPA/Cametá). Especialista em Gestão e Planejamento da Educação (UFPA/Cametá). Bacharel em Estatística (UFPA/Belém) e Graduanda em Pedagogia (UFPA/Cametá). E-mail: francielycunha@gmail.com.

formas de contágio derivam dos contatos sociais, por meio de propagação pelo ar, de gotículas de saliva, durante a fala ou espirro, ao que uma das principais formas de prevenção desse vírus é por meio do distanciamento e do isolamento social. Nesse sentido, fazem-se imprescindíveis ações estatais em todos os âmbitos, quer seja na esfera municipal, estadual ou federal. Entretanto, o projeto de Estado manifestado nas ações do atual governo, o qual saiu vitoriosa nas eleições presidenciais de 2018, revela uma desobrigação com o espaço público, na verdade, provoca o estreitamento desse mesmo espaço público, e um consequente alargamento do espaço privado, resultado de uma forma de ação estatal enquanto política de ausência do Estado e retirada de direitos.

A estrutura deste artigo configura-se da seguinte forma: o primeiro tópico discute as políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal frente à pandemia do novo coronavírus (Covid-19); o segundo tópico apresenta as implicações da pandemia na saúde dos sujeitos desta pesquisa; o terceiro tópico, por sua vez, aborda o cotidiano dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá em tempos de distanciamento/isolamento social; por fim, apresentam-se as considerações finais.

Análise das políticas públicas dos governos (municipal, estadual e federal) em relação ao enfrentamento da pandemia²

As políticas públicas podem ser entendidas como a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais (Silva et al., 2017). Ademais, elas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa, também, explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza, 2006).

É possível compreender como política pública as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso pode-se dizer que o Estado se apresenta, diante das políticas públicas, como um agente de organização e de institucionalização (no sentido de estabelecimento de normas, regras, valores) de decisões originadas do debate público entre os diversos agentes (representantes sociais) a partir de demandas (necessidades) ou interesses restritos (Boneti, 2011).

As políticas públicas concebidas por Boneti (2011) são “resultados da dinâmica do jogo de força que se estabelece no âmbito das relações de poder” da sociedade. As fortes contradições desiguais e

² Os dados que fundamentam esta pesquisa são oriundos dos questionários aplicados para 178 estudantes, aplicados em maio de 2020, conforme apresentado no primeiro capítulo.

conservadores que operam por dentro das estruturas de poder geram, neste momento histórico, sustentação política para essa perspectiva de Estado. É a sociedade civil que cria o Estado (Marx; Engels, 1998), portanto, o papel dele deve estar em consonância com o bem-estar da sociedade, atuando no sentido de minimizar as mazelas sociais existente no país, sendo responsável pela manutenção e oferta de serviços públicos, conforme os objetivos da Constituição Federal de 1988, a qual dispõe, no seu art. 3º, § IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Segundo Marx e Engels (1998), o interesse comum se erige encarnado no Estado, o qual, autonomizado e separado dos reais interesses particulares e coletivos, impõe-se na condição de comunidade dos homens, sendo, contudo, uma comunidade ilusória, pois o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante.

Nesse sentido, o que se observa e vivencia durante a pandemia do coronavírus é que o Estado tem sido omissos aos objetivos da Constituição Federal (1988), pois no atual governo de Bolsonaro houve uma série de cortes nas áreas sociais, especialmente no campo da educação, com a supressão de repasses à Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de desmonte dos outros ministérios, como ocorreu com os Ministérios da Cultura e da Saúde, que foram os mais desmobilizados e desmontados no país, ganhando contorno de negação do espaço público, configurando-se como uma política de ausência do Estado, de desmonte da estrutura pública e da retiradas de direitos pela impossibilidade de financiamento público, o que inviabiliza o bem-estar da sociedade e alimenta, ainda mais, as disparidades sociais já existentes no país, estabelecendo uma política autoritária e conservadora que impossibilita, em tempos de pandemia, uma política de liberdade e bem-estar social. Esse cenário fica explícito na fala dos estudantes, o que enfatiza as contradições em relação ao governo.

Quando indagados sobre o seguinte: “como você analisa as políticas públicas dos governos (municipal, estadual e federal) em relação ao enfrentamento da pandemia?”, os estudantes relatam:

Neste caso, entendo políticas públicas como as ações que os governos fazem ou deixam de fazer nesses tempos de pandemia. Em relação ao governo municipal de Cametá/PA e ao governo estadual, observo muitas ações sendo realizadas quanto à adoção de medidas restritivas, como a imposição do distanciamento social, a suspensão das atividades de ensino, restrições do comércio, criação e equiparação de hospitais de campanha, UPAS e UBS, entre outras. Óbvio que poderiam realizar muito mais, principalmente o governo municipal, em vista da crise e agravamento da disseminação do novo coronavírus, no intuito de proteção à saúde pública. Referente ao governo federal, penso que muitas ações foram deixadas de se fazer para enfrentamento da pandemia ainda no início, e até o momento em relação a algumas ações realizadas, coloco-me contrária, principalmente as ações realizadas pelo Presidente Bolsonaro, como a defesa do fim do distanciamento social e a liberação de medicamentos sem nenhuma

comprovação científica da sua eficácia no tratamento de pacientes com a Covid-19 (Estudante 51, 2020).

Tem deixado a desejar, pois esperamos dos poderes que estão nos governando políticas que visem ao bem-estar social do indivíduo, e não é isso que temos visto diariamente, e sim mortes gradativamente por falta de leitos em hospitais. E os nossos governantes simplesmente se fazendo de cegos em relação à gravidade da pandemia. É lamentável (Estudante 7, 2020).

Infelizmente não podemos contar muito com os governantes, existe muita carência de políticas públicas no lugar onde moro. Por morar no interior eu preciso me deslocar até a cidade mais próxima para poder garantir que meu filho de 4 meses tome vacina pois o posto de saúde mais próximo de casa está em péssimas condições. Em plena pandemia temos que viajar mais de 1 hora por negligência dos responsáveis pelo posto de saúde (Estudante 27, 2020).

A observação feita por esses estudantes deixa claro que o desmonte nas ações de políticas públicas vem tomando rumos de declínio, considerando as ações de combate ao coronavírus e o colapso no Sistema Único de Saúde Brasileiro (SUS), o que cria cenários de incerteza, principalmente para a população de baixa renda, que são os que mais precisam das políticas públicas. Porém, muitas vezes essa mesma categoria defende o enfraquecimento do Estado, essa uma contradição oriunda da baixa escolaridade e por conta do poder exacerbado que a mídia privada possui no mundo, inclusive no Brasil. Como sair desse ciclo vicioso? Essa parece ser uma pergunta pertinente, apesar de continuar sem resposta. Como convencer quem mais precisa de políticas públicas a defender políticas que são a favor de uma concepção de Estado que realize tais ações? A fala seguinte mostra essas contradições e a ausência de articulação:

As ações do governo federal têm sido escassas, limitadas e até mesmo inconsequentes, haja vista que caminham em sentido contrário às recomendações mundiais. O governo do Pará, por sua vez, tem se mostrado mais presente e disposto no combate à epidemia, apesar de não atender o principal pedido do nosso povo, que é a instalação de um Hospital de Campanha. Apesar disso, penso que esta ação precisa ser articulada por meio do poder público municipal em parceria com o estado. Este poder municipal, por sua vez, é falho no sentido da falta de fiscalização e de orientação, bem como na falta de ações informativas que promovam a conscientização do nosso povo. No mais, tenho esperança que os governos olhem por nós e por nossas vidas! (Estudante 74, 2020).

Pessoas de baixa renda que exercem trabalhos domésticos, autônomos, artistas e trabalhadores informais, de modo geral, também sofreram grandes impactos, visto que a sua renda foi comprometida no período da pandemia. As políticas públicas vêm solucionar questões como essas para que esses trabalhadores possam se manter no período de isolamento social.

Em tempos de pandemia, os aspectos da política do atual governo se acentuam na desvalorização do lado humanístico da sociedade, uma vez que a crise nos setores econômico, político e social refletem na população, a qual sofre com a perda de sua fonte de renda e com os acréscimos no número de casos da doença, aumentando o descaso com a população, uma vez que as ações públicas se tornam divergentes entre os governos federal e estaduais no combate à pandemia. O capital deixou claro, antes da pandemia e agora mais ainda, que não se preocupa com a vida da maioria, que quem é

chamado para cuidar dos interesses do próprio capital, em detrimento dos interesses da coletividade, é o próprio Estado.

Até o momento³ desta análise, segundo o Ministério da Saúde, o Brasil registrou 1.884.967 casos confirmados e 72.833 óbitos pela Covid-19. A Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa) divulgou o total de 128.570 casos confirmados e 5.318 óbitos no estado do Pará. Já o município de Cametá confirmou 4.111 casos e 82 óbitos, segundo a sua Secretaria Municipal de Saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou que uma em cada quatro mortes pela Covid-19 acontece no Brasil. Da mesma maneira, um em cada quatro casos também acontece no país. Dessa forma, as medidas de prevenção e segurança devem ser tomadas, de modo a possibilitar ações que diminuam os casos. Com isso, as políticas públicas são de grande importância para a população, dando-lhes suporte para enfrentar a atual situação.

No país, o governo, depois de muita pressão social, implementou o auxílio emergencial, uma política pública para mitigar minimamente as imensuráveis necessidades da população de baixa renda durante a pandemia, o qual, segundo a Caixa Econômica Federal, constitui-se em um benefício financeiro concedido pelo governo federal, destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do novo coronavírus. Como pode-se verificar no gráfico 1, uma parcela significativa dos estudantes recebeu o referido auxílio.

³ Dados registrados em 13 de julho de 2020.

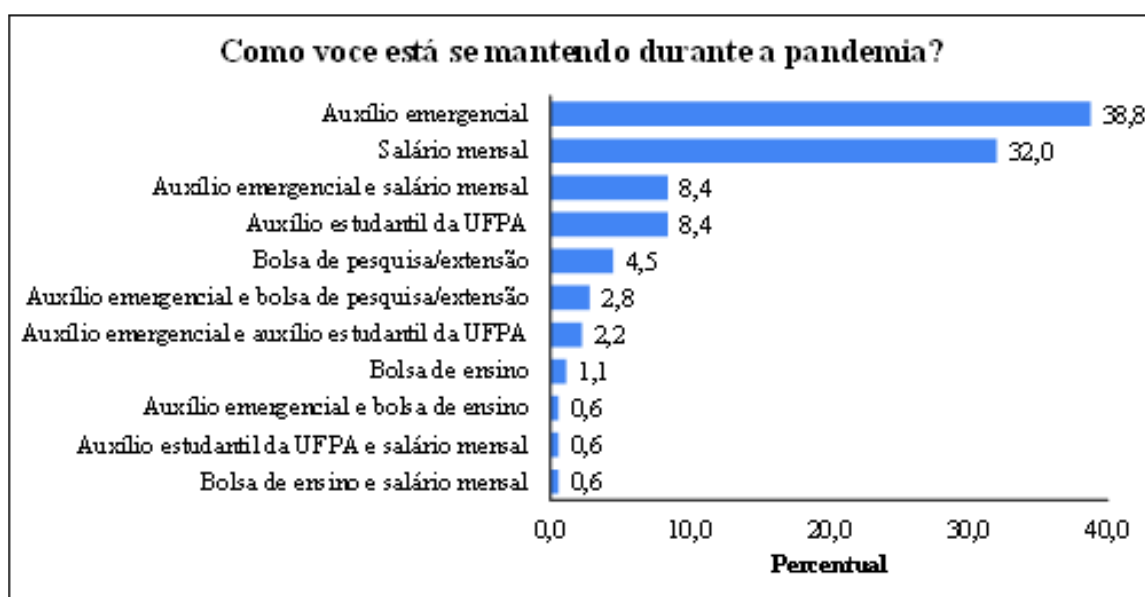


Gráfico 1. Percentuais em relação à condição em que os estudantes do Curso de Pedagogia UFPA/CUNTINS – Cametá estão se mantendo durante a pandemia. Fonte: Silva et al. (2020).

De acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, apresentados no primeiro capítulo, averiguou-se que: 38,8% dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá estão se mantendo, durante a pandemia, por meio do auxílio emergencial, benefício financeiro concedido pelo governo federal por meio da Lei nº 13.982/20, que assegura pagamento no valor de R\$ 600,00 por três meses, para trabalhadores autônomos ou informais; 32,0% estão se mantendo com o salário mensal, ou seja, são aqueles sujeitos que continuam trabalhando presencialmente ou remotamente; 8,4% se mantêm com o auxílio estudantil da UFPA; 4,5% com o recebimento da bolsa de pesquisa ou extensão da UFPA; enquanto 1,1% se mantêm com bolsa de ensino por meio da UFPA. Em suma, a maioria dos sujeitos da pesquisa (52,8%) está se mantendo durante a pandemia com o auxílio emergencial.

Importante relatar que uma ação dos movimentos estudantis, junto à Superintendência de Assistência Estudantil (SAEST/UFPA), disponibilizou recursos destinados aos discentes de graduação, correspondente a auxílio alimentação no valor de R\$150,00, voltado aqueles que ainda não possuem nenhum tipo de bolsa e que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica no período da pandemia. Para efeito desta pesquisa, em específico, não serão apresentados dados, devido ao auxílio supracitado ainda estar em processo de inscrições.

No Brasil, os governos federal, estadual e municipal realizaram a adoção de algumas medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19. Uma das medidas adotadas foi mediante a Lei nº 13.987/20, que garante a distribuição dos alimentos da merenda escolar às famílias dos estudantes da Educação Básica da rede pública, cujas aulas foram suspensas devido à pandemia.

Vale ressaltar que essas políticas públicas do Estado Brasileiro, quer seja na esfera federal, estadual ou municipal, não superam as históricas desigualdades sociais vivenciadas no Brasil antes da pandemia, as quais agora foram agravadas, conforme destacado anteriormente, em decorrência da necessidade de isolamento social. Desemprego, precárias condições de moradia e um sistema de saúde público deficiente produzem implicações negativas na saúde e na vida social de uma parcela muito grande da população brasileira.

No estado do Pará, o governo realiza a entrega de cartões de vale-alimentação escolar, no valor de R\$ 80 reais, para os estudantes da rede pública estadual, que são beneficiários do Bolsa Família ou se encontram em condição de extrema pobreza. Esse cartão deve ser utilizado, obrigatoriamente, na compra de alimentos. Em relação aos governos municipais, estes também realizaram ações de distribuição de cestas básicas de alimentos para os estudantes da rede pública municipal de ensino (Governo do Pará, 2020). O gráfico a seguir demonstra que essas ações não chegam a abranger a maioria dos estudantes.

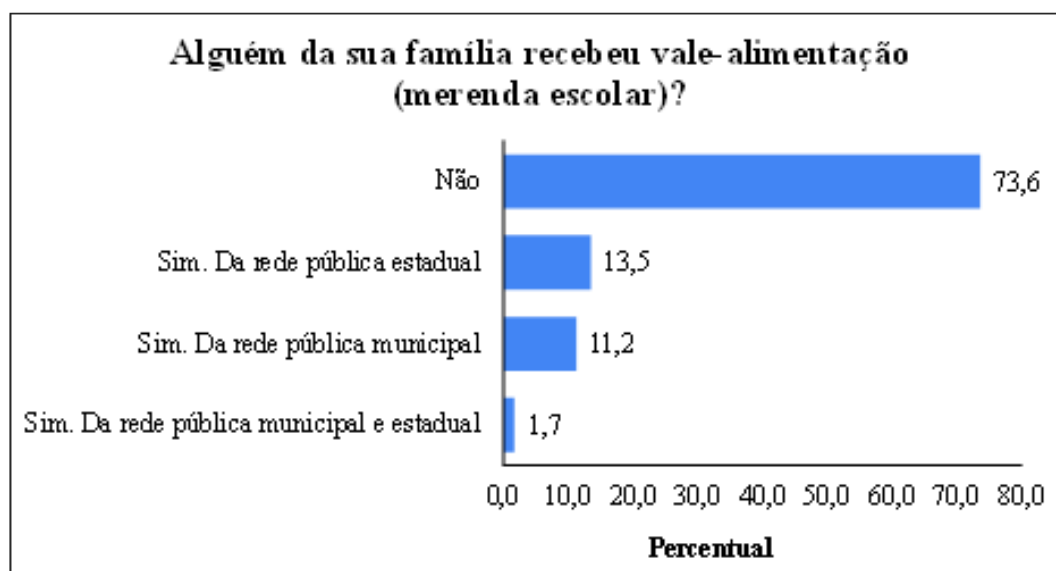


Gráfico 2. Percentuais em relação ao recebimento de vale-alimentação pela família dos estudantes do Curso de Pedagogia UFPA/CUNTINS – Cametá durante a pandemia. Fonte: Silva et al. (2020).

De acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, 73,6% das famílias dos discentes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá não receberam nenhum tipo de vale-alimentação ou cestas de alimentos; 13,5% receberam os cartões vale-alimentação escolar da rede pública estadual; 11,2% receberam cestas de alimento da rede pública municipal e; 1,7% receberam das duas esferas governamentais, estadual e municipal.

O contexto analisado acima atinge todas as esferas da sociedade, em todos os lugares. No cenário local e no cenário institucional ligado a uma das maiores universidades do norte do país, pode-

se afirmar, segundo os dados apreciados, que a pandemia trouxe implicações que impactaram muito negativamente sobre o corpo discente. A crise política e econômica ganha proporções estratosféricas nesse contexto de crise da saúde pública no Brasil, atingindo a todos (as), mas principalmente e com mais intensidade os mais pobres.

Implicações na saúde dos estudantes do Curso de Pedagogia

O cenário da pandemia surgiu depois do surto de um novo vírus descoberto. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) descrevem que o novo agente do coronavírus foi descoberto em 31 de dezembro de 2019, após o registro de casos na China. O vírus provoca a doença chamada de Covid-19. Os primeiros espécimes desse tipo de vírus localizados em humanos foram isolados em 1937. No entanto, foi somente em 1965 que o vírus foi descrito com a denominação de coronavírus, em decorrência do seu perfil na microscopia, que se assemelha a uma coroa (OMS, 2020).

De acordo com o Ministério da Saúde (2020), a Covid-19 é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, apresentando um quadro clínico que varia desde infecções assintomáticas até quadros respiratórios graves. Segundo a OMS, a maioria dos pacientes com Covid-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos, enquanto cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar, pela apresentação de dificuldade respiratória. Desses casos, aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório) (OMS, 2020), o que requer, em todo caso, medidas de proteção e cuidados.

No decorrer dos primeiros surtos de Covid-19 no Brasil, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS vêm orientando as medidas de segurança e proteção para evitar a propagação do vírus, como: distanciamento social, isolamento em casos de pessoas suspeitas ou infectadas, lavagem das mãos com frequência, uso de álcool 70%, evitar aglomerações e, principalmente, o uso de máscaras NR95, o que vem surtindo efeitos positivos (OPAS, 2020). Contudo, nem todos conseguem se manter financeiramente durante o período de isolamento, considerando que diversas atividades empregatícias deixaram de funcionar, acarretando preocupações principalmente àqueles trabalhadores autônomos e informais, os quais, sem poder trabalhar, começaram a sentir os impactos da pandemia na sua vida financeira, precisando ainda mais da presença do Estado durante o período de isolamento.

Os impactos do coronavírus, com o seu poder de letalidade, causa enormes preocupações, principalmente aos países sem muito desenvolvimento econômico, como é o caso do Brasil, considerando-se, ainda, como agravante, o Governo Bolsonaro, o qual vem tomando medidas equivocadas e não considerando, desde o primeiro instante, as recomendações da OMS no enfrentamento do vírus.

Ao considerar a pandemia como algo que afeta o mundo como um todo, o Diretor da OMS, Dr. Adhanom Ghebreyesus, alegou o seguinte: “Por todas essas razões, declaro como emergência de saúde pública de importância internacional o surto global do novo coronavírus [...] Nossa maior preocupação é o potencial do vírus para se espalhar por países com sistemas de saúde mais fracos e mal preparados para lidar com ele” (OPAS, 2020).

No Brasil, em 3 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188/2020 declara estado de emergência na saúde pública, considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional emitida pela OMS, em 30 de janeiro de 2020, conferindo o avanço do vírus no Brasil. O cenário pandêmico vem deixando, além das mortes, grande impacto nos cenários político, educacional, cultural, social e econômico, tendo em vista o grande número de casos, o congestionamento e o colapso dos setores de saúde em todo o país, o que gerou a necessidade de chamar novos profissionais da saúde para a linha de frente no tocante ao tratamento da doença.

Na Região Norte, segundo os estudos feitos entre 12 e 21 de maio de 2020 pelo Laboratório de Epidemiologia, Territorialidade e Sociedade do Núcleo de Medicina Tropical da Universidade Federal do Pará, o Pará ocupa o 6º lugar nacional em número de casos e o 4º lugar mundial em número de mortos. Neste tópico, serão abordadas essas questões e seus impactos no convívio dos discentes com os familiares que foram infectados pela Covid-19. Nesse sentido, faz-se necessário, em virtude dos meios de propagação do vírus e da saúde dos estudantes, compreender, em seu seio familiar, as implicações que tem agravado as condições de convivências dos discentes e os meios pelos quais buscam tratamentos de saúde, como mostra o gráfico a seguir.

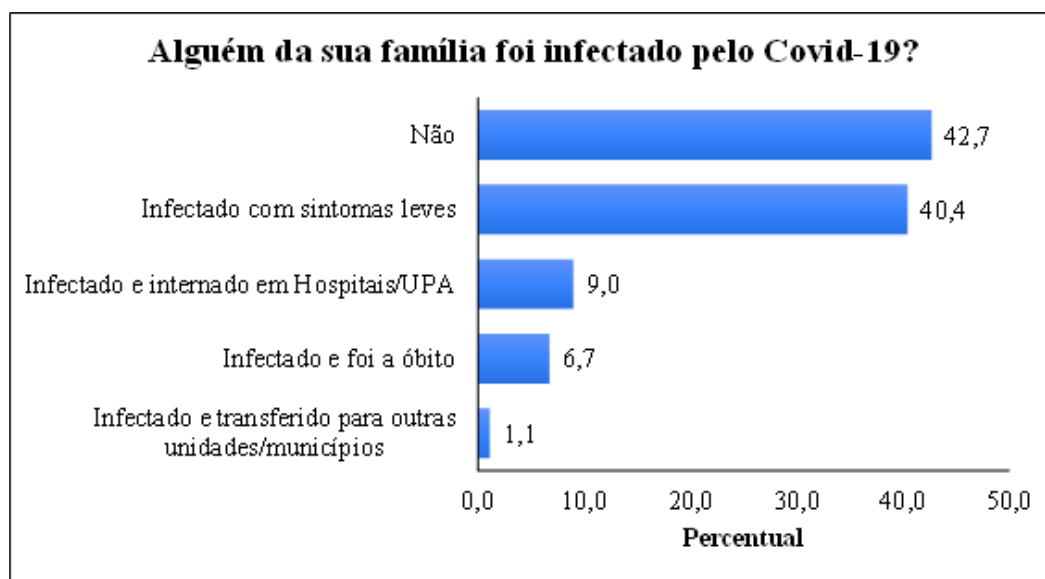


Gráfico 3. Percentuais em relação aos membros da família dos estudantes do Curso de Pedagogia UFPA/CUNTINS – Cametá infectados pela Covid-19. Fonte: Silva et al. (2020).

Pode-se destacar que 42,7% dos discentes afirmam que nenhum dos familiares contraiu o vírus, enquanto 40,4% mencionam que alguém da família sofreu sintomas leves. 9,0% dos estudantes afirmam que alguns familiares precisaram de atendimento de hospitais ou UPA, por conta do vírus causador da Covid-19, enquanto que 6,7% relataram perdas (óbitos) no núcleo familiar, ao que 1,1% precisaram de atendimento fora do município.

Considerado que, segundo estudos feitos pelo Laboratório Epidemiológico da UFPA, da mesma forma que observado ao longo do mundo, o estado do Pará passa por um rápido processo de interiorização e periferização de casos, o que deve levar ao crescimento da letalidade em municípios com menor infraestrutura de saúde, atingindo, desse modo, a região onde a maioria dos estudantes residem.

Este contexto de pandemia gera uma situação muito grave para todos, afetando a saúde física e mental dos estudantes. As informações referentes ao adoecimento e morte de muitas pessoas, inclusive parentes, em alguns casos provoca uma sensação de incerteza, dúvida, tristeza e sofrimento.

Isso tem levado os sujeitos desta pesquisa a rever as ações que o Estado tem tomado frente ao combate do novo coronavírus. Como explicitado anteriormente, esses sujeitos, tendo a sua rotina de estudos quebrada de uma hora para outra, sofrem inquisições e, em muitos casos, ansiedade, o que é agravado pelo acúmulo de notícias que nem sempre são verdadeiras, pela mudança de rotina, pelo distanciamento físico de parentes e amigos, pelas questões financeiras, que causam grande repercussão negativa. Segundo Schmidt et al. (2020), a pandemia do novo coronavírus pode impactar a saúde mental e o bem-estar psicológico devido a mudanças nas rotinas e nas relações familiares. No Gráfico 5, pode-se perceber melhor como isso tem refletido nos estudantes.



Gráfico 4. Percentuais em relação de como os estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá estão se sentindo diante do atual cenário de pandemia. Fonte: Silva et al. (2020).

Observa-se que 52,2% dos estudantes afirmam estar preocupados com o cenário, enquanto 23,0% dizem estar preocupados, mas confiante com relação à melhoria. De outro modo, apenas 6,7% afirmam estar bem, ao que 3,4% afirma estar inseguro, enquanto 1,1% alegam estar revoltados com o cenário atual.

Nesse sentido, a preocupação dos discentes é bastante alta com relação ao referido cenário. Isso se explica pelas incertezas de perspectivas de melhoria, por políticas que não dão conta de suprir as necessidades da sociedade, além de incertezas quanto ao seu processo formativo e preocupação com o risco de contrair o vírus. Há, ainda, incertezas sobre as suas condições financeiras e de saúde. Segundo Silva (2014), tal conjuntura se explica pelo fato de não se saber, ainda, como as relações sociais serão daqui para frente, ao que a incerteza é um obstáculo constante, a qual gera medos e preocupações. Não saber o que vai acontecer significa não ter controle sobre as coisas, além do que “a interpretação epistemológica considera que a natureza não é indeterminada: é o entendimento humano que se revela limitado para compreender a ordem oculta – o determinismo velado – encoberta pela incerteza aparente” (Silva, 2014). Essas incertezas vêm sendo causadas pela atual instabilidade social, econômica e política gerada no período da pandemia.

Chauí (2000) afirma que “na incerteza não sabemos o que pensar, o que dizer ou o que fazer em certas situações ou diante de certas coisas, pessoas, fatos, etc. Temos dúvidas, ficamos cheios de perplexidade e somos tomados pela insegurança” (Chauí, 2000).

Esse agravante, além da doença causada pelo novo coronavírus, traz outros tipos de problemas de saúde mental para as pessoas, devido aos impactos do isolamento e do distanciamento social, além do cenário político e econômico, da perda de renda, do trabalho e da rotina. Há a preocupação com a obtenção de alimentos, remédios ou suprimentos pessoais; o receio em procurar um serviço de saúde por qualquer outro motivo além do vírus, por medo de se contaminar; sentimento de desesperança, tédio, solidão, depressão, ansiedade ou outras reações de estresse ligadas a notícias falsas, alarmistas ou sensacionalistas. Faro (2020) afirma que

em pesquisa realizada na crise da Covid-19, verificou-se que, dentre 1.210 participantes, 53% apresentaram sequelas psicológicas moderadas ou severas, incluindo sintomas depressivos (16,5%), ansiosos (28,8%) e estresse moderado a grave (8,1%). Os maiores impactos foram verificados no sexo feminino, estudantes, pessoas com algum sintoma relacionado à Covid-19, bem como naqueles que julgavam sua saúde como ruim (Faro, 2020).

Percebe-se, portanto, que os estudantes estão inseridos nessa problemática relacionada à saúde mental. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia – CRP, por meio da Resolução CFP nº 4/2020, publicada em 26 de março de 2020, consolida a permissão e prestação de serviços psicológicos por meios de tecnologia de comunicação e informação, a fim de combater e prevenir danos à saúde mental da população durante o isolamento. Além da Resolução acima referida, vários estados têm promovido

materiais como vídeos, imagens e cartilhas de fácil acesso, visando à prevenção da saúde mental e recomendações gerais sobre a Covid-19.

Cotidiano dos estudantes em tempos de distanciamento/isolamento social

Desde o dia 19 de março de 2020 as atividades acadêmicas e administrativas presenciais de todos os Campi da Universidade Federal do Pará (UFPA), incluindo o Campus Universitário do Tocantins/Cametá, foram suspensas, conforme deliberação do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Docentes, técnico-administrativos e discentes passaram a vivenciar uma realidade que ninguém havia imaginado, ou seja, o distanciamento/isolamento social.

Cada indivíduo enfrenta uma realidade nesse período de reclusão, com várias facetas e interpretações peculiares sobre o contexto atual, no qual um vírus invisível, oficialmente denominado SARS-CoV-2, mais conhecido como novo coronavírus, provoca, em âmbito mundial, um grande número de infectados e mortos pela doença causada por ele, a Covid-19, além da deterioração e transformação de inúmeros setores (social, cultural, político, econômico, educacional), levando a uma transformação drástica nos padrões de vida das pessoas.

De acordo com Mattei (2020), desde o surgimento dos primeiros casos do novo coronavírus, no final do ano de 2019, na China, e até esse problema de saúde pública transformar-se em uma pandemia global, vem sendo sugerido o distanciamento/isolamento social como a forma mais adequada para se controlar a expansão da doença, tendo em vista a inexistência de um medicamento seguro e específico para o controle da mesma. A definição de pandemia é utilizada quando uma doença infecciosa se espalha e afeta um grande número de pessoas em todo o globo terrestre. A decretação de pandemia, portanto, possui a finalidade de alertar os chefes de Estado sobre a gravidade do problema e provocar ações urgentes de governo.

Diante dessa nova realidade, faz-se necessário compreender e analisar o cotidiano dos indivíduos que estão cumprindo o distanciamento/isolamento social. Por meio da pesquisa realizada com os discentes do Curso de Pedagogia da UFPA, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, obteve-se dados significativos em relação a essa temática. A necessidade do afastamento de qualquer atividade externa e o confinamento em casa trouxe, aos estudantes, uma nova realidade, a qual sem dúvida é um grande desafio. Seus efeitos atingem os mesmos de forma diferenciada. Diante disso, considerando-se os 178 sujeitos que participaram da presente pesquisa, destaca-se, a seguir, 3 (três) pontos mais relevantes em relação aos efeitos do distanciamento/isolamento social provocados nesses estudantes universitários.

- 1) Angústia e preocupação.

Cada pessoa tem seus próprios gatilhos emocionais e diferentes formas de lidar com eles. Entretanto, durante a pandemia, sentimentos como angústia e preocupação tomaram uma proporção grandiosa no cotidiano das pessoas. Conforme afirmam Augusto e Santos (2020, p. 90), “a preocupação está presente há alguns anos em todas as partes do mundo, agravando-se com a crise sanitária do coronavírus”. Em relação aos estudantes que participaram desta pesquisa, a maioria afirmou sentir os efeitos da atual conjuntura:

Para mim, está sendo muito difícil. Talvez seja a falta de contato físico e presencial com as pessoas, a impotência de não poder ajudar aqueles que mais precisam nesse momento. Tá sendo dias difíceis, perdas de pessoas queridas. Isso tudo acaba afetando psicologicamente nossas vidas (Estudante 21, 2020).

Meu cotidiano estava sendo na correria do trabalho, [...] infelizmente tive todos os sintomas do coronavírus, então veio a dor de garganta, febre e etc. E em decorrência disso veio o desespero, tristeza e medo, medo por morar com uma pessoa idosa e o temor em acontecer algo com ela, com minha mãe, ou qualquer um de casa, me isolar durante 21 dias foi uma tortura, acordava de madrugada chorando com medo, medo de passar mal e morrer ou que algo pior viesse acontecer, graças a Deus agora estou curada (Estudante 75, 2020).

Esses relatos explicitam como a angústia e a preocupação foram tornando-se algumas das implicações da pandemia, cada vez mais presentes na vida social dos sujeitos desta pesquisa, neste momento de isolamento social.

2) Tédio e Estresse.

A pandemia e o distanciamento/isolamento social estão levando muitas pessoas a terem sentimentos de tédio e estresse além do habitual em seu cotidiano. Em relação aos sujeitos desta pesquisa, esse cenário não se diferencia muito.

Uma verdadeira chatice, ficar presa não é algo que gosto, e sinceramente me sinto em uma prisão sem grades (Estudante 4, 2020).

[...] tem sido dias muito difíceis, é muito ruim não poder fazer o que gostamos, sair para ir a faculdade, ou simplesmente para dar uma volta. Viver apenas dentro de casa está sendo entediante, mesmo para mim que gostava de ficar em casa. É um momento difícil para todos, eu nunca imaginei viver algo assim, me sinto impotente, gostaria de poder ajudar mais a melhorar toda essa situação que estamos vivendo (Estudante 32, 2020).

Essa sensação de estar aprisionado e impotente diante de uma situação de crise sem precedentes gera muito tédio e estresse para as pessoas, como resultado dessas implicações sociais derivadas do distanciamento/isolamento social.

3) Estudo e Produtividade.

Por outro lado, como uma implicação positiva da pandemia em suas vidas sociais, muitos estudantes afirmam que com o distanciamento/isolamento social, tendo em vista que todas as atividades externas ficam paralisadas (trabalho, lazer, igreja, universidade), têm conseguido dedicar-se mais aos

estudos em casa, alcançando, conseqüentemente, maior produtividade acadêmica e profissional nesse período.

É uma rotina nova que traz consigo mudanças bruscas, que me faz refletir sobre as ações que podíamos fazer antes, porém agora somos “obrigados” a buscar novos meios de viver, com restrições e também com mais consciência. [...] utilizo muito da internet como meio de pesquisa e também de lazer, faço leituras de livros que há anos foram comprados, mas não tinham sido nem abertos, estudo para o TCC, faço anotações, escrevo um pouco, faço exercícios, em casa claro, e procuro coisas novas dentro do limite da quarentena (Estudante 87, 2020).

Nesse período me centrei e comecei a refletir sobre o que quero pra minha vida, comecei a estudar para concursos e realizar atividades físicas. Estou tentando me reinventar como posso (Estudante 138, 2020).

O Brasil é um dos países que apresenta alta mobilidade relacional e de vivência socioeducacional, e diante da implementação necessária das medidas de distanciamento/isolamento social é preciso fazer ajustes na vida cotidiana, provocando uma ressignificação das relações. Entretanto, muitas pessoas sentem que perderam a liberdade de sair e se relacionar com outros, cuja consequência acaba sendo a elevação do tédio e do estresse, juntamente com a angústia e a preocupação, provocadas por esse vírus que está a desestruturar toda a sociedade, sem uma sinalização sobre o momento em que será seguro o retorno do convívio social. Por outro lado, há aqueles que, apesar do momento crítico que se vivencia com a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), conseguem se manter ativos e produtivos. Aproveitam o momento de reclusão e realizam atividades como leitura de materiais relacionados a disciplinas do curso, leitura dos projetos que participam na universidade (pesquisa e extensão) e, também, leituras adicionais, o que devido à correria do cotidiano não era possível realizar. Fazem, ainda, cursos online, produzem textos, desenvolvem o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), preparam-se para concursos públicos. Enfim, realizam diversas atividades que os mantêm produtivos acadêmica e profissionalmente.

Com base nos relatos dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá, observa-se que o distanciamento/isolamento social tem proporcionado desafios diários a todos, mas principalmente às mulheres. De acordo com Santos (2020), as mulheres são consideradas as “cuidadoras do mundo”. Dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias; dominam em profissões como enfermagem ou assistência social, que estão na linha de frente da prestação de cuidados a doentes e idosos dentro e fora das unidades de saúde. Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o estresse é maior e certamente recai mais sobre as mulheres. Havendo mais braços em casa durante a quarentena, pode-se imaginar que as tarefas seriam melhor distribuídas. Por outro lado, sabe-se que a violência contra as mulheres tende a aumentar em tempos de crise, o que tem ocorrido com a pandemia do novo coronavírus.

As desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho, na divisão de tarefas domésticas, nos cuidados com os filhos e no desempenho de tantas funções é uma realidade constante. Durante o período de reclusão provocado pela pandemia, essas desigualdades de gênero tornaram-se ainda mais evidentes. Dos estudantes participantes desta pesquisa, o equivalente a 65,2% é do sexo feminino. Mulheres que, em sua maioria, conciliam na rotina normal do cotidiano tarefas distintas como: trabalho, estudo, cuidados com a casa e com a família, além de cuidados com a saúde e a aparência, e que, no contexto da pandemia, enfrentam o grande desafio da sobrecarga que geram essas múltiplas tarefas.

Nesses meses tive que mudar muito minha rotina, por exemplo de limpeza como tenho filhos meus hábitos de limpeza ficaram ainda mais rígidos, se antes o serviço já era grande hoje ele triplicou e minha filha de um ano já sabe que precisa passar álcool gel nas mãos repetidamente, não saímos de casa só se for necessário mesmo [...] (Estudante 121, 2020).

[...] enfim virei dona de casa e meio que mãe, tudo isso me trouxe problemas como insônia, algumas crises de ansiedade e total bloqueio para conseguir estudar (Estudante 143, 2020).

As mulheres que possuem filhos, antes da pandemia podiam contar com o apoio de familiares, das creches e/ou escolas. Porém, com o distanciamento/isolamento social, essas alternativas tornaram-se inviáveis. As tarefas domésticas se multiplicaram, posto que cuidados redobrados de higiene e limpeza são medidas fundamentais ao combate do novo coronavírus. Outras mulheres continuam desenvolvendo seu trabalho a partir de casa, devendo, portanto, cumprir as exigências do mesmo. O distanciamento/isolamento social tem proporcionado, ainda, uma convivência familiar mais intensa e prolongada dentro de casa, levando a discussões ou desentendimentos nas relações familiares/conjugais.

Todas essas responsabilidades que a mulher enfrenta no cotidiano, além da pressão externa para seguir um padrão de produtividade, principalmente em relação aos estudos, contribuem muitas vezes para o seu adoecimento mental. Com a pandemia da Covid-19, os sentimentos anteriormente citados (angústia, preocupação, tédio, estresse), além de outros, intensificam-se, tornando o cotidiano dessas mulheres em tempos de distanciamento/isolamento social particularmente difícil.

Ainda nessa perspectiva, muitos dos estudantes relatam, também, essas implicações em suas vidas sociais, sob vários aspectos, como por exemplo:

Municipal tem deixado muito a desejar por conta de seu abandono. Estadual tem até se esforçado, porém, ainda precisa melhorar bastante para atender a população. Federal o sentimento é de indignação total, se está existindo políticas públicas para o enfrentamento da pandemia, a mesma não está chegando nas famílias carentes como deveriam, e com isso, além do risco de serem infectados ainda estão submetidos a violência doméstica, fome, problemas psicológicos e etc. (Estudante 128, 2020).

Com o isolamento social, sobra bastante tempo que eu procuro cobrir procurando por coisas novas para me manter ocupada, assistindo a séries e filmes, lendo livros, ajudando nas tarefas domésticas (Estudante 155, 2020).

A atual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. À medida que o neoliberalismo foi se impondo como a versão dominante do capitalismo e este foi se sujeitando mais e mais à lógica do setor financeiro, o mundo tem vivido em permanente estado de crise (Santos, 2020). Com o distanciamento/isolamento social, ficou ainda mais evidente a escandalosa concentração de riqueza e a extrema desigualdade social. Diante das medidas de vigilância e de restrição da mobilidade para combater a pandemia, muitos indivíduos ficaram em situação de grande vulnerabilidade, principalmente os trabalhadores informais. De acordo com os dados obtidos nesta pesquisa, 84,3% dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá estão inseridos no mercado de trabalho informal brasileiro.

Estou na casa de meus pais devido ao desemprego, mantenho contato com poucas pessoas devido à recente infecção de um membro familiar. O isolamento me abalou muito pois só trouxe desgraça pra minha casa (Estudante 35, 2020).

Difícil. Em termos financeiros tudo ficou mais restrito, pois sem renda até a alimentação exige redução. As contas vão se acumulando. No entanto, com a solidariedade familiar vamos superando. A rotina é totalmente diferente, os cuidados precisam ser dobrados. Estudar tem sido a melhor diversão e ampliação do conhecimento diante da triste realidade pelo qual nosso país vem passando (Estudante 104, 2020).

O setor de trabalho informal é uma das áreas mais afetadas pelo distanciamento e isolamento social. Em tempos de pandemia do novo coronavírus, muitos trabalhadores informais vivem diariamente o conflito entre o dever de alimentar a família e o dever de proteger as suas vidas e a vida desta (Santos, 2020). Dos estudantes que participaram desta pesquisa, 48,9% possui renda familiar mensal menor que um salário mínimo. Com isso, pela ausência de renda mínima para subsistência, e por terem ficados desempregados, o equivalente a 52,8% está se mantendo durante a pandemia com o auxílio emergencial, que como o próprio nome anuncia é um auxílio pequeno e de curta duração para trabalhadores com mais de 18 anos de idade, sem emprego formal e sem qualquer proteção social. Esse benefício foi concedido pelo Governo Federal por meio da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, prevendo inicialmente o repasse de R\$ 600,00, por três meses, para trabalhadores autônomos e informais, e de R\$ 1.200,00 para mulheres chefes de família. Posteriormente, houve a decisão, por parte do governo, de prorrogação do período de pagamento desse auxílio, conforme Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020, publicado no Diário Oficial da União, a partir do que se realizará o pagamento de mais duas parcelas com o mesmo valor de R\$ 600,00 e de R\$ 1.200,00. Entretanto, diferentemente das três primeiras parcelas, estas serão pagas de maneira que serão divididas em mais de um pagamento no mesmo mês.

O auxílio emergencial é uma medida de proteção social diante dos impactos da pandemia do novo coronavírus. Entretanto, esse auxílio foi aprovado pelo Congresso Nacional após uma grande pressão popular e parlamentar contra os interesses do governo federal, pois este não queria realizar, ou melhor, queria realizar o repasse desse benefício, porém, com a atribuição de valores irrisórios. Além do mais, o auxílio tem sido menos emergencial do que deveria ser. Primeiramente, há grande demora para receber uma resposta do pedido; segundo, apresenta-se dificuldades de acesso nos canais que foram disponibilizados para tirar dúvidas e; por fim, há uma demora exacerbante na efetivação do pagamento das parcelas. Tal realidade tem colocado em risco a vida de milhares de trabalhadores brasileiros que se encontram em extrema pobreza durante a crise estabelecida com a pandemia.

Os dados permitem analisar que existe uma política de ausência do Estado no que tange aos cuidados para com a população. Quando perguntado: “como você analisa as políticas públicas dos governos (municipal, estadual e federal) em relação ao enfrentamento da pandemia?”, o estudante 151 respondeu que considera “péssima”. Em seguida, disse que “há uma total ausência de estratégia e articulação por parte do governo a fim de combater o vírus, além da falta de transparência nos dados de infectados” (Estudante 151, 2020).

“O regresso à normalidade não será igualmente fácil para todos” (Santos, 2020). Em tempos de angústia e preocupação causada pela possibilidade da morte, e de ansiedade e estresse provocados pela insegurança financeira, milhões de pessoas, principalmente as desassistidas e em situação de vulnerabilidade, veem-se ainda mais desamparadas diante da realidade caótica que se estabelece. O mundo infectado pela pandemia se reconhece como um mundo em crise. Pode-se observar, pelo menos, três tipos de crises que se entrelaçam: crise sanitária, crise econômica e crise política, além de outros problemas sociais que surgem. Nesse sentido, apontar a crise é, simultaneamente, colocar a necessidade de que as decisões sejam tomadas no sentido de superá-la (Augusto; Santos, 2020). Assim, a adoção de medidas de intervenção governamental na economia e de ampliação da seguridade social é extremamente necessária para que as pessoas mais vulneráveis da sociedade tenham condições de viver dignamente durante e após a pandemia da Covid-19.

Portanto, o cotidiano dos discentes analisados por meio deste estudo, em tempos de distanciamento/isolamento social, não está sendo muito desigual em relação ao cotidiano de milhões de brasileiros que se veem vulneráveis diante de uma crise que os afeta emocional, psicológica e financeiramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dessas políticas públicas revela as profundas contradições das correlações de poder existentes em nossa sociedade, mediante uma concepção de Estado de cunho neoliberal e de caráter

privatizante, conservador, autoritário, por meio do que a preocupação com os interesses do capital se sobrepõe à preocupação com a vida.

Os resultados da pesquisa demonstram que políticas públicas dos governos (municipal, estadual e federal) em relação ao enfrentamento da pandemia não apresentaram ações efetivas para que os estudantes se sentissem seguros e amparados pelo Estado. Há indignação na fala do estudante 24, quando afirma que “é lastimável a situação com as quais os governos estão tratando a população. Um descaso total. Uma vergonha ter representantes tão descompromissados com a realidade que estamos vivenciando, não valorizando o que temos de mais precioso: a vida”.

Nas respostas dos discentes expressou-se o anseio pela instalação de um Hospital de Campanha no Baixo Tocantins, como uma estratégia para enfrentamento às implicações da pandemia na saúde e na vida social dos estudantes do Curso de Pedagogia. Refletem essa situação dados sobre a fonte de renda dos discentes durante a pandemia e sobre o número de estudantes atendidos pelo auxílio emergencial.

Através da ausência de políticas públicas, as implicações da pandemia na saúde e na vida social dos estudantes e alunas do curso de pedagogia foram muito significativas. Esses dados mostram, por outro lado, que a luta é histórica, constante e permanente contra as desigualdades econômicas, social, culturais e educacionais derivadas das estruturas de uma sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- Augusto CB, Santos RD (2020). *Pandemias e Pandemônio no Brasil*. Ilustrações Rodolfo Carvalho. 1º ed. São Paulo: Tirant lo Blanch.
- Boneti LW (2011). *Políticas Públicas por dentro*. 3. ed. Ijuí, RS: Ed. Unijuí..
- Brasil (2020a). Ministério da Saúde. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020 publicado em: 04/02/2020 | Edição: 24-A | Seção: 1 - Extra | Página: 1. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 25 de jun. de 2020.
- Brasil (2020b). Ministério da Saúde. Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Calendário de notificação para o ano de 2020. Disponível em: <https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Calendario/2020.pdf>. Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Caixa Econômica Federal (2020). Auxílio Emergencial Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/Paginas/default2.aspx>. Acesso em: 30 de jun. de 2020.

- Chauí M (2000). *Convite à Filosofia*. Ed. Ática, São Paulo, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/533894/mod_resource/content/1/ENP_155/Referencias/Convitea-Filosofia.pdf. Acesso em: 26 de jun. de 2020.
- Conselho Federal de Psicologia (2020). *Resolução do exercício profissional nº4, de 26 de março de 2020*. Atendimento Psicológico por meios de Informação e Comunicação. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-4-2020-dispoe-sobre-regulamentacao-de-servicos-psicologicos-prestados-por-meio-de-tecnologia-da-informacao-e-da-comunicacao-durante-a-pandemia-do-covid19?origin=instituicao>. Acesso em: 27 de jun. de 2020.
- Faro A (2020). *COVID-19 e saúde mental: A emergência do cuidado*. Manuscrito enviado para a seção Temática: “Contribuições da Psicologia no contexto da pandemia da COVID-19” - Editoras convidadas: Sônia Regina Fiorim Enumo e Maria Beatriz Martins Linhares. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/146/175/159>. Acesso em: 26 de jun. de 2020.
- Governo do Pará (2020). Vale-alimentação escolar. Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC). Disponível em: <http://www.pa.gov.br> Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- Marx K, Engels F (1998). *A ideologia alemã. 1818-1883*. Introdução de Jacob Gorender: tradução Luis Claudio de Castro e Costa – São Paulo: Martins Fontes.
- Mattei L (2020). *A importância de se manter o isolamento e o distanciamento social como instrumentos para controlar a expansão do novo Coronavírus em Santa Catarina*. Núcleo de Estudos de Economia Catarinense (NECAT), 2020. Disponível em: <https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2020/04/texto-na-%C3%ADntegra.pdf> Acesso em: 28 de jun. de 2020.
- OPAS (2020). *Declaração do diretor-geral sobre a reunião do Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional sobre o novo Coronavírus (2019n-CoV) em 30 de janeiro de 2020*. Organização Pan-Americana de Saúde. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812. Acesso em: 25 de jun. de 2020.
- Santos BS (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Edições Almedina, S.A. Coimbra.
- Schmidt B, Crepaldi MA, Bolze SDA, Neiva-Silva L, Demenech LM (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia*, 37: e200063.
- Silva AGF, Araújo LM, Dornelas CSM, Lacerda AV (2017). A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. *Revista debates*, 11(1): 25-42.

Silva VC (2014). O “Princípio de Incerteza” de Werner Heisenberg e suas Interpretações Ontológica, Epistemológica, Tecnológica e Estatística. *Scientiarum história* VII. 2014. Disponível em: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh7/SH/trabalhos%20orais%20completos/O-principio-de-incerteza-de-werner-heisenberg.pdf>. Acesso em: 26 de jun. de 2020.


Sociedade Brasileira de Psicologia (2020). *Como manter a saúde mental em época de COVID-19*. Disponível em: <http://www.sbponline.org.br/2020/03/como-manter-a-saude-mental-em-epoca-de-covid-19>. Acesso em: 26 de jun. de 2020.

Souza C (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16): 20-45.

Implicações do isolamento no trabalho e renda: analisando a exclusão dos trabalhadores e as contradições do capital


Recebido em: 10/08/2020


Aceito em: 18/08/2020


 10.46420/9786588319079cap5

João Batista do Carmo Silva¹ 

Egídio Martins² 

Marlanje Solene Ferreira³ 

Madson Jesus Farias Trindade⁴ 

Ruth Lisboa Pantoja⁵ 

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho sob a lógica do capital é marcado pela exploração, alienação e manipulação dos trabalhadores. Marx (2013) explicita que a supressão do valor de uso do trabalho e a ampliação do valor de troca, na forma de mercadoria, gera condição de desumanização para quem vive do trabalho. As relações de produção como construção humana são transformadas em riqueza para os proprietários do capital.

O mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e põe em relação a atividade humana de trabalho, como o meio ambiente, as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas, as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade (Figaro, 2008).

Faz-se necessário analisar que o mundo do trabalho se estruturou inicialmente pelo taylorismo (1911) e pelo fordismo (1914), que tinham como foco a racionalização da produção e a maximização dos lucros. Posteriormente, foram substituídos pelo toyotismo (Marinho; Ratto, 2016).

¹ Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: jbatista@ufpa.br.

² Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação, do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: egidio@ufpa.br

³ Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia. E-mail: marlanjesollene@gmail.com.

⁴ Graduando do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: madsonjftrindade@gmail.com.

⁵ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: ruthlisboa@gmail.com.

Os elementos das novas práticas de gestão que configuram o modelo da competência no mundo do trabalho são a valorização dos altos níveis de escolaridade nas normas de contratação, a valorização da mobilidade e do acompanhamento individualizado da carreira, novos critérios de avaliação que valorizam as competências relativas à mobilização do trabalhador e seu compromisso com a empresa, a instigação à formação contínua, a desvalorização de antigos sistemas de hierarquização e classificação, ligando a carreira ao desempenho e à formação (Deluiz, 1995).

O mundo do trabalho está sendo profundamente afetado pela pandemia global do vírus. Além da ameaça à saúde pública, acarreta também impactos socioeconômicos que afetam os meios de subsistência e o bem-estar de milhões de pessoas no mundo. A análise mais recente da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2020) sobre o efeito da Covid-19 mostra que o impacto da pandemia sobre o mundo do trabalho foi mais severo do que anteriormente estimado e o cenário não é nada animador para o segundo semestre de 2020.

Nesse contexto, o mercado de trabalho também é atingido, este por sua vez é compreendido como expressão utilizada para se referir às formas de trabalho que possam existir, sendo remuneradas de alguma forma, seja por meio do trabalho manual ou intelectual. As pessoas vendem a sua força de trabalho por um salário, que pode ser em dinheiro, moradia, bonificação ou outra forma de recompensa.

Nos países em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, a ideia de segmentação do mercado de trabalho é comumente utilizada para compreender a elevada desigualdade de renda existente. Para alguns autores, a concentração de renda seria decorrente da grande disparidade de salários existente entre trabalhadores – mesmo com capacidades produtivas semelhantes – em função da existência de dois mercados: um formal e outro informal (Camargo, 1989; Fernandes, 1996).

De acordo com Silva (2014), o trabalho formal é aquele onde há registro na carteira de trabalho, contribuições à previdência social e legalidades trabalhistas, enquanto o trabalho informal é aquele em que não há registro ou pagamento da contribuição previdenciária, o qual tem crescido muito nos últimos tempos. O crescimento do trabalho informal tem prejudicado a previdência pública, pois não há entrada das contribuições para que haja o pagamento das aposentadorias, criando um déficit econômico nas contas do governo. Um dos principais fatores que levam ao aumento significativo do trabalho informal são as crises econômicas, que implicam muitas vezes no trabalho autônomo da população.

No Brasil, especialmente, a teoria da segmentação tem forte influência na discussão da dualidade do mercado entre o formal e o informal (Cunha, 1979). O desemprego é outra característica do mercado de trabalho, quando a quantidade de vagas oferecidas é menor que o número de pessoas para exercerem o trabalho.

O trabalho se define como um conjunto de atividades dotadas de conteúdo específicos, visando a fins especiais e mobilizando determinados meios, instrumentos, conhecimentos e competências. Esse

trabalho se apresenta como um ofício, profissão ou ocupação; ele se caracteriza pela mobilização de um “sujeito” que se defronta com determinados “objetos”. Esses objetos tanto podem ser coisas materiais, objetos físicos, como podem ser ideias, conceitos ou símbolos, isto é, objetos imateriais, intelectuais, ou ainda pessoas e relações humanas (Gorz, 2005).

O trabalho é um gênero que, entre as suas múltiplas espécies, contém o emprego. Por isso é possível afirmar que o emprego será sempre uma forma de trabalho, embora nem todo trabalho seja considerado emprego. A conotação moderna do termo emprego reflete a relação entre o indivíduo e a organização onde uma tarefa produtiva é realizada, pela qual aquele recebe rendimentos, e cujos bens ou serviços são passíveis de transações no mercado (Souza, 1981).

De acordo com Woleck (2001), na sociedade centrada no mercado dos dias atuais, conforme dito antes, o emprego passa a ser o critério que define a significação social dos indivíduos. Com o estabelecimento da divisão do trabalho, o homem vive em uma base de troca. Isso lhe garante, por meio do exercício do emprego, os bens e serviços de que necessita, pois recebe em troca um salário com o qual compra o que é necessário para sobreviver ou, pelo menos, o que seja possível adquirir para viver. Muitos deles, atualmente, não conseguem mais viver com dignidade com os salários que recebem.

No processo de trabalho, a atividade humana é materializada ou objetivada em valores de uso. “O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas [...]” (Marx, 1985a).

Nas sociedades sem classes o homem estava organicamente ligado à natureza. Naquelas sociedades, a produção estava voltada apenas para a produção de valores de uso, ou seja, a satisfação das necessidades da comunidade. Na sociedade capitalista o objetivo passa a ser a produção de valores de troca, ou seja, a produção, a reprodução e a valorização do capital (Schmidt, 1976).

Os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, a particularidade, e não a generalidade do trabalho, constitui neste caso o vínculo social. [...] O trabalho que se apresenta no valor de troca é pressuposto como trabalho do indivíduo particularizado e se torna social assumindo a forma do seu oposto direto: a forma da generalidade abstrata (Marx, 1974).

De acordo com Colmán e Pola (2009), o trabalho concreto é o produtor de valores de uso, enquanto o trabalho presente no valor de troca é trabalho social, abstrato e geral, no qual é eliminado o seu caráter individual. Essa é a forma que o trabalho assume no sistema capitalista. O valor de uso é a base material em que se expressa o valor de troca, enquanto este é o que permite que os valores de uso possam ser trocados. Para isso, em alguma proporção, precisam representar a mesma magnitude de valor, o qual é determinado pelo tempo trabalhado socialmente necessário. Aqui já não importa os

diversos tipos de trabalho, mas tão somente a magnitude desses trabalhos expressa no valor de troca, o que possibilita a permutabilidade entre as mercadorias.

A dominação do trabalho pelo capital, conforme demonstra a teoria marxista, afasta o homem da humanização, fragmenta trabalho e educação e plasma sobre o mundo do trabalho a lógica do mercado de trabalho, onde tudo pode ser comprado e vendido, inclusive o próprio trabalho, que se reduz à mercadoria.

Essa lógica do capital universalizou-se e apresenta desafios no campo da vida social, econômica, educacional, cultural, etc. Essa realidade, forjada sob a lógica do mercado, onde só tem valor o que gera lucro, torna-se perversa em um contexto como o atual, marcado por uma pandemia, esta gerada por uma crise sanitária jamais vista no Brasil, onde faz-se necessário a defesa da vida, acima de todos os interesses, simplesmente pela importância da humanidade.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a situação de trabalho e renda dos estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá. Para dar conta de atender a esse objetivo, direcionou-se este estudo a partir do seguinte questionamento: Como estão vivendo os estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no tange a trabalho e renda no contexto da pandemia no novo coronavírus?

O processo metodológico pautou-se no materialismo histórico-dialético, tendo Marx (1985) como fundamento teórico. A coleta de dados seguiu os moldes da entrevista semiestruturada, com questionamentos do tipo aberto e fechado. Para analisar os dados, apoiou-se nas análises dos conteúdos. Os resultados evidenciam que a pandemia aprofundou ainda mais as desigualdades de trabalho e renda, principiante para os estudantes do Curso de Pedagogia. Conclui-se, portanto, que a lógica do capital se articula para manter e ampliar os privilégios da classe detentora do poder aquisitivo, excluindo a classe que vive do trabalho.

O texto está dividido em três partes. Na primeira, destacam-se os desafios do trabalho e renda dos estudantes em tempos de pandemia, demonstrando como esses sujeitos estão vivendo este período no aspecto das relações do trabalho e da renda.

Na segunda parte, analisa-se o trabalho e a desigualdade socioeconômica: as implicações da crise financeira para os estudantes do Curso de Pedagogia, destacando como se materializa a crise financeira nas condições de vida dos estudantes pesquisados.

Na terceira parte, reporta-se acerca das alterações materializadas nas relações de trabalho e renda dos entrevistados durante a pandemia. Por fim, as considerações finais, onde sintetizamos os achados e as conclusões da pesquisa, ao mesmo tempo, apontando possíveis alternativas para amenizar as condições de trabalho e renda dos trabalhadores.

Os desafios do trabalho e renda para os estudantes em tempos de pandemia

No ano de 2020, o mundo todo encontra-se vivendo em um cenário totalmente diferente, com a pandemia do novo coronavírus. Esse vírus, até o presente momento, não tem vacina nem tratamento específico, além de ter alto índice de contaminação. A pandemia gerada pelo novo coronavírus (Covid-19) ameaça as formas de sociabilidade até então conhecidas, na forma das relações interpessoais presenciais, pois uma das principais formas de evitar o contágio é o distanciamento social, evitando o contato físico e lavando sempre as mãos.

A Covid-19 (coronavírus disease 2019) surgiu na China, e foi declarada, em março de 2020, como Emergência de Saúde Pública de Âmbito Internacional pela Organização Mundial da Saúde (OMS), alcançando o patamar de pandemia, conforme pauta o Relatório Científico 01/2020. Essa doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, apresenta quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves, atingindo a maioria dos territórios do mundo, alterando o modo de vida do planeta, impactando os aspectos socioeconômicos, sanitários e políticos.

A Covid-19 possui, atualmente, um total de 10.694.288 casos confirmados no mundo, e 516.210 mortes. O Brasil ultrapassa 1.453.369 casos confirmados, e é o segundo país no mundo com mais vítimas pela Covid-19, sendo 60.713 mortes até o presente momento. No estado do Pará, o primeiro caso confirmado se deu no dia 18 de março de 2020. Hoje são mais de 108 mil casos confirmados da doença, com 5.004 mortes (Brasil-Ministério da Saúde, 2020).

Diante da situação de emergência de saúde pública, no intuito de controlar a disseminação do vírus e preservar a saúde coletiva, a OMS e o Ministério da Saúde orientam um conjunto de medidas para contribuir na contenção do vírus, como, por exemplo, o uso de máscaras, o distanciamento social, a suspensão das atividades que requerem aglomeração (aulas presenciais nas universidades, por exemplo), entre outras.

Sobre a recomendação acerca da suspensão das aulas presenciais nas universidades, a presente pesquisa avalia que os estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins – Cametá, comportam-se da seguinte forma: 58,4% estão em distanciamento social, 24,7% em distanciamento social restritivo, 7,3% trabalham nos serviços essenciais, como, por exemplo, segurança, saúde, entre outros, 6,2% estão em isolamento social, com teste positivo para a Covid-19, e 3,4% estão em quarentena, devido ao contato com pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

Mas, contraditoriamente, nem todos podem se manter isolados, principalmente aqueles que precisam trabalhar todos os dias para se manter vivos. O gráfico 1, abaixo, demonstra a realidade dos

estudantes do Curso de Pedagogia. Ou seja, apesar das necessidades, apenas 7,3% estão trabalhando em serviços essenciais², enquanto a maioria está em isolamento social.

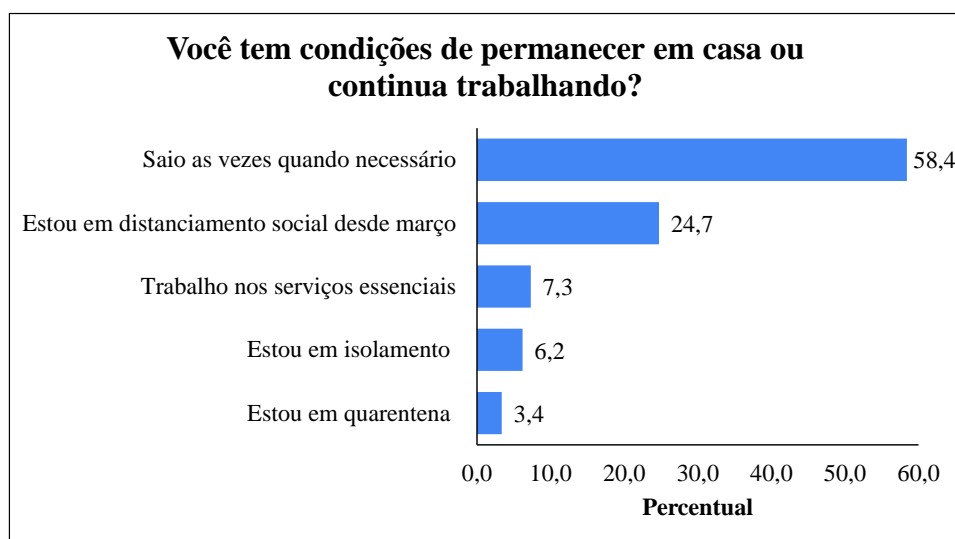


Gráfico 1. Estudantes que permanecem em casa ou trabalhando. Fonte: Silva et al. (2020).

Percebe-se que a grande maioria dos estudantes pesquisados não fica totalmente em casa, saindo sempre que há necessidade, a fim de resolver algum tipo de problema. Em outras palavras, ficar em casa, somente, não possibilita garantir as condições básicas de subsistência, visto que a maioria dos entrevistados é de baixa renda, sem condições adequadas para manter-se totalmente isolada.

Por outro lado, esse é um reflexo da ausência de políticas públicas no campo da saúde e da renda, visto que o governo federal não possibilitou recursos suficientes para que as famílias possam ficar em isolamento social, como bem reflete os dados acima. O gráfico a seguir demonstra essa realidade.

Além do gravíssimo problema de saúde pública, o novo coronavírus também impacta de forma brutal a economia mundial. Essa questão econômica exerce impactos negativos sobre a vida dos trabalhadores, os quais têm sido submetidos, de forma angustiante, ao risco de contaminação e ao desemprego (Augusto; Santos, 2020). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), o atual cenário do mercado de trabalho ainda é de crescente informalidade, ou seja, muitos brasileiros não possuem emprego formal, trabalhando trabalhadores sem carteira assinada, além de autônomos sem CNPJ ou remuneração fixa, muitos deles auxiliando em trabalhos para a família, como fica explícito no gráfico acima.

² Entre os serviços considerados essenciais, conforme regulamenta o Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, estão a assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares, e a assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade, além de muitos outros, como atividades de segurança pública e privada, telecomunicação e internet, captação e tratamento de esgoto e lixo, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de gás, transporte e entrega de cargas em geral, produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas.

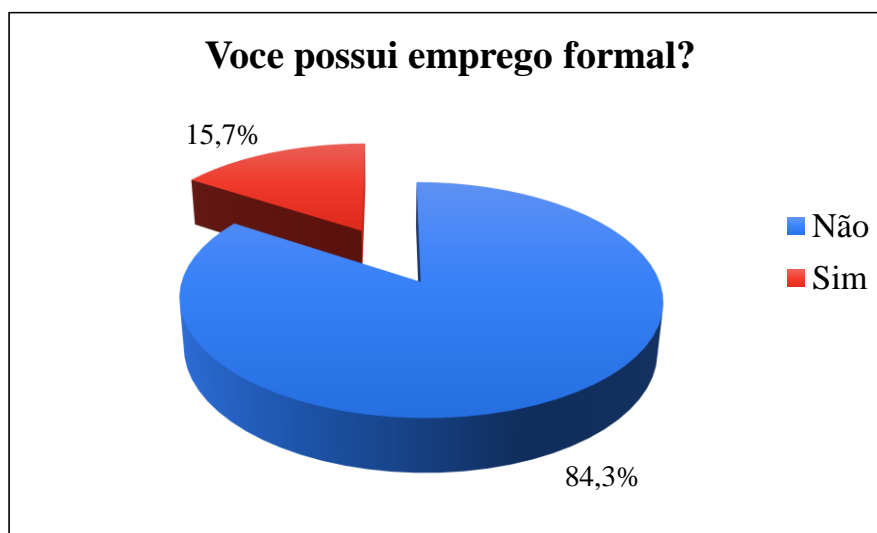


Gráfico 2. Estudantes do Curso de Pedagogia UFPA/Cametá que possuem emprego formal. Fonte: Silva et al. (2020).

Os dados da pesquisa apontam que 84,3% dos estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, residentes de diversos municípios, não possuem emprego formal. Desse montante, apenas 15,7% estão inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro.

No cenário atual, essa situação torna-se ainda mais crítica, pois a pandemia trouxe grandes desafios para o mundo do trabalho como um todo. Segundo Augusto e Santos (2020), o trabalhador está em situação de grande fragilidade, seja pela perda de suas condições de trabalho ou pelas mudanças na forma de trabalhar, com a possibilidade real de sofrimento e adoecimento relacionados ao novo estado das relações de produção.

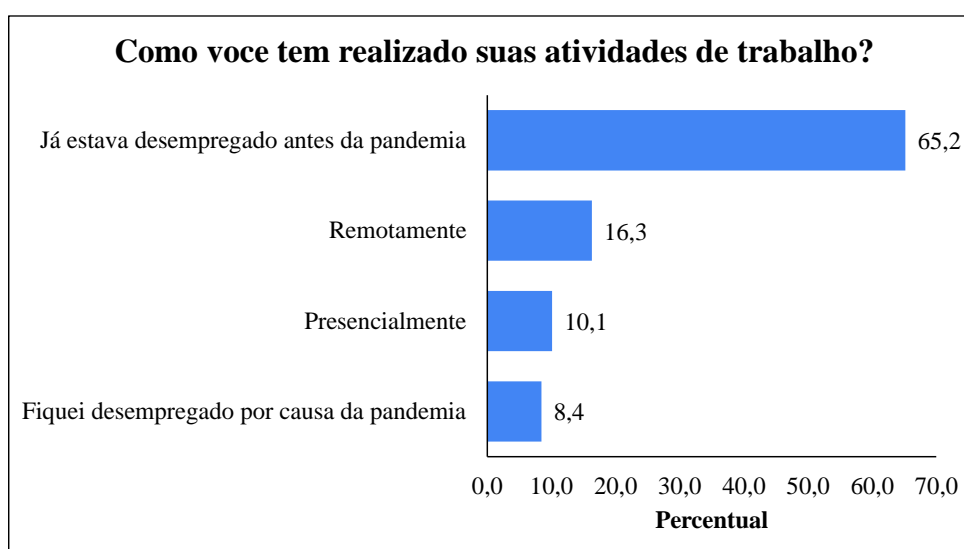


Gráfico 3. Estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/Cametá que realizam atividades de trabalho durante a pandemia. Fonte: Silva et al. (2020).

Os trabalhadores informais, que são a maioria no Brasil, ficaram sem poder exercer as suas atividades e, conseqüentemente, a garantia de sua subsistência. Outros, ainda, enfrentam os riscos de se contaminarem pelo novo coronavírus e continuam trabalhando. Os trabalhadores formais se veem obrigados a aceitar a proposta de acordo apresentada pelo empregador, pois correm o risco de serem demitidos e de não conseguirem uma recolocação no mercado de trabalho, haja vista que há 12 milhões de desempregados no país (Augusto; Santos, 2020).

Quando se pensava que a reforma trabalhista no Brasil representava o fundo do poço, os trabalhadores se depararam com um vírus mortal, capaz de aniquilar vidas e postos de trabalho (Augusto; Santos, 2020). Na atual conjuntura compreende-se que, se a situação da crise econômica, com alta taxa de desemprego no país já era preocupante, essa irá se tornar ainda mais grave com a pandemia da Covid-19, como destaca o gráfico acima.

Assim, fica explícito que a pandemia tende a agravar o desemprego entre os estudantes da Universidade Federal do Pará, Campus de Cametá, constituindo uma realidade que já vinha se ampliando muito antes da chegada do vírus, visto ser uma problemática que está inserida nas relações de trabalho coordenadas pelos ditames do capital.

Com base nos resultados da pesquisa (Gráfico 3), o equivalente a 65,2% dos discentes do Curso de Pedagogia da UFPA, Campus Universitário do Tocantins – Cametá já estavam desempregados antes da pandemia; 16,3% desenvolveram o seu trabalho de maneira remota, ou seja, a distância, exercendo as suas atividades profissionais em casa; 10,1% trabalham presencialmente – são aqueles sujeitos que desenvolvem serviços essenciais durante a pandemia, como, por exemplo, aqueles da área da saúde, da segurança pública, que atuam com a venda de alimentos, em farmácias, no tratamento de água, no fornecimento de energia elétrica, na coleta de resíduos urbanos, dentre tantos outros. Por fim, desse montante, 8,4% ficaram desempregados por causa da crise instaurada pelo novo coronavírus.

O desastre econômico global está abalando profundamente a vida dos trabalhadores do mundo, estimados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 3,3 bilhões de pessoas. A Organização das Nações Unidas (ONU) trabalha com a estimativa de que o PIB planetário sofra um golpe de US\$ 2 trilhões. No Brasil, as estimativas dão conta de que, ao menos, cinco milhões de trabalhadores com carteira assinada já tiveram seus empregos afetados de alguma forma desde o início da crise, seja por demissões, seja pela suspensão do contrato de trabalho, seja pelo corte de jornada e de salários. O cenário deve ser ainda pior. Um levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), na primeira quinzena de maio, mostra que 53,5% das famílias brasileiras foram afetadas com as medidas adotadas no mercado de trabalho em meio à pandemia (Ibre-FGV, 2020).

Trabalho e desigualdades socioeconômicas: as implicações da crise financeira para os estudantes do Curso de Pedagogia

Foi demonstrado, anteriormente que a pandemia potencializou as desigualdades econômicas e sociais. O Brasil é um país desalinhado na concentração fundiária, que é a posse não democrática da maior parte das terras no espaço rural brasileiro, no que tange à grande quantidade de terras sob posse de um número muito pequeno de pessoas, o que também evidência a intensiva concentração de renda, que sustenta as piores formas de exploração e desigualdade. Ao analisar o gráfico a seguir, pode-se compreender o processo de desigualdade social manifestado na vida dos estudantes do Curso de Pedagogia e, ainda, que 88,2% desses discentes faz parte de famílias com renda de até dois salários mínimos.

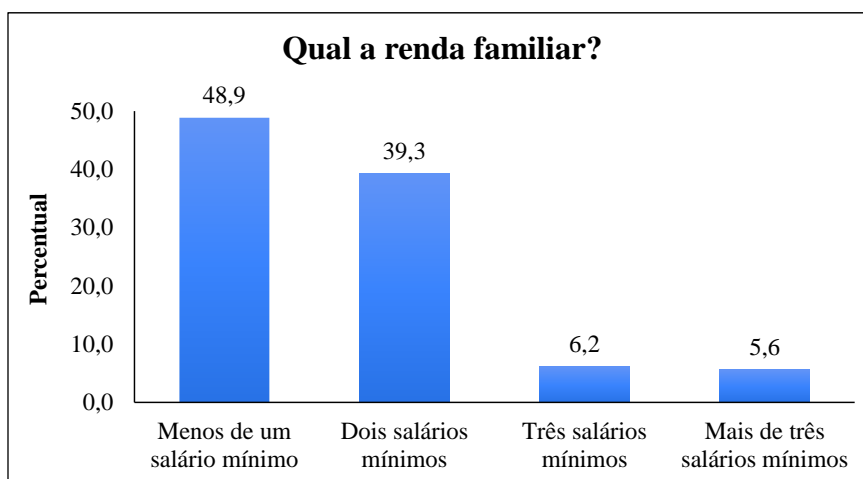


Gráfico 4. Renda familiar dos estudantes da UFPA/Cametá durante a pandemia Fonte: Silva et al. (2020).

Nesse viés, tais dados fazem refletir que os principais centros informacionais recebem estudantes com múltiplas facetas, construídas no decorrer das relações de seus cotidianos e da troca entre as suas expectativas, características e habilidades e a estrutura, as normas e a comunidade que compõem a universidade. Alguns desses discentes com problemas até mesmo financeiros, o que pode interferir diretamente e indiretamente em sua formação.

Com base nos dados demonstrados anteriormente (Gráfico 2), ou seja, de que a maioria dos estudantes estão inseridos no mercado de trabalho informal, visualiza-se que 48,9% possuem renda familiar menor que um salário mínimo; que o equivalente a 39,3% possui renda familiar mensal de dois salários mínimos; que 6,2% possuem renda familiar mensal de três salários mínimos e; que o correspondente a 5,6% dos sujeitos da pesquisa possui mais de três salários ao mês.

Segundo o IBGE (2019), o rendimento médio mensal de trabalho da população 1% mais rica foi quase 34 vezes maior que da metade da população (50%) mais pobre, em 2018. Isso significa que a parcela de maior renda arrecadou R\$ 27.744,00 por mês, em média, enquanto os menos favorecidos ganharam R\$ 820,00 por mês. Esses dados constataam a extrema desigualdade da distribuição de renda no Brasil.

Para Augusto e Santos (2020), a pandemia do novo coronavírus aprofundou extremamente a crise do capitalismo neoliberal. Se a situação já era muito preocupante, tudo piorou, desta vez por conta de um fator desencadeador de ordem sanitária. O impacto dessa crise nos países emergentes, como é o caso do Brasil, é ainda mais preocupante, dada a maior fragilidade de suas economias e a maior desigualdade econômica e social.

Desse modo, é possível notar que há uma população jovem e universitária que tem a necessidade de políticas públicas mais amplas voltadas para atender a permanência dos mesmos no período de sua graduação. Ao articular com os dados do gráfico abaixo, de emprego formal, que é em torno 32%, e também com os dados da renda, em que 88,2% desses discentes fazem parte de famílias que possuem renda de até dois salários mínimos, além dos 38,8% que recebem o auxílio emergencial, pode-se inferir, por meio desses dados, que a maioria dos estudantes é oriunda das camadas mais empobrecidas da população.

As universidades públicas, com destaque para a UFPA/Cametá, têm um papel fundamental como um veículo de educação e transformação social, disseminação de culturas, contribuindo para emancipação das pessoas, priorizando a manutenção do tripé ensino, pesquisa e extensão. Os sistemas de cotas serviram para mostrar as culturas e as diversidades representadas na conquista de equidade e de justiça, seja racial, social ou cultural, no que se demonstra a miscigenação da população.

As modalidades de auxílio permanência, que utilizam com base critérios socioeconômicos, são como uma forma de apoio aos estudantes, proporcionando o recebimento de benefício financeiro e oportunizando a permanência do discente durante o tempo regular do seu curso, até a sua diplomação. O número de auxílios disponibilizados é previsto de acordo com os recursos disponíveis de assistência estudantil a cada ano, podendo ser ampliado ou retraído. Dessa forma, os estudantes selecionados comprometem-se a cumprir com as atividades acadêmicas das disciplinas ao longo de seu curso de graduação, visando a sua diplomação dentro do prazo previsto.

Mudanças nas relações de trabalho e renda durante a pandemia

Com a chegada da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), os governos de diversos países do mundo se viram desafiados a apresentar medidas urgentes para enfrentar as consequências que o distanciamento/isolamento social recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil,

durante esse período de reclusão necessário para controlar a propagação do vírus, foram editadas inúmeras Medidas Provisórias (MPs). Dentre elas, algumas referentes às relações laborais, como a MP nº 927, de 22 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19.

Com o objetivo de minimizar os efeitos do novo coronavírus no mercado de trabalho, a MP nº 927/2020 fixa regras trabalhistas a serem aplicadas durante o estado de calamidade pública, flexibilizando obrigações decorrentes do contrato de trabalho, e sinalizando a possibilidade de alterações do contrato de trabalho por força maior, além de estimular a negociação direta entre patrão e empregado, ainda que contrária à lei, aos acordos e às convenções coletivas de trabalho (Augusto; Santos, 2020). Incentiva, ainda, uma nova forma de trabalho, considerando a necessidade de se garantir o isolamento social, a saber: o teletrabalho³.

O teletrabalho é desenvolvido principalmente pelos trabalhadores formais, aqueles que possuem vínculo empregatício com determinada empresa, que em vista do distanciamento/isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, adotou essa mudança na forma de desenvolver as atividades laborais. Segundo a LabPOT (2020), grande parte desses trabalhadores nunca tinha realizado tal modalidade, não recebeu ações de treinamento, desenvolvimento e educação, tendo que se adaptar, além de ter que equilibrar novas demandas que foram criadas nesse período, como, por exemplo, a necessidade de dedicar mais tempo a atividades domésticas e cuidados com os filhos. Há, ainda, os impactos psicológicos da pandemia, como medo, estresse, sofrimento, ter que lidar com o falecimento dos entes queridos, entre outros.

Por outro lado, muitos desses trabalhadores formais estão ficando desempregados em tempos de pandemia, conforme explicita o Ministério da Economia. No mês de maio de 2020, houve no país 703.921 admissões e 1.035.822 demissões, alcançando-se uma retração de 331.901 postos de trabalho no saldo de empregos com carteira assinada. Em comparação ao mês de maio de 2019, foram realizadas 1.347.304 de contratações e 1.315.164 de demissões, ao que se obteve um saldo positivo de 32.140 novas vagas de emprego (Brasil, 2020). Diante desses dados, observa-se a precariedade do trabalho na atual conjuntura e a intensificação do desemprego estrutural no Brasil, o que, de acordo com Antunes (2010), significa dizer que há mais mão de obra disponível do que empregos.

O país deparou-se com muitas mudanças e um novo e complexo cenário. É notório que a questão econômica exerce, também, impactos negativos sobre a vida dos trabalhadores (formais,

³ De acordo com o Laboratório de Psicologia Organizacional e do Trabalho – LabPOT (2020), o teletrabalho é uma modalidade inserida no contexto das novas formas de organização e relações do trabalho, que facilita a realização das atividades laborais fora do ambiente comum organizacional, por meio do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs). Ou seja, trata-se de uma atividade laboral realizada a distância (trabalho remoto), inclusive em casa (*home office*), utilizando computadores e dispositivos de comunicação móveis, como telefones, celulares e aplicativos.

autônomos e informais), os quais têm sido submetidos, de forma angustiante, aos desafios das novas formas de trabalho, ao risco de contaminação pelo novo coronavírus e ao desemprego. Para Augusto e Santos (2020), “sem trabalho, o mínimo existencial necessário à garantia da dignidade da pessoa humana fica ameaçado”.

Desse modo, se a situação é preocupante para aqueles que possuem emprego formal, ou seja, trabalham com carteira assinada, os trabalhadores autônomos e informais encontram-se em condições ainda mais difíceis. De acordo com a pesquisa realizada com os estudantes do Curso de Pedagogia da UFPA/CUNTINS – Cametá, apenas 15,7% possui emprego formal, estando praticamente a totalidade dos estudantes (84,3%) inserida no mercado de trabalho informal brasileiro. Esses dados refletem o que destaca Santos (2020), ou seja, um grupo de trabalhadores globalmente dominante, ainda que sejam muito significativas as diferenças de país para país. Estes dependem de um salário diário, gozando de pouquíssimo ou nenhum benefício contratual. Desse modo, a indicação, por parte da OMS, para trabalhar em casa e em autoisolamento é impraticável, porque obriga os trabalhadores a escolher entre ganhar o “pão diário” ou ficar em casa e passar fome. Ou, ainda, morrer pelo vírus ou morrer pela fome.

Nesse momento está sendo difícil, até tentei manter-me em isolamento junto a minha família, mas não deu certo, devido às dificuldades que começaram a surgir, então tomei a decisão de voltar ao trabalho, tomando algumas prevenções como: uso de máscara e luvas, ao voltar para casa não entrar, tomar banho na área externa, mas apesar de todas essas prevenções o medo é grande de ser contaminado e contaminar minha família (Estudante 105, 2020).

[...] o medo de levar o vírus para dentro de casa com meus filhos era diário. Continuei trabalhando (com todos os cuidados e recomendações). A Entidade que eu trabalho não podia parar as atividades por muitas pessoas (pescadores) precisarem de nós e do benefício que muito ajudou nesse momento difícil. Infelizmente fui infectada, no momento estou em casa e afastada do trabalho (Estudante 154, 2020).

As falas revelam a situação social que estão enfrentando os estudantes pesquisados, realidade essa que se materializa no atual cenário do país. Diante da vulnerabilidade dos trabalhadores brasileiros na pandemia da Covid-19, mesmo ante as medidas adotadas pelo governo e autoridades sanitárias, como a decretação de calamidade pública, com determinações para o distanciamento/isolamento social, demandando a paralisação de vários serviços, um outro grupo de trabalhadores não pôde ficar em casa, estes que são os chamados trabalhadores dos serviços essenciais.

Os serviços essenciais forçam os trabalhadores a se submeterem a jornadas mais intensas de trabalho, baixos salários e riscos de contágio, devido à ausência de equipamentos de segurança e ao aumento da situação de exploração. Na verdade, eles prefeririam estar em isolamento social, mas têm trabalhado acudados, com medo da contaminação, da exposição diária e do pior: a perda de seus empregos, que ainda acalentam os sonhos de melhores condições de vida. Embora tomem os devidos

cuidados com a proteção (uso de máscaras, luvas, álcool em gel), a exposição sofrida por esses trabalhadores formais e informais é de alto risco (Sato et al., 2020).

Trabalho como agente comunitário de saúde, um dos trabalhos essenciais, tenho medo porque não há segurança, mas continuo trabalhando e seguindo minha rotina quase de forma normal (Estudante 11, 2020).

[...] continuei trabalhando mesmo com a pandemia, tomando as preocupações possíveis, sempre com cuidado ao chegar em casa, mas com todos os cuidados, me sinto inseguro, mal informado sobre a pandemia e o cenário atual (Estudante 161, 2020).

Em tempos de pandemia do novo coronavírus, onde as medidas de distanciamento/isolamento social impedem a busca por empregos e dificultam as atividades laborais, principalmente dos trabalhadores informais, mas também dos formais e essenciais, quase 50% da força de trabalho brasileira está extremamente fragilizada pela ausência de renda mínima para subsistência (Sato et al., 2020). As medidas de proteção social para conter os impactos da pandemia, disponibilizadas pelo governo, não garantem condições dignas de sobrevivência durante o isolamento social.

Estou em casa o tempo todo, muito difícil ficar sozinha. Pois, não tenho uma casa confortável e tenho contas para pagar, esse auxílio não dá para muita coisa. Estou a falhar com minhas dívidas pessoais (Estudante 117, 2020).

[...] estar junto de quem amamos é sempre bom, porém em alguns pontos implica na rotina que tínhamos antes. Sendo que para quem não tem emprego fixo se torna bem difícil, se um salário é pouco imagine sobreviver com R\$ 600,00 (Estudante 178, 2020).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 21 milhões de brasileiros tiveram renda mensal domiciliar *per capita* de apenas R\$ 56,62 no mês de maio de 2020. Dentre estes, pouco mais de 5 milhões de trabalhadores brasileiros não receberam o auxílio emergencial. Esses dados referem-se apenas aos trabalhadores informais, pois, incluindo todos os grupos de trabalhadores, o IBGE afirma que, no mês de maio de 2020, cerca de 19 milhões estavam afastados do trabalho pelo distanciamento/isolamento social e, entre estes, 9,7 milhões ficaram sem remuneração. Ao todo, 10,1 milhões de pessoas estavam desempregadas em maio de 2020, em pleno auge da pandemia no Brasil (IBGE, 2020).

Fica constatado que a crise estabelecida devido à pandemia vem causando impactos econômicos e financeiros em todas as dimensões, até mesmo no aspecto socioeducacional. A pandemia veio aprofundar a crise global já existente (a do capitalismo), impactando ainda mais na forma de vida dos estudantes universitários pesquisados, pois o equivalente a 65,2% já estava desempregado antes da implementação das medidas de distanciamento/isolamento social, enquanto 16,3% passou a desenvolver a modalidade do teletrabalho, e 10,1% faz parte dos trabalhadores essenciais, os quais continuaram com as suas atividades laborais mesmo correndo o risco de contaminarem-se pelo novo

coronavírus. Além disso, 8,4% faz parte do grupo de brasileiros que foram demitidos durante a pandemia.

Em tempos de pandemia, não somente os estudantes analisados nesta pesquisa estão vivenciando mudanças nas suas formas de trabalho e renda, mas os trabalhadores do mundo todo. Antes mesmo da crise provocada pela Covid-19, presenciava-se, conforme demonstra Antunes (2010), a explosão do desemprego estrutural em escala global, a qual atinge a totalidade dos trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes.

Evidencia-se, ainda, o processo de precarização estrutural do trabalho, devido ao desmonte da legislação trabalhista, pois flexibilizar a legislação do trabalho significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração deste, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora. Diante disso, pode-se afirmar que a pandemia está aprofundando ainda mais a fragmentação e a fragilidade do mundo do trabalho, causando graves consequências para as condições de vida dos trabalhadores de baixa renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tratou de analisar as condições de trabalho e renda dos estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá. Para dar conta de atender o objetivo proposto, seguiu-se o seguinte questionamento: Como estão vivendo os estudantes do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no que tange ao trabalho e renda no contexto da pandemia do novo coronavírus?

A pandemia gerou profundas implicações em relação ao trabalho e à renda da população do mundo inteiro, o que não poderia ser diferente em relação aos estudantes entrevistados, considerando o perfil formado por jovens oriundo da “classe-que-vive-do-trabalho”, conforme denomina Antunes (2002a e 2002b). Em outras palavras, os jovens estudantes estão sofrendo drásticas consequências de desemprego, uma vez que as oportunidades de ingressar no mercado de trabalho ficaram ainda mais difíceis.

Trata-se de uma realidade que explicita as históricas contradições do capital, que estruturaram as relações econômicas e sociais na sociedade capitalista, assentada no trabalho como valor de troca e na concentração de renda e da terra, onde a educação constitui-se contraditoriamente como uma estratégia de gerar elemento para sustentar a sociabilidade à lógica excludente do capital.

Diante do exposto, fica explícito que a lógica do capital não proporciona melhorias de condição e nem amplia as estruturas de geração de renda e trabalho para os jovens estudantes da universidade, principalmente para aqueles que ainda não possuem experiência de trabalho. Uma das alternativas para mudar esse cenário é a construção de uma nova mentalidade dos estudantes junto à realidade

socioeconômica brasileira, compreendendo que essa não é uma situação natural, mas criada por uma concepção ideológica que se articula para manter e ampliar os privilégios dos detentores do capital.

REFERÊNCIAS

- Antunes R (2020). A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. *Serviço Social e Sociedade*, 104: 632-636.
- Antunes R (2020a). *Os Sentidos do Trabalho*. 6a ed. São Paulo: Boitempo Editorial. (Coleção Mundo do Trabalho).
- Antunes R (2020b). *Adens ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 8a ed. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp.
- Augusto CB, Santos RD (2020). *Pandemias e Pandemônio no Brasil*. Ilustrações Rodolfo Carvalho. 1º ed. São Paulo: Tirant lo Blanch.
- Brasil (2020). *Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020*. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Diário Oficial da União. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/republicacao-249098206> Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- Brasil (2020). *Medida Provisória nº 927 de 22 de março de 2020*. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19. Diário Oficial da União. Brasília. Disponível em: <https://www.portalntc.org.br/images/jce/legislacao-covid-medidas-trabalhistas-MP.pdf> Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- Brasil (2020). *Ministério da Economia. Maio registra saldo negativo de -331.901 postos de trabalho*. Governo Federal. Novo CAGED. Brasília-DF. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/junho/maio-registra-saldo-negativo-de-331-901-postos-de-trabalho> Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- Caixa Econômica Federal (2020). *Quem tem direito ao Auxílio Emergencial*. Perguntas Frequentes - Auxílio Emergencial. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/auxilio/perguntas-frequentes/Paginas/default.aspx#:~:text=Um%20dos%20requisitos%20para%20receber,ter%C3%A1%20direito%20ao%20benef%C3%ADcio%20emergencial%3F> Acesso em: 03 de jul. de 2020.
- Camargo JM (1989). Informalização e renda no Mercado de trabalho. In: Sedlacek LG, Barros RP. *Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea*. Rio de Janeiro: IPEA/inpes.


- Colmán E, Pola KD (2009). Trabalho em Marx e Serviço Social. *Revista do Serviço Social*, 12(1). Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/index>>. Acesso em 1 de julho de 2020.
- Cunha PV (1979). A organização dos mercados de trabalho: três conceitos alternativos. *Revista de Administração de Empresas*, 19(1): 29-46.
- Deluiz N (1995). *Formação do trabalhador: produtividade e cidadania*. Rio de Janeiro, Shape.
- Fernandes R (1996). Mercado de Trabalho Não-Regulamentado: Participação Relativa e Diferenciais de Salários. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 26: 417- 442.
- Figaro RA (2008). *Relações de comunicação no mundo do trabalho*. São Paulo: AnnaBlume.
- Gorz A (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.
- IBGE (2020). *Brasil gera três vezes mais vagas informais que formais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Robson Sales, GloboNews.
- IBGE (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID-19*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/27947-divulgacao-mensal-pnadcovid2.html?edicao=28035&t=destaques> Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- IBGE (2019). *Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Agência IBGE notícias: 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 de jun. de 2020.
- IBRE-FGV (2020). *Pandemia já afeta trabalho de 53,5% das famílias, aponta FGV IBRE.2020*. Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-ja-afeta-trabalho-535-familias-aponta-fgv-ibre>>. Acesso em: 1 de julho 2020.
- LABPOT (2020). *Teletrabalho e a pandemia da Covid-19*. USP-PR, Abril/2020. Laboratório de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Disponível em: https://www.ffclrp.usp.br/imagens_noticias/15_04_2020__18_23_45__108.pdf Acesso em: 29 de jun. de 2020.
- Marinho KF, Ratto CG (2016). Modo borderline e mundo do trabalho: um ensaio sobre implicações e perspectivas atuais. *Saúde Soc.*, 25(1): 171-185.
- Marx K (1974). *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Pensadores).
- Marx K (1985a). *O Capital: crítica da economia política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).
- OIT (2020). *COVID-19: Estimular a economia e o emprego: À medida que a crise do emprego se agrava, OIT adverte que a recuperação do mercado de trabalho é incerta e incompleta*. Organização Internacional do Trabalho.

- Maio de 2020 Disponível em:<https://www.ilo.org/brasil/brasilia/noticias/WCMS_749513/lang-pt/index.htm>. Acesso em 30 de junho de 2020.
- Rubin II (1980). *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense.
- Santos BS (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Edições Almedina, S.A. Coimbra.
- Sato M (2020). *Os condenados da pandemia*. GPEA-UFMT & Ed. Sustentável. Cuiabá.
- Schimidt A (1976). *El concepto de naturaleza en Marx*. Madrid: Siglo Veintiuno.
- Silva WS (2014). Mercado de trabalho. Graduação em Geografia (Centro Universitário Fundação Santo André, 2014). Disponível em:<<https://www.infoescola.com/economia/mercado-de-trabalho/>>. Acesso em:30 de junho de 2020.
- Souza PR (1986). *O que são empregos e salários*. São Paulo: Brasiliense.
- Woleck A. (2001). *O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva*. Associação Educacional Leonardo da Vinci Curso de Especialização, Instituto Catarinense de Pós-Graduação. 2001. Disponível em: <www.icpg.com.br>. Acesso em: 29 de junho de 2020.

Implicações do isolamento social no processo formativo em tempos de pandemia¹

Recebido em: 10/08/2020


Aceito em: 18/08/2020

 10.46420/9786588319079cap6

João Batista do Carmo Silva² 

Benilda Miranda Veloso Silva³ 

Madson Jesus Farias Trindade⁴ 

Cheliane Estumano Gaia⁵ 

INTRODUÇÃO

Investigar o processo formativo remete a uma análise sobre o dinamismo da socialização do conhecimento construído historicamente e o desenvolvimento de estratégias e habilidades, a fim de continuar aprendendo e construindo novos conhecimentos, a partir daqueles que foram construídos por outros sujeitos que estão em relações sociais de reciprocidade.

Por outro lado, neste contexto de pandemia, com a suspensão das aulas presenciais, explicitaram-se ainda mais as desigualdades inerentes aos processos formativos, sob a lógica do capital. Entretanto, nesse momento de isolamento social, esse movimento de exclusão radicaliza-se ainda mais, considerando-se a exigência cada vez mais de equipamentos e tecnologias da informação e comunicação, além de uma boa estrutura de rede para manter-se conectado, a fim de construir e socializar conhecimentos e manter-se conectado com o mundo.

Este artigo tem como objetivo analisar as implicações do isolamento social no processo formativo dos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de

¹ A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos (SANTOS, 2020, p. 07).

² Doutor em Educação. Docente da Faculdade de Educação do Campus Universitário do Tocantins/Cametá, da Universidade Federal do Pará. E-mail: jbatista@ufpa.br.

³ Doutoranda em Educação PPGE/FAE/UFMG, Técnica em Educação da Secretaria do Estado do Pará. SEDUC/Pa. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: bveloso@ufpa.br.

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. E-mail: madsonjftrindade@gmail.com.

⁵ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia e bolsista de Extensão/Eixo Transversal. E-mail: shelianegaia@gmail.com.

questionário semiestruturado, com a participação de 178 sujeitos, aplicado em maio de 2020. Analisaram-se os dados coletados, fundamentados em Castells (2005), Adorno e Horkheimer (1947), Arruda (2020), Santos (2020), entre outros, por meio da análise de conteúdo.

Os resultados obtidos mostram que 95,51% dos discentes do Curso de Pedagogia estão conectados (as) por meio do celular. Suas principais fontes de informações são as redes sociais e a televisão, além do que estão realizando atividades educativas por meio remoto, o que explicita um grande desafio, pois a maioria desses estudantes não tem suporte para desenvolverem essas atividades, sejam computadores ou o acesso à internet de qualidade, considerando que um número muito significativo só consegue acessar a internet por meio de dados móveis, com baixa capacidade de conectividade, impactando negativamente no desenvolvimento do seu processo formativo. Houve, ainda, impacto nos momentos recreativos dos estudantes, haja vista que, com o isolamento social, as atividades de lazer são desenvolvidas dentro de suas próprias casas, seja assistindo filmes, jornais, novelas, *lives* e etc. Portanto, conclui-se que os impactos do isolamento social afetam diretamente as rotinas, assim como os processos formativos, pois os desafios presentes neste período de isolamento exigem equipamentos, acesso e habilidade para domínio das TIC's, o que não se aplica a todos os discentes, ocasionando, assim, uma desigualdade nessas formas de acesso ao mundo digital.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro momento, apresenta-se a discussão sobre os recursos tecnológicos e os desafios para o processo formativo acadêmico em tempos de pandemia, e destaca-se os aspectos do acesso às TIC's e aos dados móveis para o processo de conectividade; no segundo momento, faz-se um debate sobre as atividades educacionais, culturais e recreativas, além de uma análise sobre as atividades desportivas realizadas durante a pandemia pelos estudantes do Curso de Pedagogia.

Recursos tecnológicos e conectividade: os desafios para o processo formativo em tempos de pandemia

A educação brasileira é compreendida como a síntese de múltiplas determinações, dentre as quais destacam-se os fatores históricos, econômicos, políticos, sociais, culturais, ideológicos, epistemológicos, educacionais, entre outros. Nesse sentido, Pimenta (2005) argumenta que a educação não só retrata e reproduz o contexto social, mas projeta a educação enquanto uma meta da sociedade. Ou seja, trata-se de práticas educativas pautadas, historicamente, no desafio de responder às problemáticas que a sociedade lhes coloca.

O homem é fruto das relações sociais, mas em tempos de pandemia e isolamento social, essas relações deixam de ser “presenciais”, “físicas” e passam a ocorrer por meio “remoto”, “virtual”. Se o ser humano se forma nas relações sociais com os outros, pode-se dizer que também aprende a ser

humano nesse processo constante e permanente de aprendizagem coletiva. Mas, como ocorre esse “processo formativo” de aprender a humanizar-se por meio das relações sociais em tempos de pandemia? Considerando que a humanização se constitui em processo permanente de ensino-aprendizagem, Santos (2020) fala desta dificuldade de pensar e teorizar sobre essa nova realidade.

A geração que nasceu ou cresceu depois da Segunda Guerra Mundial habituou-se a ter um pensamento excepcional em tempos normais. Perante a crise pandêmica, têm dificuldade em pensar a exceção em tempos excepcionais. O problema é que a prática caótica e esquiva dos dias foge à teorização e exige ser entendida em modo de subteorização. Ou seja, como se a claridade da pandemia criasse tanta transparência que nos impedisse de ler e muito menos reescrever o que fôssemos registando no ecrã ou no papel (Santos, 2020).

Utiliza-se o conceito de processo formativo por se constituir em um processo contínuo de formação escolar ou não escolar, que envolve atividades laborais, educacionais (práticas educativas, práticas pedagógicas e práticas docentes), culturais, recreativas e desportivas, etc., realizadas pelos discentes em tempos de pandemia.

Franco (2012), ao analisar o conceito de prática pedagógica, explicita que se faz necessário definir, também, o conceito de prática educativa e de prática docente, compreendidas como três dimensões relacionadas entre si, reciprocamente estruturadas, mas com suas especificidades. Para essa autora, as “práticas educativas” são aquelas que ocorrem para a concretização de processos educacionais. A “prática pedagógica”, por sua vez, é aquela que se organiza intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social. Essas práticas se materializam por meio das “práticas docentes” que se exercem com finalidade, planejamento, acompanhamento, vigilância crítica e responsabilidade social. Ou seja, estruturam-se em relações dialéticas pautadas nas mediações entre as suas especificidades e a complexidade do processo como um todo.

Em outros termos, pode-se sintetizar, fundamentando-se em Franco (2012), que a prática pedagógica se realiza através de sua ação científica sobre a práxis educativa, visando compreendê-la, torná-la explícita a seus protagonistas, transformá-la, através de um processo de conscientização de seus participantes, dar-lhe suporte teórico, teorizar com os autores, buscar encontrar, em sua ação, o conteúdo não expresso de suas ações.

Em outros termos, pode-se identificar como uma práxis social, resultante de um movimento teórico-prático de desvelamento do real e de construção de novos conhecimentos sobre as práticas existentes, na perspectiva de construção de novos conhecimentos oriundos dessa experiência educativa. O contexto histórico atual tornou essa realidade ainda mais complexa.

O contexto de isolamento social, neste momento de pandemia da Covid-19, exigiu cada vez mais o uso das TIC's nas atividades cotidianas, desde as pequenas tarefas até as mais complexas. No

que tange aos processos formativos acadêmicos, exigiu-se, ainda, um protagonismo dos estudantes para planejarem, executarem e avaliarem as suas ações formativas dentro de casa, assim como requereu recursos tecnológicos para tal.

Nesse sentido, com a suspensão das aulas presenciais, os estudantes tiveram que mudar, bruscamente, a rotina da universidade para a casa e continuar o processo formativo com as condições individuais e/ou familiares que possuem.

Com esta pesquisa, pode-se entender que a disponibilização de recursos tecnológicos atende a 66,54 % dos estudantes, os quais tem acesso via celular, enquanto 26,54% dos discentes fazem uso de notebook. De outro modo, 5,77 % dos estudantes utilizam computadores, ao que 0,77% acessam a rede por meio de tablets. Sem acesso nenhum a recursos tecnológicos estão 0,38% dos estudantes pesquisados, como demonstra o gráfico. Tais dados revelam que os recursos tecnológicos disponíveis para esses estudantes não atendem às necessidades de uma atividade acadêmica na sua completude.

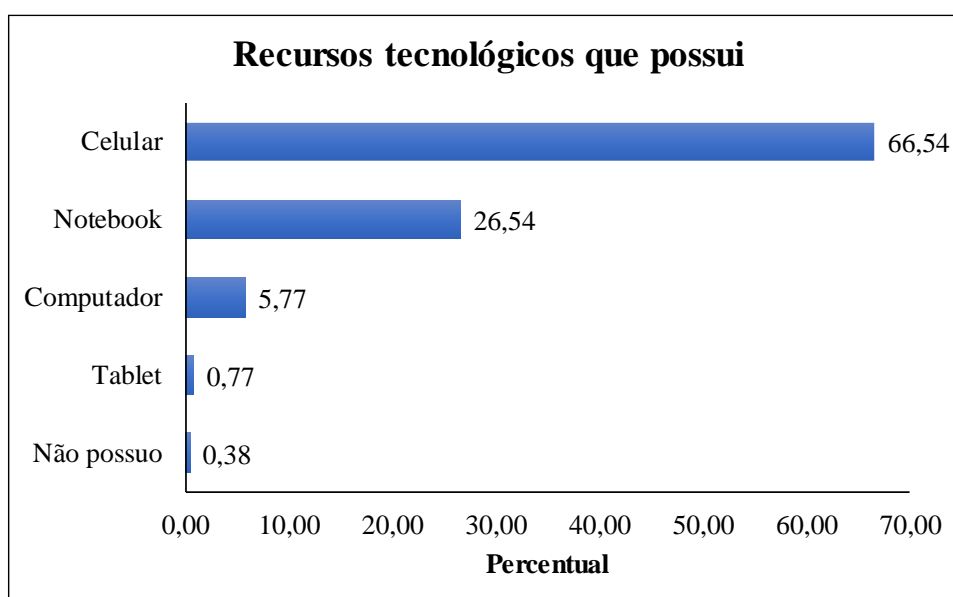


Gráfico 1. Percentual dos recursos tecnológicos utilizados pelos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no ano de 2020. Fonte: Silva et al. (2020).

Analisar o processo formativo por meio dos recursos tecnológico, neste contexto, é crucial, haja vista a impossibilidade da presença de professor e discente em sala de aula. Implica nesse processo a retirada de ambos do interior de um ambiente institucionalizado e presencial, para outro ambiente, este virtual, digital e remoto, no qual a mediação da tecnologia exige dos estudantes um certo protagonismo na produção de seu próprio conhecimento. Para isso, exige-se a utilização de diversos equipamentos, a fim de alavancar o seu conhecimento, como mostra o gráfico.

Dentre os recursos utilizados pelos discentes, o uso do celular é o que se faz mais presente, o que se pode inferir por conta de duas vertentes: a primeira se refere à sua mobilidade e portabilidade; a segunda se dá por conta de seu custo/benefício em relação a outros equipamentos, que são mais caros.

O aparelho celular apresenta inúmeras vantagens, englobando os cinco paradigmas destacados na obra de Castells (1999), que são a informação, a penetrabilidade, a lógica de redes, a flexibilidade e a convergência, elementos esse inerentes à caracterização da internet, e que estão presentes nos aparelhos celulares, acrescidos da sua portabilidade. No entanto, ele também possui uma característica peculiar, que é a distração provocada sobre quem o usa. Ademais, utilizar o aparelho celular para possibilitar a aprendizagem tem suas lacunas, principalmente no que tange à realização de muitas atividades, como pesquisa, digitação de texto, análise de dados por meio de gráficos e tabelas, etc., as quais ficam muito prejudicadas se realizadas nesse tipo de aparelho.

Aprofundando essa reflexão, Arruda (2020) mergulha em uma análise sobre as especificidades do celular, no que tange ao seu uso em práticas educativas.

[...] uma das críticas que se coloca quanto ao uso do celular para acesso à informação diz respeito ao tamanho da tela e impossibilidade de se efetuar leitura de documentos. Esse é um problema mais relacionado à compatibilidade dos arquivos de conteúdo ao caráter flexível de aumento de tamanho das fontes do que da limitação do aparelho, propriamente dito. Arquivos em formato PDF, por exemplo, não são flexíveis e não se adaptam ao tamanho da tela. Já arquivos no formato *epub* permitem a ampliação automática ou manual do tamanho do texto para atender a demandas visuais do usuário (Arruda, 2020).

Isso significa que apenas 32,31% desses estudantes possuem recursos adequados (notebook e computadores) para a realização de suas atividades acadêmicas em suas casas, em tempos de isolamento social. Esse elemento fica explícito na fala do estudante 97, o qual alega que a falta de computadores e, concomitante a isso, a falta de conectividade de qualidade não contribui para que as suas atividades sejam exercidas de forma completa: *“afeta de forma que não tenho computador em casa e necessito usá-lo para poder realizar meus trabalhos acadêmicos e necessito também de internet, ferramentas essas que eu tinha à disposição no Campus”*.

Outro aspecto a ser mencionado refere-se ao dado de que 0, 38% dos estudantes não possuem nenhum recurso tecnológico para acesso à internet, isso sem contar o 41,6 % de estudantes do Curso de Pedagogia que sequer teve condições de participar da pesquisa. Pensando-se pelo viés quantitativo, esse número é muito baixo, significando que um número muito pequeno de estudantes utiliza recursos de outrem para acesso. No entanto, observando-se pelo lado da inclusão digital, ou mesmo da concepção de educação remota apresentada no Parecer nº 05/2020, do Conselho Nacional de Educação, que possibilita a realização de atividades remotas enquanto permanecer o período da pandemia, esses discentes que não possuem nenhum recurso tecnológico ficarão afastados do processo de formação, aumentando ainda mais uma exclusão digital já presente.

Diante dos impactos da pandemia na educação, o Parecer CNE/CP nº 5/2020 enfatiza que essa situação leva a um desafio significativo para todas as instituições ou redes de ensino de Educação Básica e Ensino Superior do Brasil, em particular quanto à forma como o calendário escolar deverá ser reorganizado. É necessário, afirma o Parecer, considerar propostas que não aumentem a desigualdade, ao mesmo tempo em que utilizem a oportunidade trazida por novas TDICs para criar formas de diminuição das desigualdades de aprendizado (Brasil, 2020). Essa afirmativa é contraditória considerando as desigualdades de acesso.

A partir desses dados, os estudantes do Curso de Pedagogia teriam dificuldades em participar, ocasionando ainda mais o processo de desigualdade e exclusão digital que, de acordo com Castells (2005), ocorre de três formas:

Um excluído digital tem três grandes formas de ser excluído. Primeiro, não tem acesso à rede de computadores. Segundo, tem acesso ao sistema de comunicação, mas com uma capacidade técnica muito baixa. Terceiro, (para mim é a mais importante forma de ser excluído e da que menos se fala) é estar conectado à rede e não saber qual o acesso usar, qual a informação buscar, como combinar uma informação com outra e como a utilizar para a vida (Castells, 2005).

A análise realizada por Castells (2005) é a realidade de muitos estudantes do Curso de Pedagogia, conforme demonstram os dados. Essa reflexão se faz necessária considerando a dificuldade enfrentada pelos discentes nesse processo de acesso ao mundo virtual, no tocante às três formas de serem excluídos.

Entretanto, pode-se entender que esses acessos e usos, por si só, não garantem a efetivação do processo formativo dos sujeitos, no sentido estreito da utilização de recursos tecnológicos de informações.

As informações desenfreadas causam frustrações nos usuários, os quais muitas vezes não sabem o que acessar ou como acessar, de forma que venha a surtir efeitos positivos no seu processo formativo, uma vez que não há uma formação para além da instrução técnica quanto ao uso do aparelho celular como uma forma crítica de analisar as informações, a fim de não apenas reproduzir as notícias diárias.

A análise crítica dos dados faz refletir que somente o acesso a um recurso tecnológico não garante, ao estudante, uma formação com qualidade social que busque um processo de emancipação, que seja crítica, visando à transformação de sua realidade, ou mesmo que seja capaz de se torná-lo protagonista da construção do conhecimento.

Segundo as informações da pesquisa “TIC Domicílios 2019”, o mais importante levantamento sobre acesso a tecnologias da informação e comunicação, realizada pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (Cetic.br), vinculado ao Comitê Gestor da Internet no Brasil, três em cada quatro brasileiros acessam a internet, o que equivale a 134 milhões

de pessoas. Conforme o estudo, 74% dos brasileiros acessaram a internet pelo menos uma vez nos últimos três meses. Outros 26% continuam desconectados. Em relação ao dispositivo, os smartphones e outros aparelhos móveis são as ferramentas mais comuns para se conectar (99%), seguidos dos computadores (42%), das TVs (37%) e dos videogames (9%). A alternativa por televisores cresceu 7%, de 2018 para 2019, apresentando um novo recurso para a conexão. Pode-se considerar que o acesso às redes de internet tem aumentado entre os estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, como pode se observar no Gráfico 2:

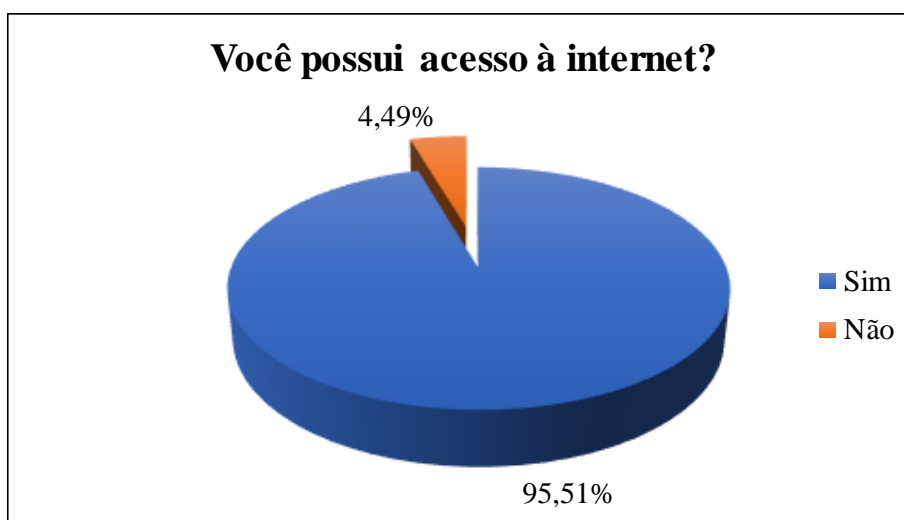


Gráfico 2. Percentual de acesso à internet pelos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no ano de 2020. Fonte: Silva et al. (2020).

Os estudantes que responderam os questionários são os 95,51% que possuem internet. Isso não garante eles estejam realizando processos formativos. Podemos entender que os 127 estudantes que não participaram do preenchimento do questionário atribuem-se à falta de acesso da internet e/ou equipamentos, assim como à ausência de habilidade para manusear os equipamentos, ou mesmo ao desinteresse em participar da pesquisa. Por outro lado, faz-se necessário destacar que os 4,49%, que participaram da pesquisa, mas que afirmaram não possuir internet, o fizeram utilizando internet em espaços públicos ou compartilhados por outras pessoas, como destaca o estudante 123: “[...] Com a paralisação da Universidade, perdi o acesso a equipamentos como computador e internet, que me ajudavam em ambas as tarefas”.

Esses dados sobre o acesso à internet por meio de dados móveis mostram, ao mesmo tempo, mobilidade e inclusão, mas esbarram nas questões relacionadas aos custos desses pacotes de dados. Sobre o acesso à internet na Região Norte, 72% dos consultados afirmam ter acesso à internet e, desse percentual, 55% ganham até 1 salário mínimo, gastando entre R\$30,00 a R\$150,00 para ter acesso à

internet. Consta-se que os dados móveis de internet 3G ou 4G estão presentes em 48% dos domicílios, e que a banda larga chega a 38% deles. Considerando os aspectos da Região Tocantina, onde está localizada a maioria dos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, trata-se de uma região localizada entre ilhas e estradas, onde a viabilidade dos recursos de internet chega com bastante dificuldades de cobertura pelas redes de dados moveis, além de outras questões de equipamentos insuficientes para dar conta do território, o que torna os produtos ainda mais caros para os usuários, além de problemas relacionados à cobertura.

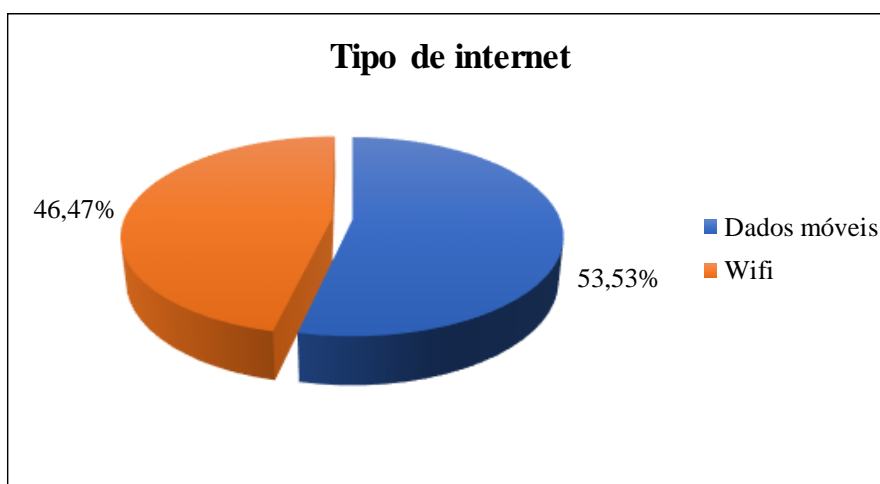


Gráfico 3. Percentual do tipo de internet utilizada pelos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no ano de 2020. Fonte: Silva et al. (2020).

Cabe refletir sobre os seguintes aspectos: 58,4% dos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá participaram desta pesquisa. Isso demonstra que, seja por meio de dados móveis ou wi-fi em suas residências, ou mesmo em locais públicos de acesso coletivos, esses sujeitos conseguem acesso à internet. Esse número de pessoas que acessam a internet pode se dar pelo compartilhamento a partir de equipamento de outras pessoas, familiares ou públicas. Mesmo com acesso à internet, cabe ainda questionar a qualidade deste, pois o estudante 83 destaca que a impossibilidade da vivência acadêmica na universidade dificultou o seu acesso à internet, uma vez que *“afetou diretamente a maneira de fazer pesquisas quando relacionada ao acesso à internet, pois é um grande desafio para mim fazer pesquisas usando dados móveis limitado, o que muitas vezes não consegue carregar as páginas”*. Essa realidade não se restringe somente ao entrevistado acima. Como bem demonstra o gráfico a seguir, essa é a realidade de muitos outros sujeitos.

Nesse sentido, 53% dos discentes utilizam os dados móveis para ter acesso à internet e para se manterem informados, enquanto 46% dos discentes utilizam internet via wi-fi, considerando que as prestadoras desse serviço na região não cobrem todo o território. A respeito das operadoras de dados

móveis, os planos de internet disponibilizados, segundo dados da Cetic (2019), possuem valores que variam entre R\$10 semanais e R\$ 100,00 mensais, sem, no entanto, considerar-se a região e os pontos de acessos.

Esses dados ressaltam a necessidade de defesa de políticas públicas de acesso gratuito à internet no Brasil, o que seria fundamental para a inclusão social de um percentual muito significativo de sujeitos. Pressupõe-se essa como uma condição fundamental para o acesso à informação e ao conhecimento, que são bens culturais construídos historicamente pela humanidade, tanto neste período como, também, em momentos sem pandemia.

Tendo em vista que na era digital de informações há a necessidade de se estar conectado, a fim de suprir as necessidades de trabalho, estudos, entretenimento, compras, entre outros serviços que necessitam de internet, o que se torna uma facilidade para uns, para outros trata-se de uma forma de bloqueio que inviabiliza a sua participação social. Por isso, tem se intensificado a defesa à democratização da internet, para que mais indivíduos tenham acesso às informações.

Outra análise importante de realizar refere-se à busca, seleção e ao acesso às informações e ao uso das fontes utilizadas pelos estudantes do Curso de Pedagogia. Demonstra-se, portanto, através do gráfico 4, que os meios utilizados para se manterem informados representam 29,81% através das redes sociais e 29,62% através dos meios de televisão. Vale destacar, também, as outras variáveis que surgiram como respostas dos estudantes, onde 10,94% estão utilizando livros, 9,06% rádios, 5,28 revistas virtuais, 0,57% jornais impressos, 0,57% revistas impressas e 0,19% telefonemas.

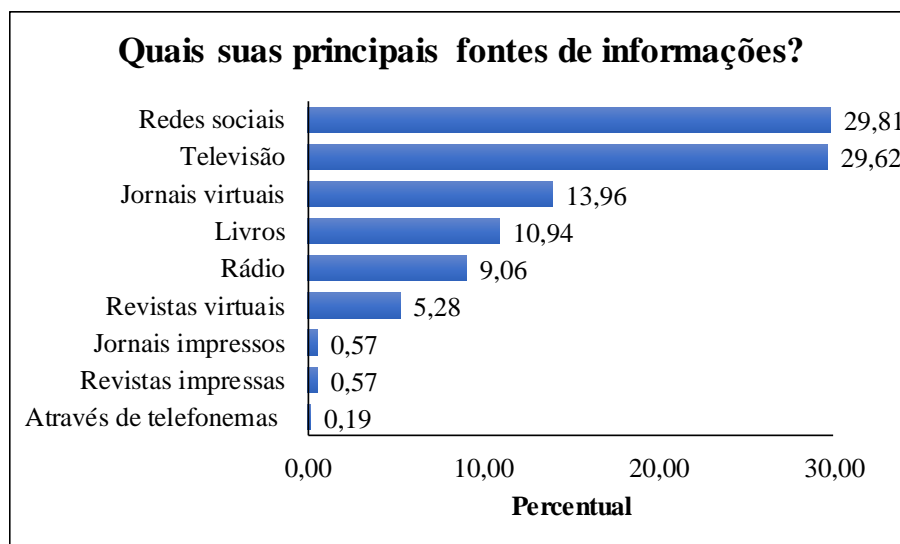


Gráfico 4. Percentual das fontes de informações utilizadas pelos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no ano de 2020. Fonte: Silva et al. (2020).

Verifica-se que os discentes utilizam as redes sociais, assim como os meios de televisão como fontes de informação. Não se pode negar as contribuições desses meios para que ocorra o contato com

as mais diversas informações de qualquer parte do mundo e em qualquer lugar. Com esses meios os sujeitos ficam mais conectados, e sua diversidade aumenta as possibilidades de ampliação do acesso.

Ao mesmo tempo em que esses meios propiciam a busca por informação, fazem questionar a credibilidade das informações recebidas, as quais nem sempre são possuidoras de veracidade³, assim como ocorre uma luta política e ideológica por traz das emissoras de TV. Questionar o uso limitado dessas informações pelos estudantes através desses mecanismos faz-se necessário, visto que as tecnologias não são neutras. Elas são produções culturais resultantes do momento histórico em que se vive. Nesse sentido, podem servir para o processo de humanização ou desumanização, para orientação ou desorientação, para informação ou desinformação.

O aumento da circulação de notícias falsas na internet tem levantado expressões como “pós-verdade”, “fake news” e “desinformação”, fato que tem posto em xeque a veracidade e fidedignidade das informações dispostas na web, que acabam sendo combustível para elaboração de opiniões e pensamentos baseados em fatos não verídicos (Leite; Matos, 2017).

Constitui-se, como parte desse processo formativo, formar sujeito comprometidos com a produção e com a socialização de informações e conhecimentos que busque o esclarecimento, a humanização, assim como sujeitos que sejam capazes de identificar e impedir a divulgação de informações e conhecimentos que não sejam pautados na credibilidade e na ética.

Como demonstram Adorno e Horkheimer (1947), faz-se necessária a produção de informação para segmentos específicos da sociedade, considerando o “nível educativo e cultural das pessoas”, com a intencionalidade desumana de as manipular e dominar.

Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O facto de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. O contraste técnico entre poucos centros de produção e uma recepção dispersa condicionaria a organização e o planeamento pela direção. Os padrões teriam resultado originariamente das necessidades dos consumidores: eis por que são aceitos sem resistência. De facto, o que o explica é o círculo da manipulação e da necessidade retroativa, no qual a unidade do sistema se torna cada vez mais coesa. O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade (Adorno; Horkheimer, 1947).

Fundamentando-se em Adorno e Horkheimer (1947), pode-se problematizar o conceito de “indústria cultural” entendido como o processo de produção e reprodução de bens culturais de massa, considerando a contraditoriedade do papel das técnicas nas relações sociais.

Nesse sentido, compreende-se que a universidade é um importante instrumento, às vezes o único meio que contribui para o processo de informação e formação dos estudantes, sendo eles grandemente influenciados pelo meio em que estão inseridos, e pelos recursos que utilizam. Assim, as

³ “Surgem, então, as *fake news*, informações falsas no formato de notícias, veiculadas em grande parte na internet, mais especificamente em redes sociais, como por exemplo o Whatsapp” (Gagnani, 2018, p. 73).

fontes de informações utilizadas podem servir tanto para contribuir no processo formativo desses estudantes, na perspectiva da socialização e produção de novos conhecimentos, quanto para alienar, além de ocasionar uma forte exclusão àqueles que não têm oportunidades ou condições de acesso a esses meios, aumentando, assim, as desigualdades digitais.

Dimensões do processo formativo dos estudantes do Curso de Pedagogia em tempos de pandemia: atividades educacionais, culturais, recreativas e desportivas

Impulsionando-se por uma concepção de educação humanizadora, que tem como objetivo a superação da formação cognitivista, técnica, instrumental e fragmentada, indo em busca de uma educação que proponha a formação ampliada do indivíduo, na perspectiva da Pedagogia Freireana (Freire, 1996), faz-se necessário refletir sobre as atividades realizadas pelos estudantes do Curso de Pedagogia, analisando como as mesmas contribuem para o seu processo formativo, este marcado, em tempos de pandemia e de isolamento social, pela presença do virtual.

A atividade discente de estudo envolve a produção objetiva de algo que tenha sentido para o sujeito, o qual, mobilizado por uma necessidade, identifica e compreende os objetivos da tarefa a ser realizada, que pressupõe a organização, a autoavaliação e a autorregulação das ações. Nesse sentido, destaca-se a fala do estudante número 3, o qual ressalta as implicações da pandemia em sua vida acadêmica, no que tange à ausência das atividades presenciais na universidade:

“Diretamente vem afetando na produção de conhecimento, na formação e comunicação social. É preciso que para efetivar os estudos de forma coesa faz necessário a mediação do professor, nesses modelos nos estudantes ficamos de algum modo “perdidos” em busca de estudar algo e não saber como ou de que maneira fazê-los diante das fontes e explicações, do mais é aquela “coisa”, como saber se estamos certos ou errados sem a comunicação adequada com os professores” (Estudante 3, 2020).

Esse depoimento revela a concepção de processo formativo enquanto atividade educativa escolar, na perspectiva da educação formal, com as diretrizes curriculares, com os fundamentos teóricos e metodológicos mediados pelo professor em sala de aula. Por outro lado, revela a concepção de formação na universidade, para além da formação profissional e científica, atingindo uma dimensão política, humana, cidadã e ética.

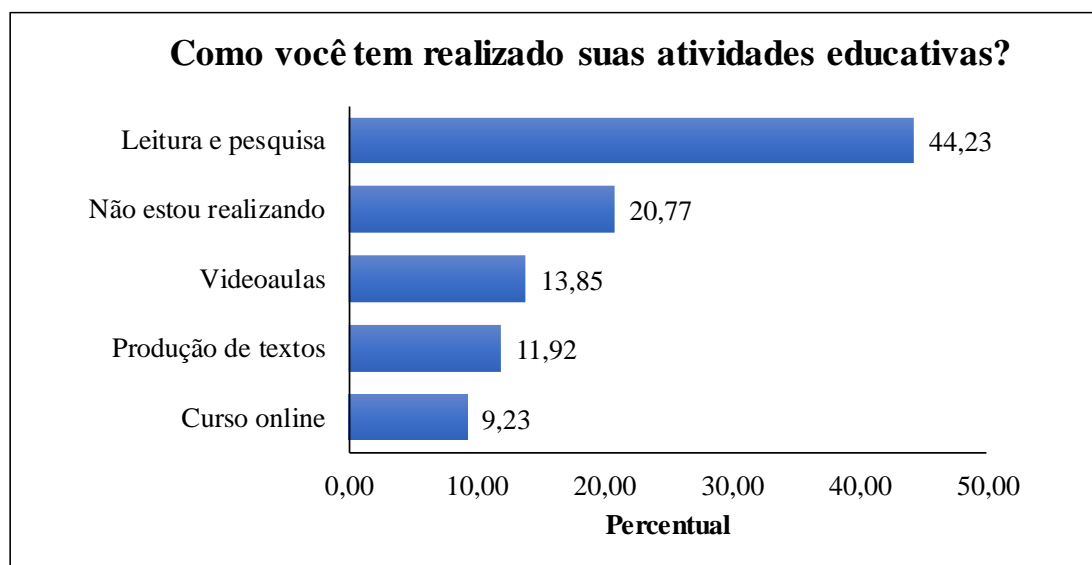


Gráfico 5. Percentual das atividades realizadas pelos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no ano de 2020. Fonte: Silva et al. (2020).

Dentre as atividades efetuadas, ressalta-se que 44,23% realizam a leitura e a pesquisa como atividade educativas, 20,77% não estão realizando nada, 13,85% assistem a videoaulas, 11,92% estão produzindo textos acadêmicos e 9,23% realizando cursos on-line, como revela o gráfico a seguir. Dentre as importantes questões que são levantadas a partir do gráfico, questiona-se acerca do percentual de 20,77 % de discentes, os quais não estão realizando nenhuma atividade durante esse período. Na realidade, tais dados são preocupantes, uma vez que refletem diretamente a interrupção do processo formativo de alguns estudantes.

Ao analisar esses dados, pode-se inferir que algumas das atividades educativas realizadas pelos estudantes no contexto atual já eram utilizadas anteriormente à pandemia. Refere-se, aqui, às atividades realizadas fora no espaço da sala de aula, ou seja, àquelas que não são atividades de ensino. Dentro da ambiência acadêmica, tais estudantes já desenvolviam leitura, pesquisa, produção de texto, dentre outras atividades para a pesquisa acadêmica. Com a pandemia, essas atividades tiveram que ser reorganizadas para poderem ser desenvolvidas por meio remoto, a fim de manter a pesquisa, a leitura, as reuniões on-line, tendo em vista a necessidade emergente. Com isso, cada sujeito tornou-se responsável pelo seu próprio processo formativo, apesar de que a UFPA continuou, mesmo em tempos de suspensão as atividades presenciais, realizando um conjunto significativos de atividades acadêmicas por meio remoto. Assim, a internet ganhou grande significado em relação à atribuição de conhecimento, uma vez que é a partir dela que os sujeitos podem estar em contato com as diversas formas de conhecimento surgidas ou ressignificadas, como é o caso das *lives*, que ganharam grande impulso no cenário educacional, sendo através delas que milhares de educadores contribuem na construção do conhecimento.

Nesse sentido, pode-se entender que a pandemia do novo coronavírus tem mudado a rotina de todo o mundo, e exigido (trans) formações, emergindo desafios que repercutem nas experiências formativas dos estudantes do Curso de Pedagogia, os quais tiveram que reinventar e reorganizar atividades, a fim de continuarem o processo de formação com as condições que se apresentam em suas casas.

Com o isolamento social, os discentes tiveram que repensar as suas práticas, assim como as medidas tomadas para propiciar o processo educativo. Diante dos dados da análise, constata-se que um número muito significativo de estudantes (79,23%) está preocupado com as atividades educativas, ou seja, com o seu processo de formação durante o cenário pandêmico, e com isso procuram as mais diversas formas para estarem em contato com a produção do conhecimento, se autoeducando e se emancipando através dos meios disponíveis.

Partindo do pressuposto de que o processo formativo não ocorre somente na perspectiva da formação cognitiva, mas amplia-se para a dimensão social, política, emocional, motora, etc., pode-se afirmar que se faz necessário analisar, também, a dimensão cultural dos estudantes do Curso de Pedagogia em tempo de pandemia.

Para a análise desses dados, é importante, também, destacar as atividades recreativas que os mesmos estão desenvolvendo durante esse período, considerando que até mesmo essas atividades precisaram ser reformuladas para atender às exigências do isolamento social. Com isso, as recreações se dão de forma diversificada, como mostra o gráfico a seguir.

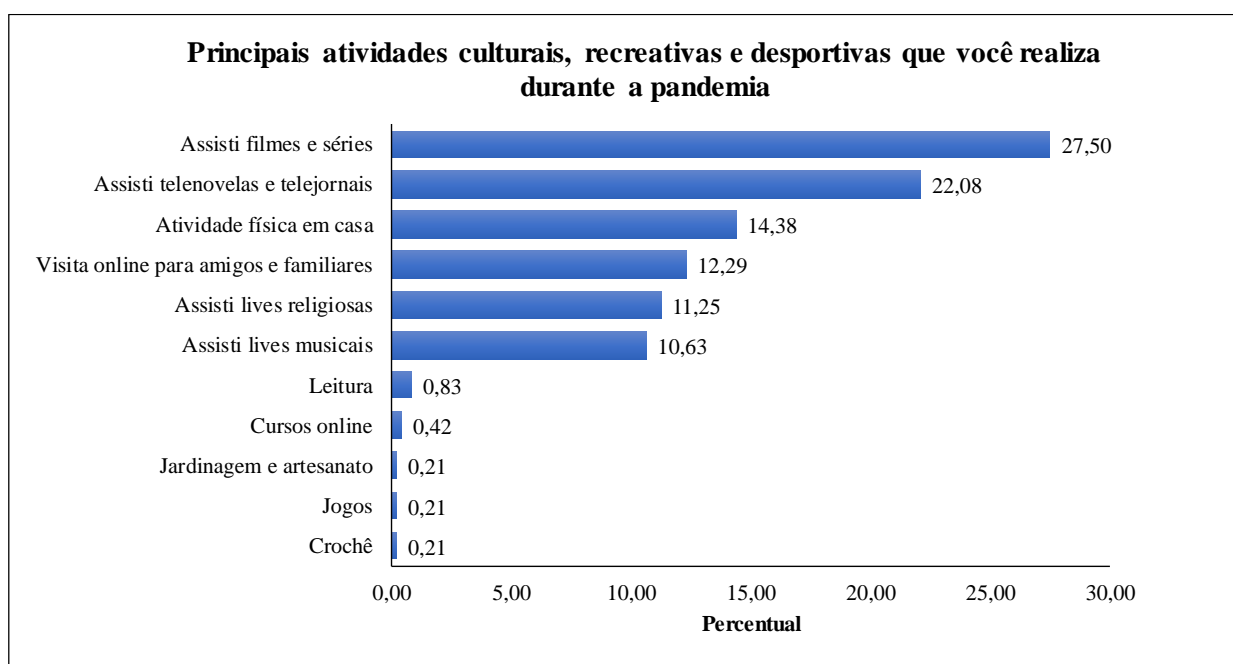


Gráfico 6. Percentual das atividades recreativas realizadas pelos estudantes do Curso de Pedagogia do Campus Universitário do Tocantins – Cametá, no ano de 2020. Fonte: Silva et al. (2020).

Os dados revelam como os estudantes do Curso de Pedagogia realizam as suas atividades culturais, recreativas e desportivas em tempos de pandemia. Se juntar os 27,50% que assistem filmes, 22,08% que assistem telenovelas e telejornais, 11,25% que assistem *lives* religiosas e os 10,63% que assistem *lives* musicais, compreende-se que 71,46% dos discentes do Curso de Pedagogia utilizam a TV como seu principal meio de atividades culturais e recreativas. Somando-se, a esse percentual, os 12,29% que fazem visitas on-line para amigos e familiares, os 0,42% que fazem cursos on-line e os 0,21% que praticam jogos eletrônicos, atividades essas que são realizadas pelo computador, chega-se ao percentual de 84,38% dos estudantes que realizam as suas atividades culturais e desportivas por meio da TV ou do computador. Por outro lado, apenas 14,38% realizam atividades físicas em casa, enquanto 0,83% dedicam-se à leitura.

Pode-se inferir que as atividades apresentadas no gráfico 6 são dimensões do processo formativo, desenvolvido por esses estudantes em tempos de pandemia. São meios que mostram a amplitude de possibilidades de utilização dos recursos das TIC's, e que, contraditoriamente, demonstram também as dificuldades de utilização dos recursos tecnológicos no processo educativo.

Existe uma preocupação muito grande em relação à utilização excessiva da TV e do computador, o que pode levar a uma exposição à cultura de massa. Segundo Adorno (1999), a cultura de massa impossibilita o pensamento crítico e “impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente”. Isso se revela através de diversos grupos sociais, os quais se valem das culturas e das artes de acordo com uma lógica mercantilista, visando lucros, assim como representam uma indústria que objetivava um grande público, o qual venha a conhecer os seus produtos ofertados e, assim, tenha um desejo intenso de obter aquele produto em um curto período de tempo. Portanto, um processo formativo na perspectiva da humanização deve possibilitar a superação da subutilização do potencial educativo das tecnologias.

Nesse sentido, faz-se necessário destacar que os processos formativos em que os sujeitos perpassam são essenciais para entender os processos de informação e formação que os discentes estão tendo que usar diante do contexto atual, o que remete aos meios tecnológicos ou digitais, esses cada vez mais presentes na vida de cada um.

As contribuições dos espaços físicos no processo formativo ficam explícitas nas falas dos sujeitos pesquisados, onde eles destacam como esses espaços físicos são importantes para propiciar a construção do conhecimento e como a pandemia afetou o processo formativo. Ideias essas destacadas nas falas dos estudantes 13 e 41:

Retirou a possibilidade de consultar livros impressos na biblioteca, acessar wi-fi para pesquisas para meu TCC e me formar no prazo (Estudante 13, 2020).

Afeta diretamente, pois preciso da biblioteca do Campus para realizar as pesquisas de conclusão de curso (Estudante 41, 2020).

Com isso, pode-se entender que um dos espaços físicos citados pelos estudantes é a biblioteca, cuja ausência implica na impossibilidade de poder ter acesso a livros físicos, uma vez que os mesmos têm um grande custo, o que era suprido através do acesso permitido na biblioteca. Note-se, portanto, que essas respostas estão voltadas para um público específico, ou seja, estudantes em processo de construção do TCC. Com isso, a ausência desse tipo de mecanismo influencia decisivamente na produção acadêmica. Ainda no que tange às contribuições dos espaços físicos, os discentes 64 e 131 destacam que:

Devido à falta de recursos que eu utilizava diariamente na Universidade, como a biblioteca e a informática. Não tenho esses recursos em casa (Estudante 64, 2020).

Não tenho computador em casa e sempre que precisava utilizava do laboratório ou biblioteca da UFPA. E nesse período de TCC em que me encontro, as coisas ficaram mais complicadas (Estudante 64, 2020).

Os dados possibilitam inferir que os estudantes sentem as implicações negativas da pandemia, em relação a não poderem estar presentes nos espaços formativos que a universidade oferece, sendo esses meios, para alguns, as únicas possibilidades de que dispõem para desenvolverem as suas pesquisas. Diante da pandemia, com a paralisação das atividades presenciais, a tarefa de serem também sujeitos construtores de suas formações não tem sido fácil, mediante a escassez de recursos e as desigualdades de acesso.

Com a pandemia e conseqüentemente o isolamento social, muitos têm utilizado os recursos digitais para desenvolver as suas tarefas. Mas essa não é realidade de muitos. A intensa busca por esses meios aumenta, ainda mais, as desigualdades de acesso aos meios digitais, pois as tecnologias desse porte são caracterizadas com um alto desenvolvimento social. Com isso, uma grande parcela da população se encontra inserida em um contexto de exclusão, não somente em relação a não possuir os dados para acesso de qualidade, mas também em relação a não saberem manusear tais mecanismos com a intencionalidade pedagógica. Um dos fatores que contribuem para essa exclusão está no tipo do acesso, como explicitado no tópico anterior, onde 53,53% dos estudantes possuem a rede de dados móveis para se “conectarem”. No entanto, esses dados sofrem com as fragilidades dos dados limitados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da tecnologia no processo formativo constitui-se como resultado do desenvolvimento das estratégias de humanização, o que pode ser ensinado e aprendido nas práticas sociais. Portanto, mesmo que a pandemia tenha elevado a necessidade do uso das tecnologias em todas

as atividades, sejam elas educativas ou não, os dados dessas pesquisas mostram que essa realidade já existia antes da pandemia e que provavelmente continuará existindo posteriormente, sem desconsiderar que se precisa aprender a aprender com a mediação dos recursos tecnológicos.

Vale ressaltar, por outro lado, conforme destacado neste texto, que a especificidade deste momento histórico irá agravar as desigualdades econômicas, sociais e educacionais no Brasil.

Os dados obtidos possibilitam entender que ainda existe uma subutilização no uso dos recursos tecnológicos no processo educativo. O grande volume de informações disponíveis indica que a produção do conhecimento tem avançado, apesar de que muitos conteúdos disponíveis na internet carecerem de uma análise mais aprofundadas de suas fontes de produção. Portanto, a semi-informação, ou a vinculação de notícias falsas (*fake news*) tem provocado problemas graves no processo formativo dos estudantes derivados do processo de intensificação da indústria cultural. A realização de práticas educativas que possibilitem a construção de estratégias de análises conscientes e críticas no que tange à busca da informação e produção de conhecimento deve ocorrer da melhor forma possível. Contudo, o pequeno percentual de sujeitos envolvidos em práticas de leitura e atividades físicas, como atividades culturais e recreativas, lança um alerta ao pensar os processos formativos em uma perspectiva ampla e humanizadora.

Faz-se necessário superar a ideia de que a simples presença dos recursos tecnológicos torna o processo educativo essencialmente eficaz. Existe, ainda, no âmbito do senso comum, ou de alguns sujeitos, a noção de que a presença do computador ou do telefone conectados à internet é a garantia da efetivação do processo de ensino-aprendizagem. Essas ideias desconsideram a necessidade da construção de intencionalidades pedagógicas bem estruturadas, para que esses recursos produzam as contribuições que se esperam na educação dos estudantes.

Um dos maiores aprendizados talvez seja construir estratégias metodológicas no que tange ao uso pedagógico dos recursos tecnológicos, considerando que o uso da internet para entretenimento constitui uma estratégia mercadológica que potencializa a subutilização e dificulta as possibilidades da efetivação de práticas educativas.

Pode-se afirmar, enfim, com base neste estudo, que os professores e os estudantes precisam aprender a construir estratégias de aprendizagem com a utilização de recursos tecnológicos. As redes sociais e os conteúdos vinculados geram empecilhos para a concentração e para a produção profunda, no que tange ao processo ensino-aprendizagem. Portanto, seu uso deve ser precedido de forte processo formativo, este pautado no conhecimento crítico e criativo.

REFERÊNCIAS

- Adorno TW (1995). *Educação e emancipação*. 2º ed. Trad. de Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Adorno TW, Horkheimer M (1947). *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Arruda EP (2020). Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Revista de Educação à Distância*, 7(1).
- Brasil (2020). *Parecer CNE/CP nº 5 de 28 de abril de 2020. Conselho Pleno/Conselho Nacional de Educação, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. MEC/CNE. Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/> Acesso em: 22 de julho. de 2020*
- Castells M (1999). *Manuel. A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1.
- Castells M (2005). *O caos e o progresso. 2005*. Entrevistadora: Keli lynn Boop. Portal do Projeto Software Livre do Brasil. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.org/news/3751>> Acesso em: 10 julho 2020.
- CETIC (2020). BR, indicadores sobre tecnologia de informações domiciliar. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso no dia 30 de junho de 2020.
- CGI.br/NIC.br (2019). Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2019. In: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A/>
- Franco MARS (2012a). *Pedagogia e prática docente*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- Freire P (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Gragani J (2017). Pesquisa inédita identifica grupos de família como principal vetor de informação: a desinformação e o caos informacional. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13: 2334-2349.
- Leite LRT, Matos JCM (2018). *Zumbificação da notícias falsas no WhatsApp*. BBC Brasil. Londres, 20 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-43797257>>. Acesso em: 4 jun. 2018.
- Pimenta SG (2006). Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In: Pimenta SG (org.). *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez.
- Santos BS (2020). *A Cruel Pedagogia do Vírus*. Edições Almedina, S.A. Coimbra.

SOBRE OS AUTORES

BENILDA MIRANDA VELOSO SILVA

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG). Mestre em Comunicação, Linguagem e Cultura (2012). Especialista em Informática e Educação pela Universidade do Estado do Pará (2004) e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2003). Professora Substituta da Universidade Federal do Pará- UFPA - Faculdade de Educação/FAED 2013- 2015 e 2018-2020. Professora colaboradora no Plano Nacional de Formação de Professores PARFOR/UFPA- FAED-Cametá (2013-2020); Especialista em Educação da Rede Pública Estadual (SEDUC-PA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação, Trabalho e Tecnologia (GETTE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá. Desenvolve pesquisa nas seguintes áreas: Educação, Tecnologia Educacionais, Tics e Cultura Ribeirinha, Educação a distância, Coordenação Pedagógica, Didática e formação Docente;

BRUNO HENRIQUE SILVA DA SILVA

Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá. Voluntário no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Tecnologia e Educação (GETTE). Bolsista de extensão no programa Conexões de Saberes. E auxiliar na Assistência Estudantil da UFPA/CUNTINS Cametá (atual).

CHELIANE ESTUMANO GAIA

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Colaboradora no grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Tecnologia e Educação (GETTE). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá. E bolsista de Extensão/Eixo Transversal no projeto intitulado: Cursinho Popular Paulo Freire: uma construção coletiva e solidaria para o acesso à universidade, sob coordenação do Prof. Dr. João Batista Do Carmo Silva (2019-2020).

DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES

Doutor em Educação (UFPA, 2012). Mestre em Letras pela Universidade Federal do Pará (2005). Especialista em Língua Falada e Ensino do Português (2001) – PUCMG. Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (1992) e em Letras (habilitação em Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Pará (1999). Professor adjunto III da Universidade Federal do Pará. Coordenador do Campus Universitário do Tocantins/Cametá (Atual). Ex-vice-coordenador do Campus Universitário do Tocantins/Cametá - UFPA (2006-2013). Ex-coordenador da área de Língua Portuguesa PARFOR da UFPA (2012-2015). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase na

articulação entre Variação, Letramento, Educação, Movimentos Sociais e Política Linguística. Pesquisador na área de Trabalho, Educação e Movimentos Sociais, discutindo formação/qualificação dos trabalhadores, tanto em contextos informais como enquanto políticas públicas, bem como o trabalho como princípio educativo, saberes sociais e organização política dos trabalhadores no interior de atividades produtivas/culturais classistas na/da Amazônia. Pesquisa ainda: Juventude, formação e qualificação na escola básica; trabalho e formação de trabalhadores na educação básica; saberes sociais e escolarização de trabalhadores da escola básica. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPTE, Instituto de Ciências da Educação/UFPA, do Grupo de Pesquisa História, Educação e Linguagem Na Região Amazônica (GPHLRA), campus Universitário do Tocantins/Cametá. Coordenador do Projeto de Pesquisa Saberes do Trabalho da Pesca e Identidade de Juventude do Município de Cametá – Nordeste do Estado Pará, com financiamento pelo CNPQ – 2013-2016. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC - CAMPUS CAMETÁ/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/ICED/ UFPA). Organizador dos livros Filosofia da Práxis e Didática da Educação Profissional, A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais, dentre outros. Organizador da Revista Trabalho Necessário, v. 16, n. 31 (2018): Trabalho e educação em comunidades tradicionais.

 **EGÍDIO MARTINS**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (2017). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (2011). Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão e orientação escolar, pela Faculdade Internacional de Curitiba. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2005). Professor Adjunto III da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE). Coordenador do Projeto Trabalho e Educação: práxis educativa e saberes dos jovens estudantes a partir do programa Ensino Médio Inovador (PROEMI) em uma escola pública de Cametá. Na área Trabalho e Educação atua com os seguintes temas: o trabalho como princípio educativo, formação humana, juventude e ensino médio, saberes sociais, práxis política, educativa e produtiva nos espaços formais e não-formais e Movimentos sociais.

 **ERALDO SOUZA DO CARMO**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPA, Linha de Pesquisa Políticas Educacionais. Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA/NAEA). Especialista em Planejamento do Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (UFPA/NAEA). Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (CUNTINS/UFPA). Professor adjunto II da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), Vinculado a Faculdade de Educação. Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC), atua na linha de Pesquisa: Políticas e Sociedades. Associado da Rede Latino Americana de Estudios Epistemológicos en Políticas Educativas; a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do & no Campo da

Amazônia (GEPECAM). Realiza pesquisa na área de Educação do Campo, com ênfase em nucleação, financiamento e transporte escolar. Coordena o projeto de Pesquisa: Mapeamento do transporte escolar do campo: um estudo sobre as formas de contratação, definições de rotas e condições de segurança dos alunos das escolas ribeirinhas do Município de Limoeiro do Ajuru no Estado do Pará. Coordenador da Especialização Práticas Pedagógicas na Educação do Campo.

 **FRANCIELY FARIAS DA CUNHA**

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC/UFPA/Cametá), vinculada à linha de pesquisa sobre políticas e sociedades. Especialista em Gestão e Planejamento da Educação (FAED/UFPA/Cametá). Bacharel em Estatística (ICEN/UFPA/Belém) e graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (FAED/UFPA/Cametá). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do & no Campo da Amazônia (GEPECAM), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Tecnologia e Educação (GETTE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá, atuando nas áreas de Estatística e Educação.

 **GILMAR PEREIRA DA SILVA**

Possui Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2002); Especialização em História da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (1993) e graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (1992). Atualmente é Professor Associado IV e Vice-Reitor da Universidade Federal do Pará. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura-PPGEDUC (Mestrado) do Campus de Cametá e no EducaNorte (Doutorado em Educação na Amazônia). Tem experiência na área de Políticas Públicas Educacionais, com ênfase em Trabalho e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Trabalho, Educação, Educação Profissional, Educação do Campo, Movimentos Sociais e Educação; Educação Superior e Educação e Desenvolvimento Regional. É associado as seguintes entidades Acadêmico-científicas: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED); Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC); Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (ANPAE). Coordenou o Campus do Tocantins/Cametá-UFPA (2006-2014) Foi Secretário Municipal de Educação no Município de Cametá- Pará.

 **JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA**

Doutor em Educação na linha de Políticas Públicas Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA (2016). Mestre em Educação pela UFPA (2009). Especialista em Educação Ambiental pela UFPA (2004). Pedagogo pela UFPA (2003). Professor adjunto II da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), vinculado à Faculdade de Educação. Eleito para a Direção da Faculdade de Educação do Campus de Cametá – UFPA para o período de 2017-2019 e reeleito para o período de 2019-2021. Já atuou como Coordenador Pedagógico na SEMED – Cametá (2003-2004), Coordenador do Campus Universitário do Tocantins – Cametá - UFPA (2004-

2006) Coordenador de Integração Regional (COINTER) da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) - (2008-2010), Coordenador de Área da Pedagogia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência -PIBID (2012-2013) (2020-2021), Coordenador Local do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR – Campus de Cametá – UFPA (2016-2017), Professor-orientador do Programa Residência Pedagógica (2018-2020). Coordenador do Curso de Especialização Gestão e Planejamento. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTÉ–UFPA), Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Coordena o projeto de Pesquisa: "DA ESCOLA PÚBLICA À UNIVERSIDADE PÚBLICA: acesso e permanência nos cursos de graduação do Campus de Cametá – UFPA". Coordena o projeto de Extensão "Programa de Formação de Conselheiros Escolares das Escolas Públicas de Ensino Médio da Região do Baixo Tocantins" e o Projeto de Extensão "Cursinho Popular Paulo Freire: uma construção coletiva e solidária para o acesso à universidade". Realiza pesquisa na área de Trabalho e Educação, Universidade, Gestão da Educação Básica e Superior e Educação Popular. Autor do livro "Universidade e Trabalho na Amazônia" e organizador dos livros "Ensino Médio Integrado na Amazônia: Entre o investido e o desinvestido", "PARFOR: Práxis Amazônicas na formação de professores da Educação Básica", entre outros.

MADSON JESUS FARIAS TRINDADE

Formação Profissional de Assistente Administrativo, certificado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Regional do Pará (2018). Prática em Ambiente Laboratorial ou Empresarial na Construtora e Incorporadora RESECOM (2018), como Jovem Aprendiz e Assistente Administrativo na área de Fundamentos de Administração de Recursos Humanos, Organização e Arquivamento, Planejamento e Organização do Trabalho. Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINGS Cametá.

MARLANJE SOLENE FERREIRA

Formação profissional de Técnica em Enfermagem pelo Instituto César Melo/Cametá (2011). Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. Bolsista de pesquisa pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC (2018-2019). Bolsista de extensão pelo Programa Navega Saberes/Infocentro (2019-2020). Bolsista do Projeto de Extensão intitulado: Programa de Formação de Conselheiros Escolares das Escolas Públicas de Ensino Médio da região do Baixo Tocantins, vinculado ao Programa Navega Saberes/Infocentro, sob coordenação do Prof. Dr. João Batista do Carmo Silva (atual). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Tecnologia e Educação (GETTE) e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINGS Cametá.

 **RUTH LISBOA PANTOJA**

Graduada em Alimentos pela Universidade do Estado do Pará (UEPA, 2014). Pós-graduada em Gestão da Segurança de Alimento (2017) pelo SENAC. Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cametá. E integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Universidade na Amazônia da UFPA/CUNTINS Cametá.

ÍNDICE REMISSIVO

A

acadêmico, 15, 18, 21, 26, 27, 31, 34, 41, 42,
46, 47, 50, 89
atividade, 7, 10, 13, 19, 47, 48, 62, 71, 73, 81,
91, 98, 99

C

Cametá, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19,
20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31,
32, 34, 35, 36, 38, 39, 42, 44, 49, 50, 51, 52,
53, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 64, 66, 71, 74, 75,
77, 78, 79, 80, 82, 84, 88, 91, 94, 95, 96, 99,
100, 105, 106, 107, 108
contradição, 54
coronavírus, 6, 13, 15, 18, 52, 53, 54, 55, 57,
58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 74, 75, 76,
77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 100
crise, 8, 9, 10, 17, 18, 24, 53, 54, 55, 57, 61, 62,
63, 64, 65, 67, 74, 78, 79, 80, 84, 85, 87, 90
culturais, 7, 8, 10, 15, 17, 20, 21, 26, 34, 48, 68,
89, 90, 96, 97, 98, 101, 103, 106
CUNTINS, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 52, 55, 56,
57, 59, 60, 64, 66, 82, 105, 106, 107, 108

D

desafio, 48, 49, 62, 65, 89, 93, 95
desafios, 6, 7, 8, 14, 15, 26, 29, 32, 37, 64, 74,
75, 77, 82, 85, 89, 100
desigualdade, 10, 26, 66, 72, 74, 79, 80, 89, 93

E

estudante, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 67,
92, 93, 94, 95, 98

F

função social, 15, 29, 35, 36, 37, 39, 40, 45, 48,
49, 50

I

impacto, 51, 58, 72, 80, 89
implicações, 7, 8, 10, 13, 14, 15, 18, 35, 51, 52,
56, 57, 59, 63, 65, 68, 74, 79, 84, 87, 88, 98,
102
internet, 14, 24, 30, 31, 40, 47, 63, 76, 89, 92,
93, 94, 95, 96, 97, 99, 103
isolamento social, 6, 7, 10, 13, 14, 15, 18, 19,
45, 52, 54, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 75,
76, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 92, 98, 100, 102

P

pandemia, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 18, 19, 22, 35,
40, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55,
56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68,
69, 72, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84,
86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 96, 98, 99, 100,
101, 102, 104
pedagogia, 6, 13, 14, 17, 20, 22, 35, 41, 42, 45,
51, 68, 71
pesquisa, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 18, 19,
21, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 35, 37, 39, 41, 42,
43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 56, 57, 60, 61,
62, 63, 64, 66, 67, 74, 75, 77, 78, 80, 82, 84,
88, 91, 92, 93, 94, 95, 99, 104, 105, 107, 108
políticas públicas, 13, 14, 15, 16, 18, 27, 28, 51,
52, 53, 54, 55, 56, 65, 67, 68, 69, 76, 80, 96,
104, 106
processo formativo, 15, 17, 18, 19, 27, 30, 31,
35, 36, 39, 45, 48, 60, 88, 89, 90, 91, 93, 97,
98, 99, 100, 101, 102, 103

R

recursos tecnológicos, 15, 89, 91, 93, 101, 103
renda, 10, 13, 14, 15, 18, 25, 46, 47, 54, 55, 61,
66, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 83, 84,
85, 86
rotina, 6, 7, 13, 15, 22, 35, 36, 43, 44, 45, 46,
47, 49, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 83, 91, 100

S

saúde, 10, 15, 17, 18, 19, 24, 46, 47, 51, 52, 53,
54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 68, 69, 70,
72, 75, 76, 78, 81, 83, 85
sociedade, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 17, 18, 21, 25, 36,
37, 38, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54,
57, 60, 64, 67, 68, 73, 85, 89, 97, 104
socioeconômico, 14, 17, 18, 31
socioeducacional, 8, 64, 84

T

tempo, 6, 8, 16, 17, 19, 21, 22, 24, 27, 40, 42,
43, 44, 46, 47, 65, 73, 74, 80, 81, 83, 93, 94,
97, 100, 101

U

UFPA, 8, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23,
24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36,
37, 38, 40, 42, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 59,
60, 61, 62, 64, 66, 71, 75, 77, 78, 79, 80, 82,
99, 102, 105, 106, 107, 108
universidade, 6, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 18, 19,
21, 22, 27, 29, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39,
40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 63,
64, 80, 85, 91, 95, 97, 98, 102, 105



ID **JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA**

Doutor em Educação na linha de Políticas Públicas Educacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA (2016). Mestre em Educação pela UFPA (2009). Especialista em Educação Ambiental pela UFPA (2004). Pedagogo pela UFPA (2003). Professor adjunto II da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Tocantins (CUNTINS), vinculado à Faculdade de Educação. Eleito para a Direção da Faculdade de Educação

do Campus de Cametá – UFPA para o período de 2017-2019 e reeleito para o período de 2019-2021. Já atuou como Coordenador Pedagógico na SEMED – Cametá (2003-2004), Coordenador do Campus Universitário do Tocantins – Cametá - UFPA (2004-2006) Coordenador de Integração Regional (COINTER) da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) - (2008-2010), Coordenador de Área da Pedagogia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência -PIBID (2012-2013) (2020-2021), Coordenador Local do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR – Campus de Cametá – UFPA (2016-2017), Professor-orientador do Programa Residência Pedagógica (2018-2020). Coordenador do Curso de Especialização Gestão e Planejamento. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação (GEPTÉ-UFPA), Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Universidade na Amazônia. Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Coordena o projeto de Pesquisa: "DA ESCOLA PÚBLICA À UNIVERSIDADE PÚBLICA: acesso e permanência nos cursos de graduação do Campus de Cametá – UFPA". Coordena o projeto de Extensão "Programa de Formação de Conselheiros Escolares das Escolas Públicas de Ensino Médio da Região do Baixo Tocantins" e o Projeto de Extensão "Cursinho Popular Paulo Freire: uma construção coletiva e solidária para o acesso à universidade". Realiza pesquisa na área de Trabalho e Educação, Universidade, Gestão da Educação Básica e Superior e Educação Popular. Autor do livro "Universidade e Trabalho na Amazônia" e organizador dos livros "Ensino Médio Integrado na Amazônia: Entre o investido e o desinvestido", "PARFOR: Práxis Amazônicas na formação de professores da Educação Básica", entre outros. Contato: jbatista@ufpa.br.

ISBN 978-658831907-9



9

786588

319079

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br